



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
(MESTRADO)

O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA NA PRINCIPAL ÁREA
COMERCIAL DE CAMPINA GRANDE – PB: A PERMANÊNCIA E
EXPANSÃO DOS AMBULANTES E CAMELÔS

HOSANA VIEIRA DA SILVA

João Pessoa – PB

2020

HOSANA VIEIRA DA SILVA

**O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA NA PRINCIPAL ÁREA
COMERCIAL DE CAMPINA GRANDE – PB: A PERMANÊNCIA E
EXPANSÃO DOS AMBULANTES E CAMELÔS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva

Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Linha de pesquisa: Cidade e Campo: espaço e trabalho

**João Pessoa - PB
2020**

HOSANA VIEIRA DA SILVA

**O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA NO TRADICIONAL ESPAÇO
COMERCIAL DE CAMPINA GRANDE – PB: A PERMANÊNCIA E
EXPANSÃO DOS AMBULANTES E CAMELÔS**

Aprovado em: 19 / 02 / 2020

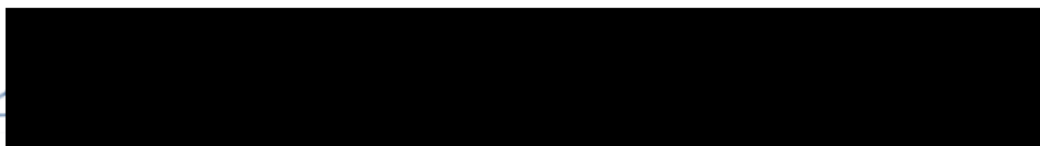
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva (PPGG/UFPB)

Orientador

Prof. Dr. Rafael Faleiros de Pádua (PPGG/UFPB)



Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz (PGG/UFCG)

Examinador Externo

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586c Silva, Hosana Vieira da.

O circuito inferior da economia na principal área comercial de Campina Grande-PB : a permanência e expansão dos ambulantes e camelôs / Hosana Vieira da Silva. - João Pessoa, 2020.

189 f. : il.

Orientação: Anieres Barbosa da Silva.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN/PPGG.

1. Geografia econômica. 2. Atividade comercial - Campina Grande (PB). 3. Ambulantes e Camelôs - Aspectos socioeconômicos. 4. Economia urbana. I. Silva, Anieres Barbosa da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 911.3:33

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à minha mãe, Maria Elza da Silva, e à minha tia, Maria José da Silva, porque sem o apoio incondicional dessas pessoas eu não teria conseguido iniciar e concluir essa etapa tão importante dos meus estudos.

Por conseguinte, direciono minha gratidão ao meu namorado, Tiago Lourenço dos Santos, muito obrigada por toda torcida, auxílio e palavras de incentivo quando a angústia insistia em se fazer presente.

Ao meu orientador, o docente e Dr. Anieres Barbosa da Silva, muito obrigada por não ter desistido do presente estudo, nunca irei esquecer de toda a paciência, profissionalismo e dedicação do seu trabalho. És um belo exemplo de ser humano e profissional!

Aos meus amigos e colegas, em especial, Alisson Clauber Mendes de Alencar, que desde a graduação se fez presente, bem como, não poderia deixar de mencionar Tiago Marques, com quem tive o prazer de conviver no decorrer das aulas dessa pós-graduação, à Sherly Gabriela, que me acolheu em seu “tríplex” quando não dava tempo de voltar para Campina Grande, à Joannes Moura, por todo o auxílio com os mapas, e à Diego Dantas, por todo o acolhimento na UFPB.

Também ressalto os demais professores e funcionários da UFPB, principalmente Sônia, uma das secretárias do PPGG, que desde o momento da inscrição do processo seletivo do mestrado foi muito atenciosa, à Profa. Dra. Doralice Sátyro Maia, com quem cursei a maioria dos créditos do mestrado, além das Professoras Dra. Maria Franco Garcia, Dra. Andréa Leandra Porto Sales e aos demais docentes dessa instituição de ensino. O meu muito obrigada pelo trabalho de cada um desses profissionais!

Aos vendedores ambulantes e camelôs que trabalham na principal área comercial de Campina Grande, estou grata pela atenção e paciência desses atores econômicos, haja vista que observar as práticas estabelecidas pelos mesmos foi de grande valia para que eu pudesse aprender muito mais sobre o circuito inferior presente no Centro de Campina Grande.

E por último, e não menos importante, ressalto meu reconhecimento à CAPES, tendo em vista o pertinente e necessário auxílio financeiro que muito contribuiu para que eu pudesse vir à João Pessoa sempre que necessário fosse, bem como, me deslocar ao recorte espacial da pesquisa, além de poder executar outras etapas do referido estudo.

RESUMO

O presente estudo se trata de uma análise acerca do circuito inferior da economia urbana frente ao processo de permanência e expansão vivenciado por vendedores ambulantes e camelôs na principal área comercial da cidade de Campina Grande – PB, os quais atuam no Calçadão, nas Praças da Bandeira e Clementino Procópio, bem como no Shopping Edson Diniz e nas Arcas Titão e Catedral. Desse modo, é destacado o período vivenciado entre os anos 2000 e 2018, recorte temporal no qual o circuito inferior central da cidade perpassou por significativas transformações com a construção do primeiro camelódromo da urbe, a conformação de duas áreas comerciais eminentemente direcionadas para a realização das práticas socioeconômicas desenvolvidas por camelôs, além da crescente (re)apropriação de alguns espaços públicos do Centro por estes pequenos comerciantes. Tendo em vista tal discussão, as reflexões encaminhadas ao longo do estudo têm como pressuposto a teoria dos dois circuitos da economia urbana, elaborada por Milton Santos (1979), em que é dada ênfase ao circuito inferior, uma vez que este subsistema é compreendido enquanto instância de representação das atividades e serviços realizados por agentes/atores econômicos detentores do capital reduzido (Silveira, 2015). No concernente aos procedimentos metodológicos, foram realizados levantamentos e revisões bibliográficas, a efetuação de registros fotográficos, o uso de questionários e a consumação de conversas informais. Por conseguinte, a análise dos dados obtidos nos possibilitou afirmar que a concentração das formas comerciais estudadas no centro campinense decorre de múltiplos fatores, como o fluxo de pessoas que perpassam pelo referido recorte espacial, o relativo barateamento dos alugueis dos boxes, ou a ausência desse tipo custo, além de outros aspectos que foram reveladores da totalidade de um mercado global.

Palavras chaves: centro; circuito inferior; ambulantes e camelôs.

ABSTRACT

This study is an analysis about the lower circuit of the urban economy facing the process of permanence and expansion experienced by street vendors, in the main commercial area of the Campina Grande city - PB, which operate in Calçadão, Praças das Bandeiras and Clementino Procópio, as well as the Shopping Edson Diniz and Arcas Titão and Cathedral. Thus, it is highlighted the experienced period between 2000 and 2018, temporal cut-out in which the central lower circuit of the city underwent significant transformations with the construction of the first “camelódromo” of the city, the conformation of two commercial areas eminently directed to the realization of the socioeconomic practices developed by street vendors, in addition to the increasing (re) appropriation of some of the Center's public spaces by these small traders. Given this discussion, the reflections forwarded throughout the study are based on the theory of two circuits of urban economy, elaborated by Milton Santos (1979), where the lower circuit is emphasized, since this subsystem is understood as an representation's instance of the activities and services performed by economic agents/actors with reduced capital (Silveira, 2015). Concerning the methodological procedures, surveys, bibliographic reviews, photographic records, the use of questionnaires and the consummation of informal conversations were performed. Therefore, the analysis of the data obtained allowed us to state that the concentration of the commercial forms studied in the Campina Grande's center is due to multiple factors, such as the flow of people who permeate the said spatial cut, the relative cheapening of the rents of the boxes, or the absence of this type of cost, in addition to other aspects that were revealing the totality of a global market.

Keywords: center; lower circuit; street vendors.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I: A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E A FORMAÇÃO DAS ÁREAS CENTRAIS ATRAVÉS DO COMÉRCIO E SERVIÇOS.....	21
1.1 A teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade: novas considerações.....	23
1.2 O circuito inferior da economia e sua representatividade no período atual.....	35
1.3 Trabalho “informal” e o circuito inferior nas áreas centrais das cidades brasileiras.....	47
1.4 O processo de propriação e organização das Áreas Centrais através do comércio e serviços.....	59
CAPÍTULO II: A CONFORMAÇÃO DA ÁREA DO CENTRO DE CAMPINA GRANDE E O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA NO CONTEXTO DOS AMBULANTES E CAMELÔS.....	73
2.1 O processo de formação da Área do Centro de Campina Grande através da atividade comercial.....	74
2.2 O circuito inferior na Área Central de Campina Grande-PB.....	90
2.3 A permanência e expansão dos ambulantes e camelôs no Centro de Campina Grande entre os anos 2000 e 2018.....	110
CAPÍTULO III: A CARACTERIZAÇÃO DOS AMBULANTES E CAMELÔS NO ÂMBITO DA PESQUISA DE CAMPO - ATORES E SERVIÇOS.....	132
3.1 Considerações acerca do perfil dos vendedores ambulantes e camelôs e caracterização das atividades e serviços prestados por tais atores econômicos.....	133
3.2 Caracterização do perfil dos ambulantes e camelôs.....	133
3.3 Condições em que as atividades e serviços são prestados.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	164
ANEXO.....	176
APÊNDICE	182

LISTA DE FOTOGRAFIA

Fotografia 1: Mercado velho de Baltazar Luna edificado em 1814.....	79
Fotografia 2: Primeira Galeria Comercial de Campina Grande	86
Fotografia 3: Calçada da Rua Cardoso Vieira na década de 1980.....	88
Fotografia 4 Ambos os subsistemas da economia urbana dividindo o mesmo espaço ..	93
Fotografia 5: A Feira Central de Campina Grande.....	96
Fotografia 6: Produtos comercializados na Feira Central	97
Fotografia 7: Concentração de ambulantes e camelôs em torno dos “pontos de ônibus”.	106
Fotografia 8: Ambulantes obrigados à efetuação de constantes deslocamentos	108
Fotografia 9: Grande concentração de outras formas de representação dos ambulantes.	108
Fotografia 10: Shopping Edson Diniz	117
Fotografia 11: Lojas Brasileira (LOBRÁS)	117
Fotografia 12: Edifício Esial.....	118
Fotografia 13: Arca Titão	119
Fotografia 14: Arca Catedral	119
Fotografia 15: Barracas Improvisadas	123
Fotografia 16: Galeria Maringá	123
Fotografia 17: Circuito inferior formal	125
Fotografia 18: Trabalho informal	126
Fotografia 19: Serviços de engraxate	127
Fotografia 20: Placas Improvisadas	152

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Principal área comercial da cidade de Campina Grande (PB), localização das atividades estudadas	14
Mapa 02: Esboço das ruas de Campina Grande em 1864.....	78
Mapa 03: Localização do circuito inferior na principal área comercial de Campina Grande	91
Mapa 04: Localização dos vendedores ambulante e camelôs no Centro de Campina Grande	101
Mapa 05: Localização dos vendedores ambulante e camelôs pesquisados	113
Mapa 06: Localização das residência dos ambulantes e camelôs pesquisados	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Evolução do mercado de crédito no Brasil configurando do uso de cartões entre 2017 e 2018	30
Quadro 02: Trabalho sem carteira assinada no setor privado	51
Quadro 03: Demografia da população e taxa de urbanização de Campina Grande (PB) (1980 - 2010)	85
Quadro 04: Comércio, serviços, e equipamentos urbanos localizados na principal área comercial de Campina Grande	92
Quadro 05: Quantificação dos ambulantes e camelôs localizados na área do Centro	99
Quadro 06: Galerias comerciais presentes no Centro de Campina Grande	104
Quadro 07: Idade dos trabalhadores ambulantes e camelôs	136
Quadro 08: Tempo de trabalho como ambulante ou camelô	136
Quadro 09: Ambulantes e camelôs que já fizeram algum curso de capacitação profissional para exercer as atuais funções	139

Quadro 10: Principal motivação que condicionou os vendedores a trabalhar como ambulantes ou camelôs	140
Quadro 11: Procedência das mercadorias postas à venda	149
Quadro 12: Renda média obtida como ambulante ou camelô	156
Quadro 13: Ambulantes e camelôs que deixariam de desenvolver suas atividades/serviços no Centro para comercializar em outros bairros de Campina Grande	158

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Motivação que levou os ambulantes e camelôs a escolher o Centro para desenvolver suas atividades e serviços.....	128
Gráfico 02: Avaliação do Centro para o desenvolvimento das atividades/serviços	130
Gráfico 03: Sexo dos ambulantes	134
Gráfico 04: Sexo dos camelôs	134
Gráfico 05: Nível de escolaridade	138
Gráfico 06: Camelôs e ambulantes que trabalham com funcionários	145
Gráfico 07: Funcionários dos camelôs que possuem carteira assinada	146
Gráfico 08: Produtos e serviços oferecidos	148
Gráfico 09: Ambulantes e camelôs que fazem uso de publicidade	151
Gráfico 10: Principais formas de pagamento dos produtos e serviços comercializados	153
Gráfico 11: Média das horas trabalhadas como camelô ou ambulante	155
Gráfico 12: Ambulantes e camelôs que acreditam que a localização seja um fator de influência nos lucros	158

LISTA DE SIGLAS

ABECS – Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito

ARCA – Área do comércio ambulante

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas

CTPS - Previdência Social

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

FGTS - Garantia por Tempo de Serviço

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEIA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PREALC – Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

STTP – Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos

INTRODUÇÃO

O presente interesse por depreender o circuito inferior da economia urbana emergiu durante os primeiros anos da graduação, período no qual tive acesso à alguns aportes teórico-metodológicos que discutiam a complexidade do referido subsistema no espaço urbano, e mencionavam o comércio enquanto uma das atividades econômicas responsáveis pela conformação, organização e desenvolvimento da cidade.

Desse modo, a curiosidade por buscar compreender a *práxis* envolta às formas assumidas pelo comércio, norteou a construção de alguns estudos acerca do subsistema realizado por agentes e atores pouco capitalizados (Silveira, 2015). Inicialmente, me apropriando das *lan houses* enquanto objeto de estudo, uma vez que, no início dos anos 2000, em alguns bairros da cidade de Campina Grande, os serviços prestados por este tipo de atividade comercial, veio à permitir a (re)inserção de muitas pessoas ao mercado de trabalho, mesmo que de maneira bastante precária, bem como, permitiu o primeiro acesso de uma grande parcela da população de baixa renda ao computador e a *internet*.

Posteriormente, por ocasião da continuidade dos estudos, me veio o interesse por (re)direcionar o recorte espacial das minhas pesquisas para a Área do Centro de Campina Grande, e assim, buscar me aprofundar na compreensão do circuito inferior através da análise de outras formas comerciais, agora, por intermédio da atuação dos ambulantes e camelôs, uma vez que as dinâmicas socioeconômicas estabelecidas por estes trabalhadores representam a sociabilização do subemprego e a intensificação da pobreza no principal espaço comercial da cidade.

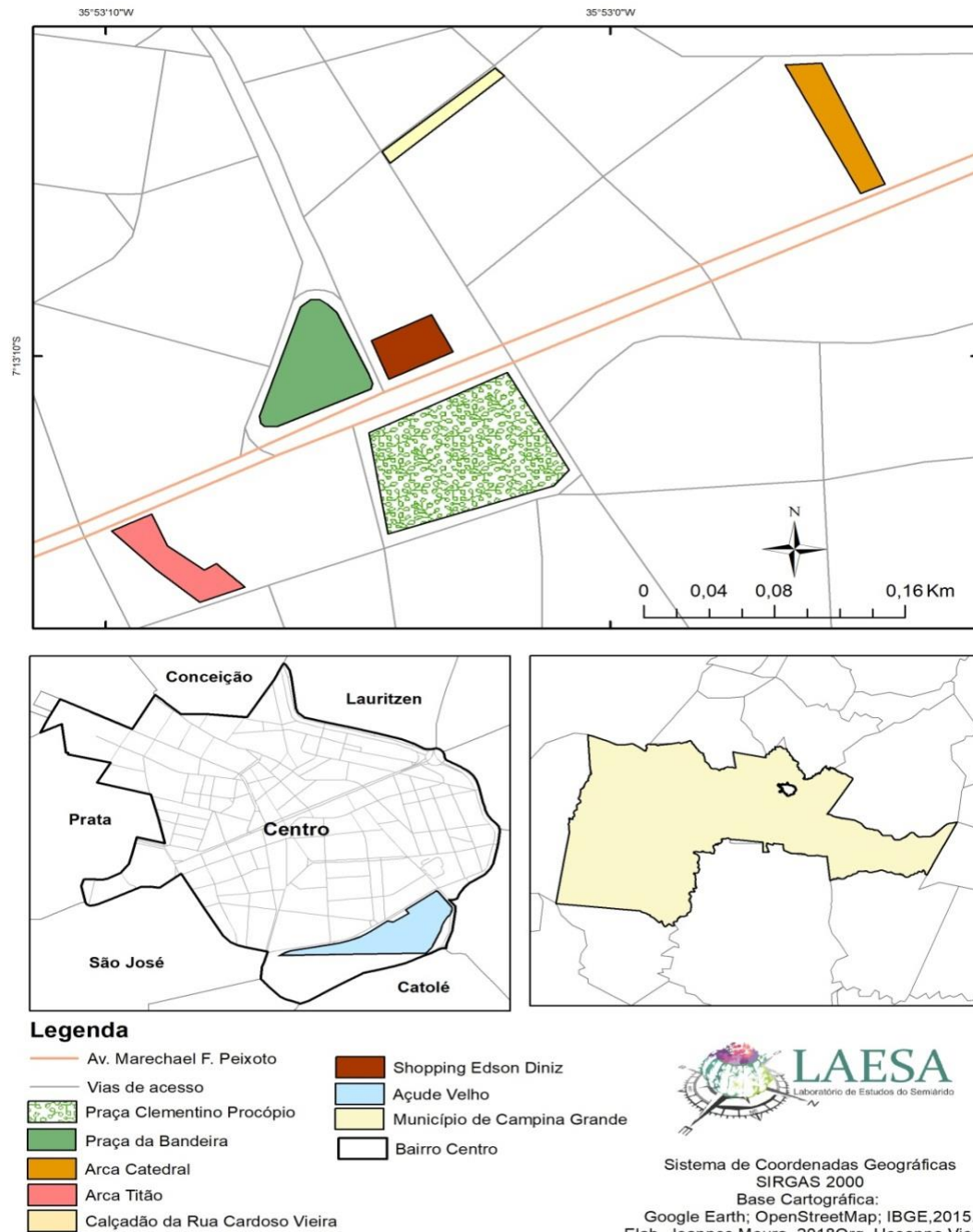
Nesse sentido, o nosso principal objetivo é analisar o circuito inferior da economia urbana através do processo de permanência e expansão vivenciado por ambulantes e camelôs na principal área comercial de Campina Grande (PB) – o Centro –, os quais estão localizados no Calçadão da Rua Cardoso Vieira, nas Praças da Bandeira e Clementino Procópio, bem como, no Shopping Edson Diniz e nas Arcas Titão e Catedral (Mapa 01).

Já no que diz respeito aos objetivos específicos, almejamos: Discutir a teoria dos dois circuitos da economia urbana no atual contexto da globalização¹; refletir sobre o processo de formação da principal área comercial da cidade, compreender o circuito

¹ Segundo (Oliveira, s.a.) as transformações na divisão social e territorial do trabalho, bem como, a expansão do meio técnico-científico-informacional (Santos, 2004), são tidos como sendo alguns dos processo que caracterizam o período atual da globalização capitalista.

inferior no Centro de Campina Grande a partir das dinâmicas estabelecidas pela atividade comercial e, por último, caracterizar o circuito inferior em meio à análise do perfil dos comerciantes e serviços pesquisados.

Mapa 01: Principal área comercial da cidade de Campina Grande (PB), localização das atividades comerciais estudadas



A cidade de Campina Grande se encontra localizada na Região Geográfica do Planalto da Borborema, na Mesorregião do Agreste Paraibano e na Microrregião de

Campina Grande, à 120 km de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. A cidade faz limite com Lagoa Seca, Puxinanã, Pocinhos e Massaranduba, ao norte; com Boqueirão, Caturité, Fagundes e Queimadas, ao Sul; com Ingá e Riachão do Bacamarte, à Leste; e com Boa Vista, à Oeste. Segundo o Censo Demográfico divulgado pelo IBGE (2010), nesse ano, a população estava estimada em 38.713 habitantes, no entanto, se acredita que atualmente esteja em torno de 407.472 habitantes.

Silveira (2004), destaca a cidade como sendo o resultado de uma totalidade, constituída por objetos e relações, coisas e pessoas, a qual se encontra em constante movimento e dividida em subsistemas, sendo estes denominados de circuito superior, circuito superior marginal e circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 2008), os quais são constituídos por especificidades particulares em termos de capital, tecnologia e capacidade de organização, mas que, no entanto, nos permite enxergar a realização de práticas tidas como sendo complementares e contraditórias.

Nesse sentido, destacamos que a dinâmica econômica de Campina Grande tem na atividade comercial um dos principais vetores responsáveis por seu desenvolvimento (Diniz, 2012), a qual, ao passo em que se torna palco da presença de modernos equipamentos comerciais, também tem se destacado em meio ao espraiamento de atividades comerciais detentoras do capital reduzido, de modo a fragilmente sociabilizar outras possibilidades de realização do emprego/trabalho.

Destarte, o principal espaço comercial da cidade – o Centro –, ainda é marcado por significativa relevância sócio-espacial para os cidadãos dos mais diferentes níveis sociais e escalas urbanas e, por assim se figurar, no decorrer nos últimos anos, tem sido constituído por novas e antigas formas representação do circuito inferior da economia. E em meio a esse contexto, temos acompanhado a permanência e ampliação da precarização do trabalho através das atividades e serviços prestados por vendedores ambulantes e camelôs que, de maneira emergencial, almejam a garantia de sua subsistência.

Para Montenegro (2006), a expansão de tais formas comerciais resulta/reflete da crescente atuação de grandes agentes econômicos sob o território nacional, o que tem acelerado as mudanças dos padrões e no potencial de consumo, bem como, tem contribuído para modificar a condição de muitas cidades na rede urbana brasileira (CATELAN, 2014), como é o caso de Campina Grande, tida na hierarquia urbana como “centro sub-regional 1”, onde temos acompanhado a intensificação de graus distintos de relações políticas, econômicas e sociais.

Ainda a esse respeito, Montenegro (2011), volta a enfatizar que se por um lado o Brasil tem se transformado em uma arena de produções modernas e globalizadas, por outro, podemos acompanhar a propagação de “[...] micro empresas pouco capitalizadas, que podem ser individuais ou familiares, prestadores de pequenos serviços, pequenos comércios, pequenos negócios domésticos, vendedores ambulantes, etc [...]” (MONTENEGRO, 2011, p. 2), que, mesmo de maneira precária, são responsáveis por disseminar novas práticas e artigos tecnológicos, principalmente, em meio à população que faz parte dos estratos inferior de renda.

Para que os objetivos desse estudo fossem alcançados, foram utilizadas contribuições epistemológicas de distintos teóricos que se empenham no estudo da geografia urbana, tais como: Catelan (2014); Carneiro (2011; 2015); Montenegro (2006; 2009; 2011); Pintaudi (1992); Santos (2001; 2002; 2008; 2011); Silveira (1999; 2008; 2009; 2011; 2015); Sposito (1991); além de outros não menos relevantes. E, ao também almejarmos maior aproximação com a realidade sócio-espacial de Campina Grande, não poderíamos deixar de buscar referencial teórico nos pesquisadores que se dedicam à compreensão das dinâmicas socioeconômicas estabelecidas no referido recorte espacial, como Carvalho (2011), Costa (2003), Diniz (2011; 2012) e Oliveira (2017).

Diante do que até então foi mencionado, alguns questionamentos se tornaram basilares: como o circuito inferior se configura diante do processo de permanência e expansão dos ambulantes e camelôs no Centro de Campina Grande? Por que o Centro campinense é tido como sendo uma área atrativa para a realização desse tipo de atividade comercial? Em meio à análise das atividades e serviços prestados por esses atores econômicos, como o circuito inferior se encontra caracterizado na contemporaneidade? Assim sendo, ao partirmos do pressuposto de que as formas comerciais estudadas representam estratégias de sobrevivência materializadas na principal área comercial da cidade de Campina Grande, procuramos investigar os conceitos de Centro, Circuito Inferior, Ambulantes e Camelôs.

Para que pudéssemos compreender a atual representação do circuito inferior da economia, não poderíamos deixar de considerar a teoria dos “dois circuitos da economia urbana” (SANTOS, 1979), uma vez que o paradigma em questão é originado da referida tese e, em sua teorização, compreendido como sendo o subsistema constituído por atividades econômicas que se encontram caracterizadas pela presença do trabalho intensivo, não especializado, de baixa remuneração, organização pouco/nada burocrática, além de ser marcado, na contemporaneidade, pelo acesso menos limitado à

determinadas variáveis do período atual, fato este que pode ser compreendido como um processo contraditório, pois na medida em que se figura enquanto possibilidade de ampliação do capital, outro lado, pode vir a representar a intensificação do endividamento, precarização do trabalho e dependência das atividades/serviços prestados por agentes/atores hegemônicos.

Como os circuitos que compõem a economia urbana estão longe de serem tidos enquanto subsistemas fechados entre si, determinadas possibilidades de organização do circuito inferior – circuito inferior central ou circuito inferior formal –, conseguem estabelecer relações econômicas com alguns dos níveis de representação do circuito superior (SILVEIRA, 2015), o que tem acontecido por intermédio da atuação do circuito superior marginal, de modo a permitir a reorganização de determinadas práticas socioeconômicas do circuito menos capitalizado da economia.

Tamanha realidade tem condicionado a demanda por compreensão do circuito inferior na presente fase da globalização da economia. Logo, a perspectiva dos autores que recentemente têm se dedicado à busca pela “atualização” dessa teoria foi considerada, haja vista que as investigações realizadas nas duas últimas décadas têm revelado que a ampliação do circuito inferior pode ser compreendida de forma cada vez mais heterogênea, onde as atividades que o compõem apresentam feições que variam de acordo com diferentes recortes do território brasileiro (MONTENEGRO, 2011), além de ser marcada por nexos e rupturas acentuados diante dos constantes processos de modernização (SILVEIRA, 2015).

A busca por entender esse processo não é uma tarefa fácil de ser realizada, principalmente quando tal processo é estabelecido na área do centro, uma vez que o espaço em questão é dotado de uma complexidade muito particular, constituído por possibilidade de maior interação entre múltiplos agentes – políticos, hegemônicos, não-hegemônicos –. E essa realidade é justificada uma vez que o Centro é parte integrante “[...] de uma aglomeração urbana que apresenta a maior animação e conhece a mais forte atividade, sob todas as suas formas. Isso lhe atribui à individualidade, em relação aos demais elementos do organismo urbano.” (SANTOS, 1959, p. 18).

Reforçado pela concentração da atividade comercial, em particular, por muitas formas de representação do circuito inferior da economia, nesse cenário, optamos por nos debruçar sobre as práticas comerciais realizadas por vendedores ambulantes e camelôs, tendo em vista a renovação das dinâmicas socioeconômicas, dos objetos e formas que hoje constituem tais atividades comerciais no espaço citadino.

Diante do que até então foi exposto, os fundamentos da pesquisa seguem os procedimentos do método Dialético, uma vez que a partir da efetuação do resgate teórico, surge a oportunidade de co-relacionar e analisar os aspectos socioeconômicos que se encontram interligados entre a totalidade do período vigente e o contexto vivenciado por ambulantes e camelôs no Centro de Campina Grande.

De caráter exploratório e explicativo, o estudo também está norteado pela análise qualitativa. A busca por este se deu diante da necessidade de observarmos e interpretarmos as dinâmicas envolta aos processos de permanência e expansão das atividades comerciais pesquisadas. Por isso, optou-se pela realização de conversas informais, para que assim, conseguíssemos abordar questões que dificilmente seriam aprofundadas mediante a utilização de questionários.

Para a efetuação do estudo, foram realizados levantamentos bibliográficos, de modo a adentrarmos em questões referentes à produção do espaço urbano – centro e centralidade –, além da representação do circuito inferior na contemporaneidade, e as especificidades que marcam as dinâmicas comerciais estabelecidas por vendedores ambulantes e camelôs nas áreas centrais. Ainda vale ressaltar que, de forma complementar, foram efetuadas consultas às páginas de algumas redes sociais – *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp* – as quais, pertencem aos atores econômicos que participaram do trabalho de campo, e que tivemos acesso através de cartões de visitas à nós disponibilizados; bem como, efetuamos consultas aos *sites* do IBGE, PNAD e outros.

Outro caminho seguido que se figurou como sendo de suma importância, diz respeito à pesquisa empírica, pois através desse procedimento tivemos oportunidade de observar o cotidiano dos ambulantes e camelôs, de modo a refletirmos acerca dos aspectos e questões que estão principalmente atreladas ao circuito inferior.

Desse modo, inicialmente realizamos algumas idas à campo entre os dias 14 de novembro de 2017 e 25 de julho de 2018, de modo a efetuarmos registros fotográficos, nos aproximarmos dos comerciantes e estabelecermos as primeiras observações. Posteriormente, entre 29 de março e 26 de junho de 2019, executamos a segunda etapa da pesquisa *in loco*, momento no qual aplicamos os questionários e estabelecemos conversas informais com os participantes do estudo, de forma a almejarmos a coleta das informações necessárias para a conclusão da pesquisa.

No que concerne ao recorte espacial do estudo, este, como previamente mencionamos, se trata da principal área comercial de Campina Grande – o centro –, o

qual, recentemente, tem sido caracterizado por (re)produzir em sua morfologia, as múltiplas relações estabelecidas entre os agentes políticos, hegemônicos e não hegemônicos, fato este que, no decorrer das duas últimas décadas, veio a corroborar para a representação atual dos ambulantes e camelôs no contexto do circuito inferior central da cidade.

E no que diz respeito ao recorte temporal, enfatizamos que o intervalo entre os anos 2000 e 2018 constitui o nosso marco, uma vez que tal período se encontra marcado pelo início do funcionamento do primeiro camelódromo da cidade e de dois espaços comerciais exclusivamente direcionados para a realização das práticas comerciais dos camelôs, bem como, por uma significativa (re)apropriação de determinados espaços da área do Centro por vendedores ambulantes e camelôs informais.

A partir de agora, enfatizamos a breve descrição dos conteúdos que compõem o texto da dissertação. Nesse sentido, o referido estudo se encontra subdividido em três capítulos, onde o primeiro se encontra intitulado “A Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana e a formação das Áreas Centrais através do comércio e serviços”, momento este que, inicialmente, abordamos a construção de uma argumentação que discorre à respeito da teoria dos dois circuitos da economia urbana na contemporaneidade, por conseguinte, damos ênfase ao circuito inferior da economia, uma vez tamanha teoria se configura como sendo a principal temática abordada na pesquisa; logo depois, o trabalho realizado dentro do contexto circuito inferior e da informalidade é destacado e, posteriormente, abordamos a formação da Área do Centro citadino, o considerando enquanto resultado das dinâmicas estabelecidas envolto à prática do comércio e serviços.

O segundo capítulo tem como título “Conformação da Área do Centro de Campina Grande e o Circuito Inferior da Economia Urbana no contexto dos Ambulantes e Camelôs”, assim sendo, abordamos como se deu o processo de apropriação e organização da principal área comercial da cidade, por conseguinte, abordamos a representação do circuito inferior da economia na Área do Centro de Campina Grande, e por último, enfatizamos o processo de permanência e expansão dos ambulantes e camelôs no Centro campinense.

Já o terceiro capítulo “Considerações acerca do perfil dos vendedores ambulantes e camelôs e a caracterização das atividades e serviços prestados por tais atores econômicos”, versa sobre a compreensão do perfil desses trabalhadores por conta própria – idade, sexo, nível de escolaridade, etc –, bem como, no segundo momento, a

descrição das atividades e serviços realizados – tipo mercadoria, a dinâmica da comercialização (*marketing*), as possibilidades de pagamento oferecidas aos clientes, além de outras questões – se tornam as variáveis abordadas.

Nas considerações finais, esperamos através da análise das atividades comerciais realizadas por vendedores ambulantes e camelôs construir apreciação de parte do circuito inferior presente na principal área comercial de Campina Grande, uma vez que acreditamos que o estudo do subsistema menos capitalizado da economia tem sido de grande relevância para o processo de compreensão do espaço urbano brasileiro na fase atual de globalização da economia.

CAPÍTULO I
A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E A
FORMAÇÃO DAS ÁREAS CENTRAIS ATRAVÉS DO
COMÉRCIO E SERVIÇOS

CAPÍTULO 1 – A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E A FORMAÇÃO DAS ÁREAS CENTRAIS ATRAVÉS DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

Este capítulo se encontra estruturado de modo a contemplar alguns dos principais conceitos que embasam a referida pesquisa. Nesse caso, a princípio realizamos uma abordagem teórica a respeito dos *Dois Circuitos da Economia Urbana*, proposta por Milton Santos (1979), evidenciada frente à atual fase de globalização da economia (MONTENEGRO, 2006), onde objetivamos ressaltar as novas configurações assumidas pelos subsistemas que o compõe (circuito superior e inferior da economia), bem como as possíveis relações estabelecidas entre os mesmos em volta às práticas de subordinação e complementariedade (SANTOS, 1978 [2008]).

Logo em seguida, o *circuito inferior da economia*, principal paradigma base do estudo, passa a ser considerado de modo a buscarmos analisar as práticas econômicas que o definem e caracterizam na contemporaneidade, sendo estas também resultantes dos sucessivos processos de modernização² tecnológica, que tem revelado à metamorfose de algumas dinâmicas que o caracterizam, ao passo em que outras persistem. Sendo assim, nesse momento, o interesse central está situado na compreensão da “atualização” desse subsistema.

Posteriormente, a realização do trabalho informal e do circuito inferior nas áreas centrais das cidades brasileiras é enfatizado. No entanto, *a priori*, estabelecemos uma breve leitura sobre o conceito de informalidade, destacando o que difere o trabalho informal do qual é constituído no âmbito do circuito inferior, cujas dinâmicas que os compõem, apesar de serem muito semelhantes, se figuram com determinados aspectos que acabam por os diferenciarem.

E, para encermos, o processo de formação das áreas centrais do espaço citadino (centro tradicional, centro principal e subcentro), é abordado mediante a capacidade de influência do comércio e serviços em seu processo de formação e (re)organização.

² As modernizações resultam de seguidas transformações ocorridas com a incorporação de múltiplos conteúdos sobre o espaço. E segundo Santos (1978, p. 31 – 32), “[...] cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Cada um desses períodos representa uma modernização, isto é, a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou de uma fase imediatamente precedente [...]”.

1.1 A teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade: novas considerações

Como previamente mencionado, o presente estudo tem como ponto de partida a atual fase do processo de globalização da economia, que tem sido condicionada pela aceleração de grandes avanços na ciência, na tecnologia e na informação, o que tem acarretado na intensificação da discrepância sócio-espacial³, vivenciada principalmente nos países subdesenvolvidos.

Por assim figurar-se, os nossos pressupostos teórico-metodológicos se encontram apoiados na teoria dos dois circuitos da economia urbana, elaborada por Santos (1979), a qual foi apresentada enquanto alternativa de compreensão das particularidades que constituem a urbanização dos países marcados pelo predomínio da população de baixo poder aquisitivo, haja vista que alguns pesquisadores estrangeiros enxergavam a economia dos Países Subdesenvolvidos como sendo ausente de relevância para a elaboração de uma análise sócio-espacial (MONTENEGRO, 2006).

O estudo das dinâmicas econômicas que coexistem nos países marcados pelo predomínio da população menos abastada se encontra basicamente segmentado em dois grupos, cada qual representado por suas especificidades no que diz respeito à tecnologia utilizada, à capacidade de organização e à apropriação do capital. Desse modo, tais dinâmicas foram denominadas de circuito superior e circuito inferior da economia urbana.

A necessidade de tamanha investigação é justificada, uma vez que “[...] não se trata de um mundo em desenvolvimento, mas de um mundo subdesenvolvido com suas características próprias e seus mecanismos fundamentais que será necessário demonstrar [...]” (SANTOS, 2008, p. 19). Ainda de acordo com as interpretações teóricas construídas pelo autor anteriormente citado (SANTOS, 1979), inicialmente, tais subsistemas foram conceituados de modo que:

³ Ao abordar a distinção entre os termos “*socioespacial*”, no qual o hífen não é utilizado, e “*sócio-espacial*”, no qual o hífen é utilizado, Souza (2009, p. 24 – 25), explica que “[...]”*Socioespacial*”, sem hífen, se refere *somente ao espaço social* (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, “*sócio-espacial*”, com hífen, diz *respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente* (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade). Deste modo, optamos por trabalhar com o termo “*sócio-espacial*”, tendo em vista a produção do espaço do Centro de Campina Grande a partir das relações estabelecidas no contexto da atividade comercial.

Um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente e não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas. (SANTOS, 1979, p. 38)

Para melhor apreendermos as representações dos mesmos no espaço citadino, a proposta original de Santos (1979), destaca que:

[...] pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não – “capital intensivo”, pelos serviços não-modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão. (SANTOS, 1979, p. 40)

Além das particularidades previamente ressaltadas, podemos enfatizar que o circuito superior também é caracterizado por ser detentor do grande capital, pela efetuação da produção em larga escala, por suas práticas econômicas se configurarem enquanto poupadoras de mão de obra, pela exigência da especialização da força produtiva, e por ter como objetivo principal a acumulação do capital. Já no que concerne ao circuito inferior, este corresponde às possibilidades de trabalho realizadas de forma intensiva, cuja produção e comercialização de seus insumos se dá em pequena escala, fato este que permite grande capacidade de articulação com a vida local, além de ser, principalmente, a fonte de ocupação e consumo da população pobre⁴.

Nesse sentido, Carneiro (2015), considera que os circuitos correspondem à:

[...] relações econômicas estabelecidas entre consumidores ou agentes sociais diferentes, de matérias-primas, de bens, de insumos industriais, de peças e de acessórios, de máquinas, de créditos, de empréstimos, de produtos e de mercadorias de consumo de primeira necessidade, ou não, dentre outros, indispensáveis à reprodução das atividades econômicas da população. (CARNEIRO, 2015, p. 98 – 97)

Apesar dos fatores que os distanciam, os circuitos estão longe de serem subsistemas fechados em si. Tais realidades econômicas estabelecem relações de forma

⁴ Para Santos (1979, p. 30), os pobres “[...] são aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados como mínimo indispensável numa certa sociedade. Muito raramente têm acesso ao crédito institucional e representam o essencial da clientela dos pequenos estabelecimentos comerciais ou artesanais, que oferecem crédito pessoal a taxas usuárias. Trata-se em geral dos não empregados e dos subempregados, mas também dos assalariados que recebem muito pouco.”

contínua, ainda que de maneira seletiva e incompleta, as quais são determinadas pela soma da “[...] reorganização do Estado e da economia, a monetarização da economia e da sociedade e a diversificação e aprofundamento dos consumos [...]” (SILVEIRA, s/a, p.2).

Assim, a recente “mundialização do capital” (CHESNAIS, 2001), atrelada aos papéis assumidos pelo Estado (PEREIRA, 2017) em meio à política neoliberal, acabam por desencadear a expansão de novas variáveis globais sobre o território – tecnologia, finanças, informação, consumo e publicidade – as quais vieram influenciar e acelerar o processo de (re)definição da divisão internacional do trabalho.

Em meio a esse contexto, uma intensa “periferização planejada” (PAVIANI, 1989), foi acompanhada por “[...] Processos como a desconcentração da atividade industrial, o surgimento de *belts* modernos e de novos *fronts* na agricultura e a conformação de especializações comerciais e de serviços [...]” (MONTENEGRO, 2011, p. 13-14). Ao passo que, por outro lado, se deu a proliferação da pobreza, a qual se encontra evidenciada não apenas no crescimento do desemprego crônico, mas também na intensificação, expansão e diversificação do subemprego, que se encontra refletido nas mais diferentes formas hoje assumidas por atividades econômicas detentoras do capital reduzido.

Destarte, a conformação de um cenário um tanto quanto diferente do qual foi analisado por Santos (1970), acabou por colocar em evidência a necessidade da construção de novas considerações a respeito da teoria dos dois circuitos da economia urbana. Em meio a um esforço de investigação contínua, têm se destacado as pesquisas realizadas por Carneiro (2011; 2015), Montenegro (2006; 2009; 2011), Oliveira (2009; 2010), Silveira (2007; 2008; 2009; 2011; 2015), Silva (2012), dentre tantos outros estudiosos não menos relevantes.

É à luz da atual fase do processo de globalização que tem se dado o aprofundamento das transformações econômicas e a reconfiguração da divisão territorial e social do trabalho, as quais acabaram por influenciar e acelerar o reordenamento das dinâmicas estabelecidas por agentes hegemônicos (circuito superior) e não-hegemônicos (circuito inferior).

Desse modo, Silveira (2015) defende que o papel hoje assumido pelos subsistemas da economia urbana tem sido marcado por novas possibilidades de articulação que podem vir a ocorrer tanto entre si, como no interior dos mesmos,

estabelecendo-se por intermédio de uma complementariedade hierárquica. A esse respeito, a autora (2015) previamente destacada, ressalta que:

A profusão de complementariedades hierárquicas entre os circuitos na metrópole e na rede urbana é um indício do fortalecimento do circuito superior e da ampliação da brecha que o separa da baixa capitalização do circuito inferior. Permanecem as interdependências entre ambos os subsistemas, mas o circuito inferior é, cada dia, mais subordinado. (SILVEIRA, 2015, p. 256)

Em virtude da complexidade em que permeia o sistema capitalista na contemporaneidade, a presença seletiva de determinados elementos e fatores do “mundo moderno” nos países de industrialização tardia tem acontecido de forma racional, fragmentada e articulada, de maneira que os grandes agentes econômicos possam reforçar as suas estratégias de obtenção do capital por intermédio da intensificação da dependência dos agentes não-hegemônicos acerca de determinados fluxos produzidos em seu contexto de modernização científica e tecnológica.

E motivados por este propósito, as atividades organizadas por agentes hegemônicos têm, cada vez mais, se feito presentes nas metrópoles brasileiras, bem como e a depender da capacidade de articulação das mesmas, nas cidades médias e pequenas, de modo a impor sua intencionalidade. Por conseguinte, o “progresso” imposto pela modernização da tecnologia que o caracteriza tem corroborado para que a possibilidade de obtenção do emprego no circuito superior seja cada vez mais difícil de ser concretizada.

A conformação desse cenário logo abre caminho para a expansão do desemprego e subemprego, fato este que amplia as desigualdades já existentes entre as atividades e serviços realizados no âmbito do circuito inferior, que hoje se encontram mais submissas e multifacetadas devido à expansão dos novos nexos que intencionalmente são introduzidos na realidade vivenciada pela população de renda.

Sendo assim, Montenegro (2011, p. 2-3), ressalta que hoje “[...] As cidades englobam, contudo, atividades e agentes representantes de ambos os circuito, ou seja, divisões sociais e territoriais do trabalho que se explicam por lógicas distintas, porém interdependentes. [...]”, processo de interdependência este que pode vir acontecer tanto horizontalmente como verticalmente, como relata Silveira (2015), ao afirmar que:

No interior de cada circuito há uma articulação horizontal com diferentes graus de integração que, nas metrópoles é alta tanto para o superior como para o inferior. Essa alta integração horizontal do circuito superior metropolitano explica a construção de centros

empresariais, nos quais as grandes firmas entrelaçam suas ofertas e demandas na continuidade. [...].

[...] Há, outrossim, uma articulação vertical entre os circuitos que é uma prova da sua existência relacional. Essa articulação pode assumir a forma de uma complementariedade simples no momento em que o circuito superior vende um insumo ao circuito inferior ou quando o primeiro utiliza alguma economia externa, terceirizando tarefas em favor de um agente pouco capitalizado. [...] (SILVEIRA, 2015, p. 256)

De posse das exemplificações enfatizadas pela referida geógrafa, podemos compreender que o fortalecimento do circuito superior decorre de suas ações estratégicas através da expansão das suas atividades, de forma a condicionar a ampliação das variáveis da atual fase da globalização sobre o território, onde estas, em um segundo momento, e a depender do nível, ganham um novo impulso através das novas demandas que hoje “assombram⁵” a organização e realização do circuito inferior.

Como estão instaladas na cidade, ambos os laços funcionais – articulação horizontal e vertical – também se fazem possíveis devido à presença do Estado, que atua de modo a assegurar a ampla reprodução do grande capital, tornando-se permissivo e, muitas vezes, confundindo-se com o poder privado na organização do território (SANTOS, 2013).

Por isso, na contemporaneidade não é surpreendente que alguns nexos produzidos no âmbito do circuito superior sejam vistos, mesmo que de forma reduzida ou copiada, em meio ao circuito inferior, uma vez que hoje o circuito mais moderno da economia urbana tem intencionalmente reconhecido a pertinência das atividades menos capitalizadas.

Por estarem fragmentados e articulados, o processo de transformação pelo qual ambos os circuitos têm perpassado também tem sido permitido pela atuação de outro circuito o qual, até certo ponto, pode ser tido enquanto integrador e cujo o mesmo foi intitulado por Santos (1978), como circuito superior marginal ou circuito moderno marginal, uma vez que se trata do “[...] resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas [...]” (SANTOS, 1978, p. 80).

⁵ A contínua reconfiguração das demandas de consumo por novos objetos técnicos e serviços que refletem a atual modernidade muitas vezes é vista pelo circuito inferior enquanto ameaça à continuidade de suas atividades, tendo em vista que, devido ao baixo grau de capital que o caracteriza, nem sempre se faz possível a apropriação de novas mercadorias ou o (re)direcionamento de suas práticas econômicas.

Silveira (s.a., p. 2), destaca que o circuito superior marginal “[...] é constituído por formas mistas, pertencentes tanto a atividades herdadas de divisões do trabalho pretéritas como a formas de trabalho emergentes e inseridas nas atividades modernas. [...]”. Destarte, a autora assevera que este possibilita a comunicação entre dois polos distintos – circuito superior e circuito inferior – uma vez que permite que determinados níveis de organização do circuito inferior tenham acesso a certas variáveis já não interessantes para os níveis mais altos e modernos do circuito superior.

Sendo assim, torna-se inquestionável o fato do circuito superior ser munido por uma grande capacidade de expansão sobre o território, tendo em vista que o subsistema organizado por agentes hegemônicos é “[...] constituído principalmente pelos monopólios e oligopólios, aquele que possui o poder de influenciar de maneira proeminente na articulação do território.” (SANTOS, 2013, p. 31).

O acontecer hierárquico pode ser percebido através da desigual concentração de filiais de grandes empresas internacionais nas metrópoles dos países subdesenvolvidos, em que tamanha integração é permitida uma vez que as empresas nacionais buscam apropriar-se de novos objetos técnicos e serviços que são oferecidos por agentes hegemônicos internacionais, de forma a acentuarem o próprio poder de atuação sobre o território nacional.

Paralelamente, e também de forma seletiva, temos acompanhado a difusão de determinados ramos de franquias, sendo elas oriundas do superior marginal sobre o espaço urbano das cidades médias e pequenas, o que tem influenciado de diferentes formas nas dinâmicas organizadas no contexto do circuito inferior, sendo estas de caráter formal ou informal.

Esta realidade tem sido estabelecida de modo a assegurar a universalização, mesmo que diversa, das variáveis determinantes da globalização vigente. Na medida em que a técnica, a informação, a publicidade, o crédito, o consumo e as finanças ganham forças para se deslocarem entre diferentes escalas e agentes/atores, acabam por produzir fortes impactos que desencadeiam a (re)configuração das relações sócio-espaciais até então existentes.

Os subsistemas da economia urbana são dotados de características similares e opostas no que diz respeito aos níveis dos conteúdos e às relações que se fazem presentes no interior dos mesmos, desta forma, é pertinente destacarmos que por mais que os mesmos interajam entre si, tais práticas estão longe de permitir a redução ou eliminação da concorrência que persiste entre suas atividades econômicas. O que de fato

tem ocorrido é uma aproximação estratégica do circuito superior (circuito superior marginal) em relação à determinados níveis do circuito inferior (circuito inferior formal), decorrente de uma complementariedade estratégica de modo que possa ser ampliada a capacidade de obtenção do lucro dos agentes hegemônicos.

Segundo Montenegro (2011), utilizando-se das variáveis chaves do período, o circuito superior da economia tem acelerado o processo de expansão dos seus agentes econômicos sob o território nacional. E a esse respeito, Silveira (2015), destaca que:

Quanto mais rapidamente se difundem as variáveis do período na rede urbana, através de atividades técnico-científicas, grandes bancos e instituições financeiras, comportando a mais recente vaga de modernização territorial, mais transformações nas articulações verticais entre agentes e atividades se verificam. (SILVEIRA, 2015, p. 258)

A conformação do cenário enfatizado pela autora logo contribuiu para a ampliação do acesso ao *crédito*, de forma a condicionar e (re)intensificar a dependência dos agentes não-hegemônicos em relação aos serviços concedidos por agentes hegemônicos. Destarte, se durante muitas décadas o baixo capital que alimenta o circuito inferior circulava quase que totalmente por intermédio das mãos de agiotas⁶, nos últimos anos, podemos considerar que a ampliação e diversificação das atividades pouco capitalizadas também têm ocorrido enquanto reflexo da oferta de diversos tipos de crédito.

Para Silva (2012, p. 111), o circuito superior é o grande “[...] responsável pela creditização do território, pois este circuito abriga uma enorme diversidade de grandes agentes financeiros, e dele também fazem parte grandes firmas que fundam e/ou controlam bancos e instituições financeiras.”. Em meio a esse contexto, é pertinente ressaltarmos que, diante da aparente autonomia do circuito detentor da tecnologia de ponta, se encontra intrínseca a sua interdependência em relação ao circuito inferior, visto que “[...] Para ampliar os lucros, seus agentes precisam vender produtos e serviços, aí incluídos os de natureza financeira, aos mais pobres.” (SILVEIRA, 2009, p. 66).

Assim, as instituições financeiras bancárias, não-bancárias, redes de franquias – vestuário, eletrodomésticos, dentre outros – introduzem cotidianamente nos centros

⁶ Popp e Vianna (2009), entendem que o agiota é o indivíduo que atua concedendo o empréstimo de dinheiro fora do mercado de crédito tido enquanto formal – juros usuários –. Para tanto, esses atores possuem muitas formas contratuais de encobrir um empréstimo, sendo estas, na maioria das vezes, vantajosas para consigo.

urbanos das cidades brasileiras novas possibilidades de realização do consumo, almejando, fazerem parte da realidade vivenciada pela população de baixa renda, ao passo que, formas tradicionais de pagamento, como “[...] crédito não-bancário e/ou informais, como é o caso do conhecido *‘fiado’*, ou o *vale-refeição* com valor de dinheiro ‘vivo’ [...]” (SILVA, 2012, p. 104), tendem a sumir.

Na contemporaneidade, o cartão – crédito, débito ou pré-pago – se destaca como sendo uma das possibilidades de financeirização que mais tem condicionado a ampliação do poder de compra da população menos abastada, contribuindo de forma direta para a diversificação das mercadorias e serviços prestados no âmbito do circuito inferior. De acordo com dados recentemente divulgados pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito - ABECS (2018), nos dois últimos anos, a ampliação do acesso ao crédito através desse objeto técnico cresceu de forma significativa (Quadro 01).

Quadro 01: Evolução do mercado de crédito no Brasil configurando o uso de cartões entre 2017 e 2018

Tipos de crédito	2017	2018	%
Crédito	70.401	80.811	14,78%
Débito	44.062	48.288	9,59%
Pré-Pago	582	1.007	73,02%

Fonte: ABECS 2019

De posse dos dados apresentados, podemos destacar que o processo de “creditização da população” tem ocorrido através da utilização de diferentes tipos de cartões, e o uso do cartão de crédito tem acontecido com maior intensidade. Em suma, pode-se dizer que o aumento registrado na modalidade “crédito” não se deve apenas ao fato da intensificação da incorporação dessa tecnologia entre nos estabelecimentos comerciais organizados por agentes não hegemônicos, seja enquanto forma de efetuação do pagamento pelos serviços desempenhados ou enquanto instrumento condicionante da obtenção de novas mercadorias, mas também entre os clientes dos estabelecimentos.

Outro aspecto interessante em torno do uso da “moeda internacional” em questão, é que tal instrumento também tem possibilitado a busca dos atores pouco capitalizados por aperfeiçoamento profissional, uma vez que o cartão também é uma das formas de pagamento utilizada para a realização de cursos profissionalizantes de curta duração, prática esta que tem se tornado comum entre cabeleireiros, manicures, mecânicos de motos e bicicletas, dentre outros trabalhadores do circuito inferior que recorrem às atividades e serviços educacionais prestados no âmbito do circuito superior marginal.

Em meio a esse contexto, Cafarelli (2009), ao analisar as dinâmicas de transação através da apropriação de cartões no Brasil, destaca que a recente utilização do cartão de crédito/débito em estabelecimentos comerciais menos capitalizados tem enquanto principal propósito a ausência de riscos de inadimplência que, a partir de então, passa ser de responsabilidade dos grandes bancos.

A burocratização que caracteriza o circuito superior também tem se mostrado mais flexível no que concerne à realização de empréstimos bancários, haja vista que as instituições financeiras que trabalham com a concessão de crédito pessoal significativamente expandiram a quantidade de estabelecimentos que fornecem esse tipo serviço (SILVEIRA, 2009).

No entanto, Lopes do Santos (2007), defende que a busca por empréstimos pessoais realizados por esses atores não se encontra eminentemente ligada à questão da ampliação das atividades prestadas por agentes não-hegemônicos, mas sim à necessidade de efetuação de pagamentos de dívidas anteriormente realizadas. É desse modo que se aprofunda a situação de pobreza estrutural em que vivem esses trabalhadores.

Destarte, nas três últimas décadas, a expansão das novas *tecnologias* sobre o território nacional tem permitido não apenas que a população pobre tenha acesso à novas possibilidades de obtenção de crédito, mas também tem contribuído para a intensificação do desemprego e subemprego, visto que no âmbito do circuito superior a exigência pela mão de obra especializada se configura enquanto premissa.

Esse cenário resulta da contínua incorporação de novos incrementos técnicos ligados ao desenvolvimento da ciência e da informação, estando estes materializados nas dinâmicas de produção de objetos/artigos modernos, onde a expansão das indústrias, comércios e serviços, responsáveis pela fabricação e distribuição, dá-se de forma seletiva, abarcando a empregabilidade de “[...] um número importante de estrangeiros,

variável segundo o grau de industrialização e de modernização do país.” (SANTOS, 2008, p. 45), bem como da mão de obra nacional qualificada.

Nesse sentido, Castells (2008, p. 136), observa que “A lucratividade e a competitividade são os verdadeiros determinantes da inovação tecnológica e do crescimento da produtividade” no mercado capitalista, onde a perversidade sistêmica almeja a obtenção máxima de riquezas, excluindo indivíduos e sacrificando formas de vida pela lógica que alimenta o livre mercado (RUBIO, 2008). Assim, o intencional avanço e concentração das modernas atividades econômicas sobre o território têm contribuído não apenas para a reconfiguração da divisão territorial do trabalho, mas também social, haja vista a discrepância que persiste em distanciar o acesso de muitos atores sociais em relação às possibilidades de efetuação do trabalho e do consumo no circuito superior, fato este que tem intensificado a pobreza nos espaços citadinos.

O impacto simultâneo, combinado e contraditório da adoção dos novos sistemas técnicos, compreende a tendência de acentuação de uma competitividade aglutinadora (DINIZ, 2012), onde todo o movimento envolto à flexibilização e divisibilidade das técnicas revela a multiplicidade das possibilidades de organização das atividades econômicas, as quais estabelecem comunicações distintas em meio aos fluxos de seus objetos e de suas ações.

Por estar assentado na tecnociência, o circuito superior da economia urbana tem uma complexa organização dependente das tecnologias da informação, as quais têm sido responsáveis por contribuírem não apenas para a produção de novos objetos técnicos, mas também por racionalmente redirecionarem as demandas de *consumo* da sociedade contemporânea.

Dentro desse contexto, grandes empresas ligadas à produção da *informação* têm intensificado a “necessidade” de incorporação de determinados objetos técnicos em meio às práticas econômicas estabelecidas por agentes hegemônicos. Processo este que também tem sido difundido em grande escala com o auxílio de empresas que trabalham com a elaboração de *propagandas*, realização de consultorias, feiras ligadas à modernização de equipamentos, cotações das bolsas de valores, dentre outras possibilidades que possam vir a facilitar os processos de sociabilização e articulação (OLIVEIRA, 2009), para que, assim, os mais diferentes níveis de organização do circuito superior se tornem “cientes” da lucratividade a ser alcançada diante da substituição do trabalho humano, frente à incorporação gradual de novos objetos técnicos.

É desta maneira que, através de uma integração vertical, se criam eventos de dominação e submissão do circuito superior marginal (tecnologia mista) em relação ao circuito superior puro (tecnologia de ponta), uma vez que este último transforma e impõe novas formas de fazer (SILVEIRA, 2015), de modo que a especialização do conhecimento possa desencadear o fortalecimento da hierarquia presente no interior circuito superior.

No fazer avançar do meio técnico-científico-informacional⁷, torna-se indiscutível que a reconfiguração das relações sócio-espaciais tenha sido condicionada pela força da informação, uma vez que esta variável se encontra à serviço da prática do consumo (SANTOS, 2008). Desse modo, computadores, *tablets* e aparelhos celulares, dentre outros objetos técnicos, cada vez mais têm permitido a redução dos postos de trabalho no âmbito do circuito hegemônico, fato este que tem ocorrido principalmente nos ramos da indústria (produção automóveis, eletroeletrônicos), no turismo (hotelaria, restaurantes), em supermercados (limpeza, finalização do processo de efetuação das compras), dentre outros.

Santos (1996a) apregoa, em seus apontamentos, que o computador é o objeto técnico mais emblemático da globalização recente, pois permeia entre as atividades de ambos os circuitos, o que se explica em razão das técnicas atuais serem dóceis e divisíveis (GAUDIN, 1978). Assim, ao passo em que a adoção desse artigo tecnológico tem acarretado a redução das possibilidades de obtenção de emprego em atividades hegemônicas, por outro lado, o circuito inferior passa a ser evidenciado com novas dinâmicas trabalho, as quais também estão a refletir a convergência informática.

Foi a partir dos primeiros anos do século XXI que observamos a apropriação de computadores enquanto instrumentos de trabalho pertencentes ao contexto socioeconômico das atividades realizadas por agentes não-hegemônicos, processo este que ainda tem ocorrido de maneira lenta, gradual e heterogênea, promovendo significativas mudanças nas relações de trabalho que até pouco tempo caracterizavam esse circuito.

Segundo Silveira (2010), tal processo só foi permitido diante da ampliação do crédito e das demandas de consumo da população de baixa renda por novos

⁷ Nas palavras de Santos (1997a, p. 190), é destacado que no meio técnico-científico-informacional a “[...] união entre a técnica e a ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado graças à exatidão à ciência e à técnica, torna-se um mercado global. [...] Antes, eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como império da técnica, objetos de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticado e mais carregados de artifícios. Esse mundo artificial inclui, hoje, o mundo rural.”

equipamentos tecnológicos, o que veio desencadear o “consumo produtivo” de computadores, visto que esse artigo tecnológico possibilitou a ampliação de “[...] horizontes de trabalho num momento de diminuição de empregos ditos formais” (SILVEIRA, 2015).

Apesar do recente e relativo barateamento dos equipamentos que compõem as tecnologias da informação, o baixo grau de capitalização que caracteriza o circuito inferior (SANTOS, [1978] 2008), acabou por reforçar as relações de complementariedade desse circuito em relação aos serviços prestados pelo circuito superior marginal, fato este que aconteceu através do uso de cartões de crédito, que é um dado recente no circuito inferior (NETO, 2016), além de empréstimos (LOPES DOS SANTOS, 2007), para a efetuação de novos investimentos tecnológicos.

De acordo com Santos ([1978] 2008, p. 73), “[...] Aprofunda-se, assim a subordinação do circuito inferior, enquanto a população que trabalha e consome predominantemente neste circuito, ao circuito superior.”, uma vez que, a partir de então, se dá a constituição de um círculo vicioso, construído entre as demandas de consumo que se renovam e o contínuo endividamento dos agentes e atores não-hegemônicos. É o caso, por exemplo, das atividades comerciais que, no final do século XX, trabalhavam com jogos de vídeo games, onde seus atores econômicos ao acompanharem a produção e chegada da demanda de uso dos computadores entre a população menos abastada, se viram obrigados a se readequarem a uma nova realidade de consumo técnico, logo transformando-se em *lan houses*.

Porém, nos últimos oito anos, com a ampliação do poder de consumo entre os estratos inferiores de renda e da acentuação das estratégias de mercado do circuito superior – propaganda, promoção, o proporcionado barateamento dos computadores e *tablets* – logo a população pobre deixou de recorrer às *lan houses* (anexo A) para utilizarem computadores e terem acesso à *internet*, fato este que, mais uma vez, demandou a redefinição dos serviços prestados por seus comerciantes e, por assim ter sido, alguns passam a atuar enquanto pequenas gráficas (anexo B).

O processo constante da modernização tecnológica e atualização das demandas de consumo é uma realidade que assombra e ameaça a possibilidade de continuidade de muitas atividades e serviços prestados no âmbito do circuito inferior, uma vez que os agentes e atores pouco capitalizados se veem obrigados a constantemente recorrer ao circuito superior na busca ilusória de acompanharem a modernização técnica.

Por assim figurar-se, nas três últimas décadas, testemunhamos que as atividades e serviços presentes no âmbito do circuito inferior da economia têm perpassado por significativo processo de metamorfose de suas práticas socioeconômicas, destarte, se faz necessário buscarmos o aprofundamento de determinadas questões, para que assim, possamos melhor entender a sua configuração atual na contemporaneidade.

1.2 O circuito inferior da economia e sua representatividade no período atual

Dando continuidade a este diálogo, a partir de agora adentramos no debate acerca da teoria que constitui a principal base da pesquisa em questão. Assim, faz-se necessário ressaltarmos que o processo de desenvolvimento científico surge a partir de observações, questionamentos e problemáticas que são construídas de maneira a condicionar a ciência por processos de (re)construções e avanços.

Em meio a essa trajetória que se apresenta de forma contínua, paradigmas são tidos enquanto pressupostos a nos orientar em novas descobertas (KUHN, 1962). E no que diz respeito ao circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 1979), tem sido crescente a necessidade da construção de uma nova ótica a respeito do trabalho realizado por estratos inferiores de renda, onde a busca por sua “renovação” decorre do atual contexto vivenciado nos “espaços da globalização” (SANTOS, 1996), os quais são marcados por uma intensa discrepância no que diz respeito ao acesso a bens, serviços sociais e possibilidades de obtenção de renda.

Sendo assim, diante de intensificação da presença de novos conteúdos e dinâmicas no meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006), como o circuito inferior da economia tem sido estabelecido na contemporaneidade? O que o diferencia da representação construída pelo proponente da teoria em 1979?

Em um recente transcurso, Carneiro (2011; 2015), Montenegro (2006; 2009; 2011), Silveira (1999; 2004; 2007; 2008; 2011a; 2015) e Oliveira (2009, 2010), dentre tantos outros pesquisadores ligados à geografia urbana (do comércio e do consumo), têm almejado não a comprovação da “desatualização” do aporte teórico-metodológico construído por Santos (1979), mas sim, contribuir para a “atualização” de questões que foram levantadas pelo autor na obra “O Espaço Dividido”, momento este em que o circuito inferior foi compreendido como sendo o subsistema “[...] constituído essencialmente por formas de fabricação não - ‘capital intensivo’, pelos serviços não-

modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 2008, p. 40).

De acordo com Silveira (2004), a premência na construção de uma nova ótica a respeito do circuito inferior reflete a intensificação do processo de urbanização, da reorganização da economia, do Estado e da monetarização da sociedade, onde a forte presença das variáveis do período no espaço urbano dos países subdesenvolvidos tem influenciado na (re)organização das práticas socioeconômicas realizadas por agentes e atores não-hegemônicos.

Sendo assim, *a priori*, podemos ressaltar que hoje o circuito inferior tem sido representado pela ampliação e intensificação da pobreza sob o território (MONTENEGRO, 2011), fenômeno este que é marcado por uma grande heterogeneidade no que diz respeito às formas e funções a este permitido, bem como, às possibilidades de ações comunicativas com os demais circuitos da economia (SILVEIRA, 2015).

Tamanha configuração decorre da recente divisão territorial do trabalho hegemônico, que se apresenta eminentemente ligada à economia globalizada (SPOSITO, 2017), de modo a condicionar a intensificação da discrepância no que diz respeito às possibilidades de realização do trabalho e, por conseguinte, contribuindo para que o circuito inferior da economia venha a se consolidar enquanto abrigo e fornecedor de renda para uma grande parcela da população (MONTENEGRO, 2011).

No Brasil, o “alargamento da divisão territorial do trabalho” (MONTENEGRO, 2011), acompanhou o processo de urbanização da sociedade, o qual se deu de forma brusca entre as duas últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI, período este em que o número da população residente nas cidades passou de 55,92% em 1970 para 84% em 2010 (IBGE, 2010). Assim sendo, o referido desenvolvimento foi vivenciado diante da forte concentração de habitações em áreas precárias; redução do emprego formal; bem como, a precarização das condições de trabalho no âmbito do circuito superior, promovida por baixas remunerações, além de outros fatores.

Tal fato também foi impulsionado por acréscimos ligados à tecnociência, informação e finanças (SILVEIRA, 2009), os quais adentram no território nacional através da atuação de empresas nacionais e internacionais (filiais), em algumas metrópoles - como São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza, entre outras - em que estas, por serem detentoras da tecnologia de ponta e do trabalho especializado, não

possuem interesse em absorver a parcela de mão de obra já disponível pelo desemprego e flexibilização das relações trabalhistas.

A esse respeito, Santos (2008, p. 26), explica que hoje o sistema técnico dominante é detentor de uma nova característica, a de atuar enquanto invasor, pois “[...] Ele não se contenta em ficar ali onde o primeiro se instala e busca espalhar-se, na produção e no território”. Por assim se apresentar, o circuito superior tende a continuar expandindo-se de maneira seletiva e em graus distintos em outros espaços urbanos, a exemplo do que tem acontecido com as cidades médias e pequenas, por intermédio da difusão de determinados ramos de franquias (vestuário, alimentício, equipamentos eletrônicos, etc.), condicionando principalmente a redefinição das dinâmicas de consumo pré-existentes.

No entanto, é importante destacarmos que o referido quadro também deriva de uma ação política interessada em privilegiar o mercado internacional e o campo monetário, no qual reduzem-se as possibilidades de formulação de uma política econômica voltada para geração de emprego e distribuição de renda no campo nacional (MONTENEGRO, 2006), assim, tornando-se perigoso classificarmos o desemprego apenas enquanto resultado da presença de tecnologias modernas no território brasileiro.

Pochmann (2010, p. 57) destaca que, no Brasil, as opções políticas ancoradas no neoliberalismo (privatização, elevação da carga tributária entre os estratos inferiores de rendas, endividamento público), acabaram por penalizar a grande parcela da população com o aumento das desigualdades através de baixos salários e da precarização dos empregos.

Desse modo, Oliveira (2009, p. 278), afirma que a recente reestruturação do circuito inferior tem sido ocasionada pela “[...] redução do número dos postos de trabalho, o forte crescimento do número de desempregados e a desvalorização do trabalho, associado ao aumento da circulação e à intensificação dos consumos”. Dentro desse cenário, que começou a ser estabelecido no final da década de 1980, as cidades as brasileiras também passaram a ser constituídas enquanto palco da intensificação da pobreza urbana, manifestada na expansão das atividades e serviços pertencentes ao circuito inferior, os quais abrigam diferentes níveis de precarização do trabalho e do consumo.

Ao dissertar sobre os circuitos da economia no período atual, Oliveira (2011, p. 15), considera que:

[...] as maneiras como esse conjunto de variáveis, eventos, e processos se combinam nos lugares fazem com que o período atual também se caracterize pela coexistência entre novas e velhas formas de estabelecer a coerência e a subordinação entre os circuitos da economia urbana. Os circuitos se reestruturam, adquirem novas feições, ensejam a realização de novos processos e a perpetuação de outros, dão existência a novas formas e fazem reviver formas consideradas superadas. (OLIVEIRA, 2011, p. 15)

Desta maneira, o circuito inferior da economia tem perpassado por um significativo, porém lento e restrito, processo de reorganização da base técnica e das dinâmicas sócio-espaciais que o constituem. Todo esse movimento tem ocorrido diante da permanência de algumas de suas antigas práticas econômicas⁸, ao passo que acompanhamos o surgimento, expansão e diversificação de novas formas de trabalho permitidas pela divisibilidade das técnicas atuais (SANTOS, 1996) e flexibilização do acesso ao crédito (SILVEIRA, 2007).

Diante da pobreza estrutural globalizada⁹ (SANTOS, 2008, p. 73), as atividades e serviços pouco capitalizados já não são tidos enquanto entraves por parte do circuito superior, uma vez que este subsistema estrategicamente passou a reconhecer o circuito inferior enquanto instrumento condicionante do poder de atuação dos grandes agentes econômicos sobre o território.

No entanto, a conformação do cenário em questão não significa que as camadas populares já não viviam na marginalidade¹⁰ do trabalho e do consumo. Pelo contrário, uma vez que este nunca foi um objetivo a ser alcançado por parte dos agentes hegemônicos, que “[...] procuram meios de obter uma massa sempre crescente de mais-valia ao combinar em seus planos de ação, atividades de pequeno porte, informais e mal pagas, cuja população não consegue emprego nas atividades do circuito superior.” (CARNEIRO, 2015, p. 46).

Silveira (2009, p. 67), defende que a intensificação do circuito inferior na contemporaneidade decorre da “[...] racionalização da sociedade e do território.”, e enquanto refúgio crescente da mão de obra não especializada, as novas especificidades

⁸ Feiras, bodegas, pequenas lanchonetes, oficinas de concerto de aparelhos de telecomunicação, de costura, serviços de manicure, transporte de pessoas, além de outros.

⁹ Para Santos (2008, p. 69), a pobreza estrutural globalizada corresponde ao período no qual nos encontramos “[...] que do ponto de vista moral e político equivale a uma dívida social. Ela é estrutural e não mais local, nem mesmo nacional; torna-se globalizada, presente em toda parte do mundo. Há uma disseminação planetária e uma produção globalizada da pobreza, ainda que esteja mais presente nos países mais pobres. [...]”

¹⁰ “[...] tal pobreza era produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho, internacional ou interna. Admitia-se que poderia ser corrigida, o que era buscado pelas mãos dos governos. (SANTOS, 2008, p. 69).

que o compõem têm emergido de forma ainda mais hierarquizada, heterogênea e dependente dos insumos que constantemente são produzidos pelo circuito detentor do grande capital. Nesse sentido, a autora anteriormente citada (2009), menciona que:

[...] Tecem-se novos nexos entre empresas do circuito superior e trabalhadores do circuito inferior, cuja manifestação mais visível é o consumo de bens, serviços e dinheiro, sob forte relação de dependência com tais firmas. Em consequência, aumenta a distância entre o circuito superior, portador de mais lucros e menos capacidades ociosas, e o circuito inferior, cada dia mais pobre e mais endividado. (SILVEIRA, 2009, p. 72)

De posse das considerações destacadas, as quais evidenciam a diversificação da capacidade de articulação entre os circuitos em meio à intensificação da pobreza, podemos afirmar que as recentes transformações ocorridas no circuito inferior da economia além de resultarem de intensas e sucessivas modernizações tecnológicas, também têm sido aceleradas por transformações dos padrões de *consumo*, haja vista que é dessa forma que a população menos abastada passa a “exigir” dos agentes e atores não-hegemônicos a presença de objetos técnicos e serviços que refletem o atual contexto da psicoesfera e tecnoesfera¹¹.

No entanto, antes de nos determos à análise do consumo no estágio em que o circuito inferior hoje se encontra, é pertinente que possamos estar cientes que a exacerbação da prática em questão não é possível de ser estabelecida de forma desassociada de outros fatores, visto que tamanha intensificação está eminentemente ligada à capacidade de fluidez de outras variáveis do período que, quando aglutinadas, contribuem estrategicamente para a produção e ampliação de novas “necessidades” sobre o meio construído.

Nesse sentido, podemos destacar que o uso da *informação* e da *propaganda* no sistema capitalista vigente são alguns dos primeiros pilares de sustentação que norteiam a expansão e (re)configuração do consumo. Sendo assim, esta última variável, em determinados níveis de organização do circuito inferior (circuito inferior formal e central), passa a ser tida enquanto nexo de submissão dos agentes/atores detentores do capital reduzido em relação ao circuito superior, bem como, paralelamente, instrumento

¹¹ Santos (1994, p. 14), relata que “[...] A psicoesfera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo.”; já no que diz respeito a tecnoesfera entende-se que esta seja o “[...] resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo.

do fortalecimento da hierarquização presente no interior do próprio circuito não-hegemônico.

Tamanha realidade é inicialmente construída a partir das práticas econômicas estabelecidas no circuito superior marginal (empresas que trabalham com *marketing*, consultorias, publicidade, etc.), as quais se manifestam com menor grau de modernização, porém, se encontram intencionalmente direcionadas à introduzirem ou reforçarem a “pertinência” da consumação da propaganda em meio aos agentes não-hegemônicos.

É neste acontecer hierárquico¹² que a fluidez da informação contribui para que ocorra a alteração das crenças de parte dos agentes não-hegemônicos, haja vista que, a partir de então, muitos passam a acreditar que a utilização da publicidade poderá garantir o aumento no fluxo de clientes e o crescimento nos lucros. Sendo assim, Santos (2008, p. 71), alerta que é dessa forma que o consumismo exacerbado tem ganhado “[...] condições materiais e psicológicas necessárias para o seu desenvolvimento, dando à pobreza novos conteúdos e novas definições”, permitindo que o circuito inferior se torne cada vez mais subordinado, dependente e controlado pelo circuito superior (SANTOS, 2008).

Montenegro (2013), assegura que um dos fenômenos mais reveladores do circuito inferior na contemporaneidade se trata do crescimento dos gastos que seus agentes têm tido com o uso da publicidade, fato este que evidencia a transformação de algumas dinâmicas que o caracterizavam em períodos pretéritos, onde os investimentos nessas variáveis eram tidos enquanto nulos (SANTOS, 1979), visto que a preocupação primordial desses trabalhadores era, antes de tudo, por assegurar a sobrevivência dos familiares (DINIZ, 2012).

Destarte, a massificação do consumo de determinados serviços (consultorias, elaboração de propagandas, anúncios em rádios, além de outro) e de novos artigos tecnológicos (computadores, *tablets*, aparelhos celulares, etc.), ao passo que têm permitido a realização da propaganda no contexto socioeconômico desse subsistema, mesmo que seja de forma reduzida e imitativa¹³, tem reforçado os laços de dependência

¹² Silveira (2015, p. 253), defende que “O acontecer hierárquico não se realiza sem comandos localmente gerados [...] Esse é o acontecer complementar, definido pelos eventos e demandas modernos e próximos entre o campo e a cidade [...]”.

¹³ Para Silveira (2004), A imitação é um dos grandes fundamentos do circuito inferior na atual fase do processo de globalização. E essa prática “[...] também se renova no período atual, ampliando seus laços com a propaganda, com a moda, com as novas formas de produção (muitas vezes associada à “pirataria”

de determinados níveis do circuito inferior em relação ao circuito superior da economia, os quais têm ganhado novos contornos.

Silveira (2013, p. 40), garante que hoje a realização da propaganda no circuito inferior da economia tem acontecido progressivamente, “[...] mesmo que sob formas extremamente simples como o ‘boca a boca’, cartões de visita, faixas, *banners*, pequenos anúncios nas ‘Páginas Amarelas’, cartazes, placas etc.”, no entanto, apesar das múltiplas possibilidades destacadas pela autora, se torna pertinente ressaltarmos que a apropriação e utilização de tais instrumentos não abarca de forma igualitária todas as dinâmicas econômicas que o constituem esse subsistema, uma vez que a discrepância socioeconômica tem aumentado consideravelmente diante do aprofundamento da pobreza estrutural (CARIOLA; LACABANA, 2001).

É de acordo com este pensar que ressaltamos que a consumação de artigos “mais elaborados, como *banners*, placas, cartões de visita e anúncios em rádio, se faz presente de forma mais intensiva em grande parte das atividades presentes no circuito inferior central e circuito inferior formal, uma vez que tais relações econômicas são marcadas por uma considerável capacidade de interação com múltiplos agentes sociais e níveis do circuito superior, seja através de relações de concorrência ou de complementariedade.

Em meio a esse contexto, a apropriação e utilização de *tecnologias* resultantes da recente modernização tecnológica tem sido estabelecida de forma a condicionar que o próprio circuito inferior seja capaz de elaborar suas estratégias de *marketing*, de certo modo, reduzindo custos e provocando novos processos de subordinação e dependência do circuito inferior residencial em relação ao circuito inferior central, tamanha realidade tem se tornado possível devido à ampliação do acesso ao crédito pelo uso de cartões de crédito e empréstimos. Entretanto, se faz pertinente destacarmos que ainda assim muitos dos artigos tecnológicos que chegam a este circuito já se encontram “[...] relativamente ‘superados’ pela produção acelerada de novos objetos e pela obsolescência planejada do circuito superior [...]” (MONTENEGRO, 2011, p. 86).

Dessa maneira, Almeida (2000) assegura que, por mais que o circuito inferior passe a dispor de novas tecnologias que venham a corroborar para a diversificação de suas dinâmicas de trabalho, a inserção de equipamentos usados, combinados à reutilização de tecnologias tidas enquanto tradicionais ou “obsoletas”, ainda é uma realidade que se faz presente e nos revela como a população pobre reavalia a

e conseqüentemente à marginalidade) e com a comercialização de um novo leque de produtos.” (MONTENEGRO, 2006, p. 90-91).

tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novas possibilidades de uso para os objetos e técnicas. Em meio à presença de técnicas variadas, podemos asseverar que, na contemporaneidade, “[...] as atividades do circuito inferior são híbridas quanto aos objetos utilizados, apresentando, em sua organização, técnicas novas e técnicas antigas.” (SALVADOR, 2017, p. 156).

Objetos técnicos como *notebooks*, *tablets* e aparelhos celulares, estando estes conectados à *internet* ou não, têm consideravelmente alterado as dinâmicas de trabalho no circuito inferior, uma vez que o impacto causado por essas tecnologias tem demandado que seus trabalhadores possuam ao menos um certo grau de conhecimento ligado à informática, fato este que ainda tem sido visto com preocupação por parte de alguns dos seus atores econômicos, pois o baixo nível de escolaridade entre os trabalhadores desse circuito é uma característica que ainda hoje persiste (OLIVEIRA, 2009).

O direcionamento do uso dos computadores e aparelhos celulares para a realização da publicidade nesse circuito também tem colocado em evidência outra questão interessante de ser percebida em seu processo de “redefinição”, haja vista que a incorporação dos artefatos ligados à informática têm contribuído para que o mercadejar desses agentes já não fique restrito ao recorte espacial em que a atividade é realizada, a exemplo do que tem acontecido em Santa Cruz do Capibaribe – PE, onde os trabalhadores da feira têxtil da cidade (anexo C), mediante a efetivação de uma política-administrativa, têm utilizado as redes sociais¹⁴ (anexo D), - *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*, dentre outras -, de modo a atrair consumidores de municípios e estados longínquos.

A compreensão do circuito inferior da economia está longe de ser rígida. Nesse sentido, apesar desse subsistema ainda hoje ser marcado pelo predomínio de atividades econômicas bastante enraizadas, as quais mantém relações privilegiadas com o seu lugar de origem (SANTOS, 1979), a recente racionalidade econômica presente em seus diferentes modos de produção (NETO, 2016) o norteia, na medida do possível, para que as informações inerentes às suas práticas econômicas possam ir além dos limites territoriais estabelecidos por ruas, bairros ou cidades.

Sendo assim, a significativa presença da publicidade no âmbito do circuito caracterizado pelo predomínio do baixo grau de organização, tecnificação e capital, é

¹⁴ Silva; Fialho e Saragoça (2013, p. 93), salientam que “As redes sociais são estruturas de laços específicos entre atores sociais, redes de comunicação que envolvem a linguagem simbólica, limites.

um interessante ponto de observação para que também possamos nos deter à compreensão das relações hierárquicas que se fazem presentes no seu interior, visto que parte do circuito inferior residencial e informal se abastece dos serviços prestados pelo circuito inferior central e formal, e vice versa.

Tamanha inter-relação se perfaz ora enquanto processo de subordinação (devido à dependência do consumo de pequenas quantidades de tintas, papéis, canetas, do acesso à serviços realizados por gráficas menos capitalizadas, os quais, em sua maioria, são produzidos e comercializados no contexto do circuito inferior central e formal), ora enquanto relação de complementaridade (serviços prestados por pintores, pedreiros, etc), tendo em vista que a contratação da força de trabalho presente no circuito inferior residencial ou na informalidade tende a ser realizado em meio à custos menores.

Por isso, Montenegro (2011, p. 90), assegura que “[...] o que aparece como propaganda para certos atores compreende trabalho para outros, ou seja, atualmente multiplicam-se as atividades de fabricação desses artigos [...]”, e assim o circuito inferior da economia urbana passa a assumir novas feições, ao passo em que garante a ampliação das possibilidades de realização do trabalho, mesmo que isto ocorra de forma precária.

No que concerne à possibilidade de efetuação da propaganda no contexto sócio-espacial do circuito inferior informal e residencial, podemos destacar que essa variável se perfaz organizada de forma mais precária e reduzida, muitas vezes, sendo estabelecida através da criatividade que se configura refletida na reutilização de determinados materiais (placas, papéis, ferros, papelão, dentre outros), bem como, nas estratégias de (re)apropriação do meio construído (bancos das praças, árvores, as paredes das casas, etc.), de modo a disseminar pequenos anúncios. A realização da referida dinâmica se faz possível, porque o “[...] circuito inferior está baseado mais sobre o trabalho do que sobre o capital.” (SANTOS, 2003, p. 94).

Outro aspecto interessante de ser constado é a proximidade dos consumidores com os serviços prestados (SALGUEIRO, 1992, p. 124), o que permite que a informação sociabilizada (propaganda) assuma proporções significativas através da construção de relações amistosas entre os seus atores e clientes (DINIZ, 2012). Sendo assim, não é equívoco afirmarmos que a propaganda via boca a boca ainda hoje se faz presente no mercadejar de muitos atores econômicos pouco capitalizados, principalmente quando estes fazem parte do circuito inferior residencial, haja vista a proximidade das casas dos fregueses com as atividades econômicas.

Contudo, a atualização da capacidade de consumo e articulação entre os circuitos (OLIVEIRA, 2010), só tem sido realmente efetuada diante da presença de outras variáveis do período, como as *finanças* e o *crédito* (SILVEIRA, 2004; 2009). A dificuldade de acesso à este último até pouco tempo se configurava por ser uma das principais características do circuito menos capitalizado, o que levou à consolidação da realização de práticas não-bancárias e/ou informais, a exemplo do “fiado”¹⁵, das trocas permitidas através do uso de “vales refeição” e dos empréstimos concedidos por agiotas (SILVA, 2012).

Porém, na contemporaneidade, estas relações que por muito tempo “alimentaram” de forma exclusiva as reduzidas finanças presentes no circuito inferior, cada vez mais, têm perdido espaço devido ao fato das instituições financeiras estrategicamente terem reconhecido a pertinência da desburocratização do acesso ao crédito, pondo em ameaça a continuidade das relações de subordinação dos atores não-hegemônicos em relação aos emprestadores não-bancários (SILVA, 2012).

No entanto, se por um lado os agentes não-hegemônicos têm se tornados menos dependentes das intermediações financeiras não-bancárias, em contrapartida, a racionalidade presente no circuito superior tem intensificado a dependência dos agentes/atores do circuito inferior em relação às instituições financeiras bancárias, às franquias, *outlet* de eletrodomésticos, roupas e materiais de construção, fato este que tem favorecido o endividamento e a insolvência (SILVEIRA, 2015).

Nesse sentido, Silva (2012), ao realizar um estudo dissertativo sobre o acesso dos agentes do circuito inferior ao crédito na contemporaneidade, constatou que o principal nexo de dependência dos trabalhadores do circuito não-hegemônico em relação ao circuito superior acontece através da concessão de empréstimo pessoal, porém, outros autores defendem que esse processo também se dá através do uso crescente dos cartões de crédito (LOPES DOS SANTOS, 2007).

Destarte, são dessas estratégias que deriva o aumento do poder de compra dos pequenos produtores, das micro e pequenas empresas¹⁶, dos comerciantes e prestadores de serviço que, ao se verem endividados, reconfiguram suas dinâmicas de atuação

¹⁵ E Segundo Diniz (2012, p. 47), o fiado é “[...] um tipo de crédito baseado na confiança dada ao freguês, para pagamento posterior. [...]”. No entanto, se faz pertinente ressaltarmos que na contemporaneidade, a prática em questão tende a sumir, diante da creditização da sociedade.

¹⁶ De acordo com a classificação adotada pelo IBGE (2006), as microempresas são aquelas ocupadas com até 9 pessoas; já as pequenas, ficam restritas entre 10 a 49 pessoas; as médias de 50 a 249 trabalhadores e; as grandes, são as quais executam suas atividades ocupadas com mais de 250, fato este que independe do setor da atividade que é desempenhada.

estabelecendo ações como a busca por outras possibilidades de obtenção de crédito, preferência por contratação da mão de obra familiar ou com menor nível de escolaridade, de modo a reduzir os custos e saírem da inadimplência.

Logo, é pertinente que possamos ressaltar que a intensificação desse quadro resulta não apenas da creditização do território (SILVEIRA, 2009), mas também das formas renovadas de produção da pobre urbana (OLIVEIRA, 2010), estando estas somadas ao estímulo ao hiperconsumo¹⁷, o que tem permitido a reconfiguração dos nexos de dependência dos agentes menos capitalizados em relação aos serviços disponibilizados pelo circuito superior. Tamanha realidade acontece de modo não apenas a possibilitar que os recém desempregados possam (re)adentrar de forma precária no mercado de trabalho, mas também permitir a atualização das mercadorias e serviços prestados, além da efetuação do pagamento de dívidas trabalhistas.

Desse modo, Silveira (2009, p. 67), destaca que hoje o circuito inferior tem sido caracterizado por “[...] oferecer produtos mais simples, essenciais ou supérfluos, criativos ou imitativos”. Sendo assim, as atividades não-hegemônicas já não estabelecem suas práticas econômicas de forma a almejar o atendimento apenas das necessidades básicas da população (alimentação e vestuário), apresentando novas formas e funções, as quais se encontram materializadas em farmácias, academias, mercadinhos, “lojinhas” de roupas, serviços de produção e comercialização de móveis projetados, panificadoras, salões de cabeleireiro, salões de festas, mini pizzarias, bares, dentre outras configurações assumidas.

Vale destacar que tamanha flexibilização já não se encontra evidenciada apenas no que diz respeito ao que é produzido ou comercializado, mas também envolto à capacidade de efetuação do pagamento pelos serviços prestados, os quais podem ser dinheiro líquido, no fiado, ou através do uso de cartões de crédito e débito, o que tem sido permitido pela flexibilização das técnicas vigentes e ampliação do acesso ao crédito.

No que concerne à localização, distribuição e concentração das atividades econômicas realizadas pela população de baixa renda, torna-se pertinente ressaltarmos que esse processo decorre da combinação de múltiplos fatores sócio-espaciais que implicam no processo de valorização desigual do meio construído (MONTENEGRO,

¹⁷ De acordo com Lipovsky (2007), a relação entre o empobrecimento e endividamento de parte da população dar-se não apenas por intermédio de saldos e prestações não quitadas pelo uso de múltiplos cartões de crédito, mas também, por exigências sociais com relação a posse de determinados equipamentos e serviços que não são acessíveis à muitos.

2013), de modo a refletir a estratégica seletividade dos investimentos de setores públicos e privados. E segundo Silva (2012), o circuito inferior tende a se instalar em:

[...] em áreas de “meio degradado”, com alta circulação de pessoas e meios de transportes, podendo estabelecer-se nos centros urbanos e também como alternativa para as populações segregadas socioespacialmente – localizando-se nas áreas de maior circulação de pedestres, geralmente próximos a terminais de ônibus ou pontos de concentração de transportes alternativos. (SILVA, 2012, p. 78)

Apoiados em diferentes processos de (re)produção e organização do espaço urbano, os principais “focos de concentração” do circuito inferior são evidenciados por áreas que se encontram em processo de desvalorização por parte das classes mais abastadas, como tem acontecido com os centros históricos de muitas metrópoles brasileiras, visto que, a partir da década de 1970, tais recortes espaciais passaram a ser abandonados por já não serem considerados locais “adequados” para a prática do lazer, comércio e serviços (VILLAÇA, 1998).

No entanto, estes trabalhadores também têm se apropriado de outros recortes espaciais, principalmente marcados pela emergência de determinados serviços, como alimentação, vestuário, transporte, dentre outros. Desse modo, a depender do contexto socioeconômico, a demanda poderá representar o principal fator a autorizar, ou não, a concentração das atividades e serviços pouco capitalizados, fato este que abarca a realidade de muitos bairros afastados das tradicionais/principais áreas comerciais das cidades brasileiras.

É o que tem acontecido, por exemplo, em bairros marcados pela concentração de escolas e universidades, onde podemos encontrar uma significativa concentração de atividades comerciais ligadas ao setor de alimentação (produção e comercialização de quentinhas, lanchonetes, vendedores ambulantes e camelôs que comercializam pequenos lanches), papelaria, serviços de xerox, entre outros.

Por último, torna-se pertinente mencionarmos que embora hoje as atividades econômicas figuradas no contexto do circuito inferior tendam a se instalar de forma mais intensa em parcelas desvalorizadas do tecido urbano (MONTENEGRO, 2013), estas também se encontram concentradas nas principais áreas comerciais, como acontece nas cidades médias e pequenas, tendo em vista que muitos dos centros desses espaços citadinos ainda representam, simultaneamente o “[...] lugar onde se estabelecem relações de trabalho, moradia, passagem, e lazer, por isto, integra e dispersa” (MAIA,

2009, p. 183) múltiplos e distintos atores econômicos detentores do capital reduzido, sendo estes formais ou informais.

1.3 Trabalho “informal” e o circuito inferior nas áreas centrais das cidades brasileiras

Alvo de distintas intervenções, as áreas centrais¹⁸ das cidades brasileiras também revelam em sua morfologia um dinamismo eminentemente ligado à presença de muitos atores e agentes¹⁹ não-hegemônicos, em que o complexo processo de apropriação de tais recortes espaciais decorre da intensificação da pobreza estrutural, sendo esta revelada diante da existência de múltiplas, diferentes e precárias possibilidades de obtenção do capital.

Neto (2013), acredita que a dinâmica do meio urbano desempenha um papel extremamente importante para depreendermos o trabalho informal e o circuito inferior da economia, tendo em vista que “[...] a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora da pobreza [...]” (SANTOS, 2013, p. 10). Dentro desse quadro, as áreas centrais das cidades brasileiras têm sido constituídas enquanto espaços viabilizadores de novas estratégias de trabalho e emprego para a população de baixo poder aquisitivo, o que se explica pela capacidade de concentração de grandes fluxos de pessoas e mercadorias que caracterizam o Centro, os subcentros, dentre outros espaços intraurbanos. Para explicar as noções de emprego e trabalho, Castilho (1999), destaca que:

O trabalho é uma categoria universal, que designa as atividades humanas e sociais desde sempre. Neste sentido, todo trabalho é trabalho humano. O emprego por sua vez, é uma espécie de formalização capitalista de uma fração de trabalho, o que pressupõe o mercado, a propriedade privada dos meios de produção, o valor de troca. Podemos simplificar dizendo que o emprego é o trabalho assalariado. (CASTILHO, 1999, p. 12)

¹⁸ As áreas centrais correspondem aos centros tradicionais/principais; subcentros; centros de bairros, além de outras tipologias.

¹⁹ No entender de Carneiro (2015, p. 96 – 70) “[...] agente seria aquele que fala por meio do agir estratégico e atua orientado por um fim, ao passo que o ator seria aquele que fala por intermédio do agir comunicativo e atua orientado para o entendimento. [...]” e conclui destacando que a principal diferença entre ambos está na ação efetuada de forma a almejar uma finalidade “[...] Deste modo, no último caso, a busca do consenso intersubjetivamente conquistado, conforme as atividades simbolicamente mediadas e, no primeiro, ligando-se a sucessos a atingir, subjetivamente alcançados por meio de imposições.” (CARNEIRO, 2015, P. 70).

Diante da referida discussão, as relações que são pautadas com base no emprego só podem ser tidas como tal a partir do momento em que o salário passa a ser assegurado àqueles que vendem a sua força de trabalho. No entanto, desde a década de 1990, temos acompanhado um significativo aumento do desemprego no Brasil, o que se explica pelo avanço da política neoliberal sobre o território nacional, de modo a permitir a constituição e realização de novas relações de trabalho as quais, muitas vezes, não chegam a sequer garantir o direito ao recebimento do salário mínimo²⁰.

Dentro desse cenário, ocorreu a expansão e diversificação das dinâmicas de trabalho caracterizadas enquanto informais. Tais práticas, muitas vezes, acabam sendo confundidas como sendo um conjunto de ações que se movimenta praticamente enquanto sinônimo do circuito inferior (CAVALCANTE, 1983), o que não deixa de ser um grande equívoco, cuja perpetuação de tamanha tipologia pode ter sido reforçada pela discriminação que lhe é conferida por agentes políticos.

Outra explicação possível de ser estabelecida, se encontra ligada à grande capacidade de amparo que constitui o circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 1979), tendo em vista que a adesão a esse subsistema pode vir a acontecer de forma rápida, pouco ou nada burocratizada e sem grandes exigências no que concerne à capacidade de organização e uso do capital.

Por isso, Montenegro (2013), alerta para que o enfoque na informalidade não seja confundido com o circuito inferior, tendo em vista que o subsistema em questão abriga tanto a realização de atividades econômicas classificadas como “formais” quanto “informais”. Este aspecto nos revela que em meio à composição precária do circuito inferior, há atividades que atendem tanto às demandas trabalhistas previstas na legislação brasileira (Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Seguro Desemprego, dentre outros) como coexistem práticas econômicas que são desenvolvidas muito distantes das exigências previstas por leis trabalhistas²¹.

²⁰ Em 2019, o valor do salário mínimo está fixado em R\$ 998,00 reais (novecentos e noventa e oito reais).

²¹ Além dos direitos previamente destacados, a CLT no Brasil garante que o trabalhador está assegurado pela consolidação da jornada de trabalho no regime de até 8 horas de trabalho diário; no que diz respeito à “Licença Maternidade”, se encontra garantido às trabalhadoras o afastamento durante o período de 4 à 6 meses, com a garantia da permanência da remuneração após o nascimento da criança; com relação às férias, estas que serão no período de 30 dias subsequentes também está endossado; já no que concerne a realização do aviso prévio - comunicação de rescisão do contrato de trabalho - mediante o desejo de desligamento da atividade ou serviço prestado, essa ação que poderá vir a ser realizada tanto por parte do empregador como do empregado, e deverá ser efetuada 30 dias antes do desligamento.

Diante do que até então foi enfatizado e dos apontamentos previamente estabelecidos nos sub tópicos anteriores a respeito do circuito inferior da economia, acreditamos que nesse momento seja pertinente estabelecermos, de forma breve, a compreensão do que seja o trabalho informal, apresentando algumas particularidades inerentes às relações socioeconômicas que o constituem.

Na ótica de Pamplona (2001), a informalidade é compreendida como sendo uma economia subterrânea, que consiste na realização de atividades não-registradas, não declaradas ao Estado, extraleais, porém socialmente lícitas. Acerca do trabalho realizado nesse âmbito, é importante destacarmos que tamanha estratégia de sobrevivência, também por ser compreendida enquanto uma opção “[...] para que não haja vínculos entre empresa e trabalhador, contribuindo para a fragilização e precarização das condições de trabalho [...]” (MONTESSORO, 2006, p. 140).

Ainda de acordo com o autor anteriormente ressaltado (2006), o trabalho informal é marcado pela:

[...] facilidade de acesso à atividade; utilização de recursos locais; propriedade familiar da empresa; escala de atividade reduzida; uso de técnicas que privilegiam o recurso à mão-de-obra; qualificações adquiridas fora do sistema oficial de formação; e presença de mercados concorrenciais e sem regulamentação. (MONTESSORO, 2006, p. 39)

Jakobsen (2000), destaca que o setor informal é:

[...] composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Estas atividades se utilizam de pouco capital, técnicas rudimentares e mão-de-obra pouco qualificada, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumular capital e riquezas. (JAKOBSEN, 2000, p. 13 -14)

Algumas das características anteriormente ressaltadas se encontram diretamente ligadas ao Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC), desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), instituição que tinha como objetivo “[...] criar condições de intervenção em relação ao problema do subemprego e ao da pobreza.” (OLIVEIRA, 2009, p. 188), que, na década de 1970, já eram vistos enquanto graves anomalias que atrasavam o desenvolvimento econômico e

que provocavam a intensificação das desigualdades que não ficaram restritas ao setor da economia.

No âmbito nacional, Diniz (2009), ao realizar um estudo acerca do processo de “legalização da informalidade”, considera que:

A origem deste setor popular nas grandes cidades do Brasil está relacionada à forte migração dos trabalhadores do campo para área urbana no pós a Segunda Guerra Mundial, devido às transformações nos atrasados meios de produção agrícola, que dispensaram mão-de-obra nesta área, somadas às buscas de melhores condições de trabalho na nascente indústria urbana. (DINIZ, 2009, p. 13)

No entanto, devido à urgência com a qual essa realidade foi estabelecida, o estratégico desinteresse do setor moderno em incorporar a maioria dos trabalhadores recém-chegados se fez maior, o que já era bastante previsível de acontecer, tendo em vista que o circuito superior da economia se encontra fortemente caracterizado por ser um subsistema poupador da mão de obra, devido ao moderno aparato tecnológico que o constitui.

Com efeito, as áreas centrais de grandes cidades brasileiras (Curitiba, Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, Natal, Goiânia, Belém, Manaus, dentre tantas outras), recentemente estudadas por Montenegro (2006; 2009; 2011); Oliveira (2007; 2009); Silveira (2007), além de outros pesquisadores, foram ocupadas por novos postos e relações de trabalho que passaram a ser realizados de forma emergencial, apresentando níveis ainda mais frágeis de organização, colaborando significativamente para acelerar o processo de “decadência” ou “deterioração” do Centro, processo este que consiste no abandono dessa área por parte das camadas altas de renda, bem como a sua apropriação por classes populares (VILLAÇA, 2001).

Foi a partir da década de 1990 que grande parte dos centros tradicionais ou principais das cidades brasileiras passaram a ser ocupadas por atividades econômicas constituídas por baixos níveis de capital, tecnologia e organização, tendo em vista que foi justamente nesse período que houve o avanço das políticas neoliberais²² sobre o território nacional, como anteriormente mencionado, de modo a condicionar a multiplicação da pobreza e das dívidas sociais no país (SILVEIRA, 2009).

²² O neoliberalismo é compreendido como sendo um conjunto de concepções que defende a participação mínima do Estado na economia. Destarte, deve ser assegurado a liberdade total do mercado, uma vez que este princípio garante o crescimento social e econômico do país. (SOUSA, Ranier. Brasil Escola).

Assim, Montessoro (2006), acredita que a concentração do trabalho informal e do circuito inferior nas áreas centrais das cidades brasileiras se deu devido à capacidade que tais recortes espaciais têm de (re)integrar um considerável contingente populacional em atividades que possam garantir a sobrevivência imediata da mão de obra dispensada por atividades da economia hegemônica, uma vez que o centro/subcentros são tidos como sendo os lugares das possibilidades.

Destarte, estes espaços tem sido estrategicamente selecionados, ocupados e (re)organizados por atividades e serviços cujos meios de contratação (legal/ilegal, permanente/temporário) manifestam-se diante da diminuição da garantia dos direitos trabalhistas e da estabilidade, promovendo a expansão de baixas remunerações, na medida em que buscam atender de forma imediata as necessidades básicas da população pertencente ao meio geográfico em que estão inseridas (MONTENEGRO, 2011).

Nesse sentido, a depender da escala geográfica, os centros das cidades brasileiras se encontram principalmente ocupados por atividades ligadas ao setor de serviços, como micro e pequenos negócios (chaveiros, vendedores ambulantes, camelôs, feirantes, costureiras, moto-taxistas, engraxates, flanelinhas), os quais nos permitem enxergar um baixo grau de produtividade (RIBEIRO, 1996).

Em meio à busca pela compreensão dessas dinâmicas, podemos afirmar que, na contemporaneidade, as “[...] atividade econômicas informais estão cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade brasileira” (CLEPS, 2009, p. 327), assim como tem acontecido com o circuito inferior, refletindo uma tendência tem que sido estabelecida em nível mundial, evidenciando a multiplicação do trabalho autônomo, que tem sido amplamente organizado diante da diminuição do emprego formal.

Na medida em que este fenômeno tem ocorrido, quase que instantaneamente, muitos dos recém-desempregados são principalmente “acolhidos” por múltiplas dimensões inerentes à realização do trabalho informal, por isso, no setor privado, o número de postos de trabalho sem carteira assinada tem se configurado de forma significativa, como pode ser observado no (Quadro 02).

Quadro 02: Trabalho sem carteira assinada no setor privado

ANO	QUANTIDADE
2012	11,084 milhões

2013	10,835 milhões
2014	10,378 milhões
2015	10,081 milhões
2016	10,147 milhões
2017	10,707 milhões
2018	11,189 milhões

Fonte: IBGE

Muito embora não possamos garantir que esses postos de trabalho se façam presentes nas áreas centrais das cidades brasileiras devido à dispersão do dinamismo econômico que recentemente tem marcado a urbanização do país. Logo, podemos observar que, ao longo do período em questão, a realização da prática do trabalho sem a garantia da carteira assinada tem sido evidenciada por um crescimento de 0,93%, demonstrando que, apesar da pequena queda nos quatro primeiros anos, foi a partir de 2015 que tamanha característica se configurou em processo de expansão contínua.

Um dado importante com relação ao recorte temporal presente no quadro anterior nos é apresentado pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), em que foi destacado que, entre os anos de 2012 e 2018, a taxa de desocupação foi de 7,4%, para 12,3%, apresentado uma variação de 4.9%. Ainda com relação a esse estudo, outro aspecto levado em consideração diz respeito à taxa de subutilização²³ da mão de obra, que no primeiro ano representou 18,4% dos trabalhadores e, em 2018, esse número chegou a 24,4% da força produtiva, o que representou um crescimento de 6%. Dentro desse quadro, “vão-se os empregos, e fica o trabalho” (SILVEIRA, S. A., p. 23), de modo a garantir a manutenção das necessidades básicas da classe trabalhadora e a pobreza urbana.

De certa forma, podemos dizer que esse fenômeno tem sido materializado através da crescente e desigual concentração de atividades e serviços pouco capitalizados em determinados recortes espaciais²⁴ da área do Centro. Logo, ressaltamos que tamanha conformação tem sido condicionada não apenas por grandes índices de

²³ A esse respeito, vale destacar que no estudo em questão, não foi discriminado se a “taxa de subutilização” se refere ao trabalho realizado no âmbito do setor informal ou do circuito inferior da economia.

²⁴ Sendo estes ruas, praças, avenidas, esquinas, dentre outros espaços.

migração interna (SINGER, 1999), mas também interurbana, evidenciada pela soma dos fenômenos sócio-espaciais fundamentados no crescimento da política neoliberal (POCHMANN, 2010).

A busca pela apropriação da área central das cidades não se dá por acaso. Ela está ancorada no papel de intermediação que este recorte espacial exerce na rede urbana, uma vez que o centro tradicional e/ou principal também é marcado pela concentração de muitos equipamentos urbanos e infraestrutura, geralmente tidos como sendo os mais importantes para a confirmação de sua centralidade (OLIVEIRA, 2018), fato este que acaba por nortear o mapeamento do espaço citadino estabelecido por atores não-hegemônicos.

Na perspectiva de Corrêa (1989), o centro antigo, no Brasil, tende a ser a área de maior concentração das atividades e serviços pertencentes ao circuito inferior, bem como no que diz respeito ao setor econômico marcado pela informalidade. Esse processo começou a ser estabelecido em meados da década de 1970, onde se verificou um intenso processo de desvalorização econômica e social do centro devido ao seu quase total abandono por parte das atividades socioeconômicas organizadas pelas classes mais abastadas. Nesse sentido, Cleps (2009), acredita que foi a partir de então que:

O perfil dos empreendimentos comerciais e serviços oferecidos nas tradicionais áreas centrais das cidades transformaram-se radicalmente. Diversos espaços anteriormente destinados às sedes de escritórios e centros de compras da burguesia tornaram-se empreendimentos de comércio popular, muitas vezes caracterizados pela informalidade. (CLEPS, 2009, p. 331)

No entanto, bem antes da conformação desse cenário que evidencia a capacidade de influência dos agentes políticos sobre as dinâmicas econômicas dos atores não-hegemônicos, almejando de forma rápida “maquiar” a pobreza urbana, foram as vias públicas os primeiros espaços responsáveis por “acolher” e “denunciar” a intensificação do subemprego na área do centro.

Ainda de acordo com a autora anteriormente citada (2009), tanto a ampliação do trabalho informal como do circuito inferior no centro citadino, pode ser compreendido enquanto reflexo da emergência dos recém desempregados em (re)adentrarem, mesmo que de forma precária, no mercado de trabalho. Desse modo, o anseio pela apropriação do espaço em questão se encontra fortemente ancorado em ações estratégicas que envolvem a circulação, a troca e o encontro entre pessoas e mercadorias “[...] visto que

quando as pessoas circulam pelo Centro das cidades mesmo que de superficial, há possibilidade do contato enfocada pela simples passagem e onde a passividade se impõe justamente pelo contato entre vendedor e consumidor.” (MONTESSORO, 2006, p. 158).

Hoje, ambas as possibilidades de realização do trabalho se encontram significativamente caracterizadas pela diversificação da prestação de serviços, “[...] devido à facilidade de acesso aos produtos, a pequena quantidade de dinheiro para o investimento inicial, assim como, por não ser necessário possuir experiência prévia para o exercício da atividade” (NETO, 2017, p. 14), além de poderem ser realizadas por trabalhadores com diferentes níveis de qualificação profissional.

Dessa maneira, muitos trabalhadores são introduzidos de forma rápida e “violenta” em um novo contexto sócio-espacial, onde os negócios desenvolvidos pelos mesmos se encontram organizados no limite da sobrevivência (VARGAS, 2000, p. 4), fato este que diz respeito principalmente ao trabalho realizado no âmbito da economia informal, pois, como considera Cleps (2009):

Longe de ser o ambiente que viabilize e estimule o desenvolvimento do empreendedorismo como alternativa ao emprego regular, a economia informal, como existe hoje, é o lugar em que, mal e precariamente, vai ocorrendo a reprodução da vida de parcelas crescente da população, num quadro marcado pela destruição e escassez dos postos de trabalho. (CLEPS, 2009, p. 329)

A partir da composição dessa situação caótica, constituída enquanto resultado da modernização tecnológica e expansão das modernas atividades econômicas sobre o território, consideramos que há conformação de uma qualidade ou estado de humilhação, tendo em vista que muitos dos atores pertencentes ao setor informal estabelecem suas práticas de trabalho em meio a condições extremamente precárias.

Tamanha fragilidade, logo é revelada aos transeuntes através da presença de novos conteúdos que passam a fazer parte da morfologia de algumas ruas do centro, onde a maioria dos trabalhadores informais realizam as suas atividades econômicas através de longas jornadas de trabalho, expostos ao sol ou à chuva, comercializando poucas mercadorias expostas nas mãos, no chão, em pequenos caixotes, bem como se utilizando de carros de mão ou barracas desmontáveis.

Em tais situações, o trabalho informal tende a ser estabelecido através da criatividade e do improviso, de modo a gerar baixa renda, mas produzindo “[...] no

entanto, bens e serviços, que muitas vezes, possuem função essencial” (CAVALCANTE, 1983, p. 121), principalmente no que diz respeito ao atendimento de algumas demandas de consumo do circuito inferior, o que acontece de modo a construir relações de dependência desse subsistema no que concerne à economia não-registrada, como efetua-se, por exemplo, com os vendedores ambulantes que trabalham com alimentação, os quais comercializam pequenos lanches²⁵ para os trabalhadores dos camelódromos – estes, geralmente, pertencentes ao circuito inferior formal.

No entanto, é importante ressaltarmos que a improvisação e criatividade também são características que se fazem presentes nas relações de trabalho que evidenciam o circuito inferior e, além de tais fatores, recentemente esse circuito tem sido estabelecido em meio a maiores possibilidades de implementação salarial, os horários de trabalho previamente estabelecidos e ampliação do acesso ao crédito bancário, o que tem aumentado o poder de consumo dos agentes e atores que o constituem, tornando o trabalho desenvolvido pelos mesmos, de certo modo, menos precário, no entanto, ainda se encontrando muito distante de sucumbir qualquer desigualdade, marginalização ou redução da pobreza.

Em meio a essas e outras condições, a área do centro tradicional ou principal das cidades brasileiras agrega diferentes níveis de organização da economia pouco capitalizada, em que as atividades e serviços que os constituem se mostram fortemente dependentes dos conteúdos que compõem o meio construído, como acontece com os moto-taxistas, que aparecem como alternativa diante do precário, insuficiente ou inexistente transporte público (OLIVEIRA, 2009); bem como, os feirantes que, mais explicitamente, “apresentam as feições regionais da economia pobre” (MONTENEGRO, 2011).

Por isso, Oliveira (2009), ao analisar a realidade dos trabalhadores por conta própria²⁶ na área comercial da cidade de Natal/RN, destaca que se torna imprescindível que as atividades econômicas realizadas por esses trabalhadores apresentem alguns aspectos determinantes, sendo eles:

²⁵ Bolos, água, sucos, refrigerantes, cachorro quente, mini pizza, tapioca, cocada – o tipo de lanche comercializado pode vir a variar de acordo com a região.

²⁶ Prandi (1978), salienta que os trabalhadores por conta própria podem ser aqueles que desempenham as suas dinâmicas econômicas por “conta própria”, sendo classificadas enquanto regulares ou irregulares, divergindo com relação a sua permanência na condição de não assalariado. Já Oliveira (2009, p. 73), ressalta que “[...] a denominação “por conta própria” não está relacionada à ausência das determinações capitalistas. Condição, na verdade, com a postura do trabalhador que se auto-emprega, realizando sua atividade sozinho, com a contribuição de familiares”.

[...] primeiro, que o produto de seu trabalho seja socialmente necessário, garantindo assim sua inclusão no circuito produtivo. A segunda condição para sua permanência nas formas atípicas de ocupação é que faça uso de sua própria força de trabalho. E terceiro, que seja possuidor de seus próprios instrumentos de trabalho, pois sua condição de autônomo subentende autonomia para o ato produtivo. (OLIVEIRA, 2009, p. 70)

Com base no que foi apresentado pelo autor, podemos então enfatizar que se faz necessário que os atores menos capitalizados possam estar atentos para as demandas que envolvem o cotidiano da área central das cidades, pois é da racionalização de suas atividades e serviços que também depende a execução da sua competitividade e da pertinência dos serviços desempenhados pelos mesmos.

Nessa direção, Montenegro (2011), argumenta que a racionalidade do espaço da cidade faz parte sim das dinâmicas de trabalho dos “homens lentos”, pois é da compreensão dos conteúdos inseridos no Centro que esses trabalhadores optam por desenvolverem as suas atividades e serviços em tal recorte espacial, atuando de acordo com uma lógica e, portanto, suas estratégias são consideradas tão racionais quanto as dos agentes hegemônicos (SANTOS 2008 [1979]).

Enquanto parte integrante do setor terciário, o circuito inferior e as formas de trabalho não-oficiais (SINGER, 1999), se “cruzam” de forma contínua, estabelecendo ações comunicativas que acontecem tanto através da rivalidade, marcada pelo antagonismo (disputa por clientes, mercadorias, apropriação do espaço, entre outros) como de complementariedade e dependência (transporte, alimentação, concerto e manutenção de equipamentos, dentre outras práticas), como acontece com os estacionamentos de carros e motos que no período da noite são alugados para guardar os “carrinhos de mão” utilizados durante o dia por ambulantes, ou ainda, os trabalhadores informais que comercializam pequenos lanches para o circuito inferior formal, como anteriormente já foi exemplificado.

Nessa direção, não é um equívoco afirmamos que os atores e agentes econômicos pertencentes ao circuito inferior central, contraditoriamente, podem chegar a contribuir para a “garantia” da permanência e ampliação dos postos de trabalho informal na área do Centro, fato este que se explica pela grande variedade dos produtos e serviços comercializados na ilegalidade, cujos preços tendem a ser menores quando comparados aos valores das mercadorias negociadas no subsistema em questão.

Silveira (2015, p. 256), compreende o contexto anteriormente destacado como sendo uma representação da chamada “articulação horizontal”, pois acontece de forma contínua, dotado com diferentes graus de articulação, que tem contribuído para que a interação entre ambos com contexto de realização do trabalho possa vir a ocorrer de forma contínua, o que é muito comum de acontecer nas metrópoles brasileiras.

Com base nessa contemplação, ressaltamos que um dos traços mais comuns em relação ao trabalho efetuado na informalidade se trata da heterogeneidade de suas práticas e dos instrumentos tecnológicos que contribuem para a sua realização, estando este fator presente no “[...] uso de métodos pouco capitalísticos, a resposta individualizada em função das socializações de clientes diversos, a diferenciação e mesmo irregularidade da prestação de serviços [...]” (CAVALCANTE, 1983, p. 32). Tamanha característica pode ser constatada na reutilização de alguns objetos técnicos como microfones, aparelhos celulares, além de outros equipamentos, os quais, muitas vezes, são de “segunda mão”, o que pode ser explicado pelo baixo grau de capitalização desses atores econômicos, por mais que a creditização do território também faça parte da realidade vivenciada por esses atores.

A reutilização dos materiais também é uma prática que faz parte do contexto sócio-econômico do circuito inferior da economia (MONTENEGRO, 2011), sendo considerada uma de suas características tradicionais (SANTOS, 1979), mas que, devido à estratégica aproximação do circuito superior, através da ampliação das possibilidades de acesso ao crédito (SILVEIRA, 2015), tem permitido que esse subsistema passe a organizar as suas práticas de trabalho diante de uma maior diversidade tecnológica – antigos e novos instrumentos tecnológicos.

A financeirização das possibilidades de realização do trabalho no âmbito do circuito interior é muito maior do que no setor informal. No entanto, essa situação tem reforçando a dependência dos trabalhadores – proprietários – desse subsistema em relação aos serviços de “cheque especial” ou “crédito pessoal”, aumentando a “vulnerabilidade” desses trabalhadores (SILVA, 2012), bem como a precarização do trabalho, tendo em vista que os mesmos passam a trabalhar por mais horas, almejando efetuar o pagamento das dívidas contraídas.

No que diz respeito ao processo de apropriação dos recortes espaciais da área do Centro, a luta pela “garantia” de um lugar no tradicional/principal espaço comercial das grandes cidades abarca ambas as possibilidades de representação do trabalho/emprego. Dentro dessa perspectiva, ressaltamos que o referido processo se encontra estruturado

em meio “[...] às relações de poder que aí são projetadas pelos diversos agentes produtores desse espaço.” (SANTOS, 2013, p. 46).

O primeiro desafio se dá entre os próprios atores não-hegemônicos (trabalho informal e circuito inferior) que, cotidianamente, estabelecem relações de disputas por um espaço na rua, no calçadão, na esquina, ou na praça. No entanto, tais espaços tendem a ser previamente “garantidos” ao circuito inferior, o qual é realizado em barracas, boxes, galerias, shoppings populares, sendo estes assegurados por agentes políticos locais.

É comum que as atividades e serviços realizados por trabalhadores informais possuam uma geografia muito peculiar, fato este que se explica pelo processo quase que diário de (re)construção do mapa da localização do trabalho informal nas áreas centrais, haja vista que esses trabalhadores são perseguidos por órgão ligados à prefeitura/Estado, o que muitas vezes os obriga a migrar para certas frações da área do Centro, sendo estas selecionadas pelos mesmos ou por agentes políticos, assim constituindo emergencialmente “novos espaços de consumo, novas possibilidades de trabalho” (CLEPS, 2009).

Por isso, podemos destacar que de “economia invisível” o setor da informalidade não tem nada, sendo por intermédio de suas dinâmicas socioeconômicas que os trabalhadores reivindicam não apenas o direito de ocupação de determinadas frações da área central, mas também o direito à vida (LEFEBVRE, 1991), revelando em sua dimensão espacial e territorial a problemática do desemprego (GONÇALVES, 2009) e expansão do subemprego.

Em meio a esse contexto, também ressaltamos a estratégica aproximação dos agentes políticos locais em relação aos trabalhadores do circuito inferior, o que, a princípio, é estabelecido através da intensificação do controle das dinâmicas sócio-espaciais (limitação do horário permitido para a realização das atividades e serviços, a restrição dos espaços públicos a serem ocupados, tamanho das barracas, etc) efetuadas por esses trabalhadores.

Em muitos casos, essa estratégica aproximação também se dá através da realização de projetos que almejam a retirada do circuito inferior das principais ruas comerciais da área central, com o objetivo de “descongestionar” tais espaços, processo este que nem sempre acontece de forma pacífica, visto que muitos dos trabalhadores, que geralmente são ambulantes e camelôs, se negam a migrarem para outros espaços comerciais com receio de uma possível perda da clientela.

No entanto, a medida em que os atores não-hegemônicos aceitam se submeter às condições impostas por agentes políticos, de imediato é iniciado o processo de “modernização” de suas atividades e serviços, o que tem acontecido principalmente através da implementação de placas ou *banners*. Assim, a propaganda, até então pouco utilizada em tal contexto, passa a se fazer presente de forma intensiva.

Ainda no que concerne a esse contexto, a padronização das barracas, boxes e galerias também faz parte dessa nova realidade. A verticalização da economia popular dá os seus primeiros passos diante da construção ou reapropriação de prédios, agora destinados à camelódromos ou shoppings populares. O cumprimento de regras (horário de funcionamento, o pagamento de aluguel, além de outras práticas) passa a fazer parte do cotidiano dos atores menos capitalizados. Há uma tentativa de homogeneização, padronização e embelezamento dos diferentes níveis de pobreza.

Em relação aos trabalhadores que não se submetem às imposições políticas, estes tendem a sofrer de maneira mais intensa na área central das cidades, com mais limitações e perseguições advindas tanto dos atores do circuito superior e inferior da economia (concorrência), como dos possíveis consumidores (preconceito) e dos agentes políticos (subordinação), cada qual dotado com uma capacidade específica de influenciar na realização das práticas do mercadejar dos atores não-hegemônicos. Sendo assim, a constituição desse quadro logo revela a situação do espaço geográfico na condição de território (SANTOS; SILVEIRA, 2001), onde cada um dos atores nele presentes possui uma capacidade de influência diferente (MONTENEGRO, 2006).

1.4 O processo de apropriação e organização das Áreas Centrais através do comércio e serviços

A partir desse momento, buscamos depreender como se deu o processo de apropriação e organização das áreas centrais²⁷ das cidades a partir da influência da atividade comercial e da realização de serviços²⁸, tendo em vista que há um caráter socioeconômico por trás da busca seletiva do espaço em questão.

²⁷ São recortes espaciais que através de determinadas características que o compõem, acabam por exercer papéis centrais na estrutura urbana, tais como, os subcentros regionais, os centros de bairro, os distritos e etc. (CORRÊA, 1993).

²⁸ Castilho (2008, p. 6), acredita que “[...] da mesma maneira que não existem cidades sem habitações, também não existem cidades sem serviços. Pode até mesmo existir sem indústrias e atividades agrícolas, mas nunca sem serviços.”

Corrêa (2010, p. 24), com base na Escola de Chicago²⁹, circunscreve que a “Área Central, resulta do processo de centralização, indubitavelmente um produto da economia de mercado levado ao extremo pelo capitalismo industrial”. Ainda com base na concepção do autor (2010), é destacado que a cidade deve ser caracterizada pelas atividades concentradas em seu espaço, sendo estas responsáveis por dirigir a imagem construída sobre tal recorte espacial.

Para Whitacker (2010), a abordagem anteriormente mencionada se encontra atrelada a disputas territoriais, o que, no contexto da realização do comércio e serviços, se manifesta tanto fisicamente, na representação das ruas, praças, dentre outros espaços intraurbanos, como nas diferentes possibilidades de organização dessas atividades econômicas. Inseridos em um processo dialético, “[...] o estudo do comércio na cidade é inevitavelmente dominado pela questão do centro” (SALGUEIRO, 1996, p. 185).

Sendo assim, a princípio podemos ressaltar que desde as primeiras civilizações, as atividades econômicas contribuíram de forma significativa para a efetuação dos processos de conformação do espaço citadino. Em meio a esse contexto, a concentração já estratégica de distintas atividades comerciais em um mesmo recorte espacial foi responsável por permitir que houvesse de forma mais rápida a sociabilização de informações, o abastecimento de mercadorias e a difusão de inovações.

Enquanto resultado de um processo, a constituição do espaço citadino, que se deu previamente à organização das áreas centrais, imbrica “uma série de acontecimentos simultâneos, “[...] mas que não negaria também o fato de uma simultaneidade de eventos interligados acontecendo em lugares diferentes” (CARLOS, 1996, p. 32). Assim, consideramos que a aldeia se configurou como sendo a primeira condição pertinente para o surgimento da Urbe (SPOSITO, 1997), já que foi através dessa organização sócio-espacial que se fez possível “a fixação do homem à terra através do desenvolvimento da agricultura e da criação de animais” (SPOSITO, 1997, p. 13).

Ainda de acordo com a perspectiva da autora previamente destacada (1997), a origem da cidade está diretamente ligada à confrontação entre o rural e o urbano, onde “[...] a concretização da segunda condição, que é uma organização social mais complexa” (SPOSITO, 1997, p. 13), foi marcada por intensas e rápidas transformações. Desse modo, Singer (1977), afirma que:

²⁹ Diniz (2012, p. 112), destaca que a Escola de Chicago [...] Trata-se de um grupo de professores e pesquisadores da Universidade de Chicago (EUA) que surgiu na década de 1920. Este grupo realizou diversos estudos e pesquisas sociológicos, especialmente, no campo da psicologia social e das ciências da comunicação.

a constituição da cidade é, ao mesmo tempo, uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção. Ambos os aspectos do fato urbano são analiticamente separáveis, mas na realidade soem ser intrinsecamente interligados. A cidade, antes de mais nada, concentra gente num ponto do espaço. (SINGER, 1977, p. 15)

Já Benévolo (1993), prossegue enfatizando que:

A cidade, centro motor desta evolução, não só maior que a aldeia, mas se transforma com uma velocidade muito superior. Ela assinala o tempo da nova história civil: as lentas transformações do campo (onde é produzido o excedente) documentam as mudanças mais raras da estrutura econômica; às rápidas transformações da cidade (onde é distribuído o excedente) mostram, ao contrário, as mudanças muito mais profundas da composição e das atividades da classe dominante, que influem sobre a sociedade. (BENÉVOLO, 1993, p. 26)

De posse do que foi ressaltado por ambos os autores, podemos destacar que as condições que permitiram a divisão territorial entre o campo e a cidade e o estabelecimento desta última enquanto espaço citadino, foram principalmente estabelecidas pelo domínio das técnicas, as quais condicionaram significativas transformações sócio-espaciais, favorecendo o início da realização de estratégias voltadas para a constituição do capitalismo.

Soja (2000), relata que os primeiros sinais das dinâmicas comerciais em meio à humanidade datam, aproximadamente, 40 mil anos, período em que as atividades econômicas eram desenvolvidas em assentamentos muito afastados, caracterizados pela realização de trocas constantes, ou escambo, como inicialmente foi denominado.

Deste modo, foi a partir da conformação do excedente agrícola que a viabilidade da realização da atividade comercial e a constituição do espaço citadino se fez possível, condicionando sucessivas transformações sócio-espaciais, através do estabelecimento de novas possibilidades de realização do trabalho e do consumo, as quais foram materializadas na construção de espaços comerciais (mercados), onde as feiras livres possuíam um papel muito importante para as populações que viviam integradas por estes espaços (DINIZ, 2012).

De acordo com Pintaudi (1989, p. 3), foi o comércio representado pela feira que condicionou o desenvolvimento das cidades, viabilizando o acúmulo de riquezas, criando novos laços de sociabilidade, de movimento. Ainda de acordo com a autora, “[...] os povos hebreus e italianos foram os responsáveis pela revolução comercial da

Idade Média, ao mesmo tempo que atribui às cidades o papel de centros motores desta revolução” (PINTAUDI, 1989, p. 3).

Já com relação à localização do comércio na cidade, este “[...] por sua vez, dava-se em função da clientela, e o esquema espacial se resumia a um centro (local do comércio) e uma zona que envolvia (principalmente o local de moradia da clientela)” (PINTAUDE, 2008, p. 122 – 123). Fato este que nos permite reconhecer que, já nesse período, havia um certo nível de racionalidade presente nas práticas dos atores responsáveis pela atividade comercial, ainda que muito distante do qual constitui o capitalismo contemporâneo, mas que norteou os comerciantes a ocuparem determinados espaços em função do reconhecimento das inter-relações possíveis de serem estabelecidas.

Foi diante de tamanha apreciação que se passou a vivenciar um cenário de grandes transformações na morfologia da cidade, pois o fascínio gerado pela mercadoria norteou, já no século XVIII, a construção de um mercado com o estabelecimento das primeiras lojas, pórticos e galerias ao redor da praça central (LEFEBVRE, 1999). Assim, logo se percebeu que, a cada estrutura erguida, paralelamente era construída a função da atividade comercial enquanto instrumento condicionante do processo de centralização e urbanização.

Vargas (S.A., p. 1), acredita que “o comércio e a cidade têm uma relação de simbiose”, ou seja, não possuem significado algum se desassociados, o que pode ser justificado tendo em vista que os processos que permitem a organização de determinados espaços intraurbanos se encontram diretamente atrelados à prática do comércio e à realização de serviços, de modo a permitir a concentração dos fluxos de pessoas, informações e mercadorias em novos recortes espaciais. Diniz (2012), ao se deter ao estudo do comércio menos capitalizado e da influência da referida atividade econômica na formação do espaço citadino, destaca que:

O comércio, em suas diversas formas e funções enquanto atividade econômica, ainda como uma atividade sociável e integradora, respondeu, em diferentes períodos da história, os anseios, os conflitos e as necessidades mais prementes das sociedades. (DINIZ, 2012, p. 11)

Diante do que foi enfatizado pelo autor, podemos ressaltar que o comércio sempre se faz presente enquanto um dos instrumentos de integração sócio-espacial, assumindo maior pertinência quando associado à vivência dos espaços públicos, uma vez que essa atividade econômica acabou por contribuir para que determinados espaços

fossem reorganizados, se tornando mais atrativos mediante a possibilidade de constituição de novas práticas socioeconômicas.

Em meio a esse contexto, podemos ressaltar que a conformação da área do centro se deu enquanto processo, até mesmo porque não existe cidade sem o centro, sem a sua centralidade (WHITACHER, 2003). Destarte, consideramos que a princípio o centro foi organizado diante da necessidade de concentrar, em um mesmo recorte espacial, novas possibilidades de trabalho e consumo, formando os primeiros pontos de referência no espaço citadino e garantindo a sua centralidade³⁰ (PETER, 2010). A esse respeito, Villaça (2011), ressalta que:

O centro surgirá à medida que se desenvolver uma comunidade organizada e, com isso, um ponto do território que minimiza o somatório dos deslocamentos do conjunto dos membros da aglomeração. Tal ponto seria aquele no qual toda a comunidade se reuniria no menor tempo possível. (VILLAÇA, 2011, p. 239)

Nesse sentido, o centro enquanto elemento morfológico da cidade foi constituído mediante a capacidade de concentração de novos e distintos conteúdos, ganhando significativa relevância socioeconômica devido tamanha característica, o que veio a permitir que houvesse a redução da necessidade de circulação de pessoas, atraindo-as para um mesmo recorte espacial, pois o centro é “lugar ou o ponto de convergência onde a cidade exerce e afirma o poder e de onde se dirige uma imagem que exalta a radiação” (LABASSE, 1970, p. 8).

De acordo com Peter (2010), inicialmente, toda a arquitetura e vida social presente no centro se configurou fortemente atrelada ao prestígio da dominação e moradia das classes mais abastadas, o que também veio a caracterizar e definir a centralidade presente nos espaços citadinos localizados na América, Ásia e Ocidente (LEFEBVRE, 1999).

No entanto, a redefinição dessa centralidade enquanto movimento dialético (LEFEBVRE, 1999), começou a mudar na medida em que o centro começou a ser apropriado enquanto espaço estratégico da “distribuição” de mercadorias e da realização do trabalho da população pobre. Desse modo, as praças, os monumentos e os palácios que até então eram ocupados apenas por sacerdotes, militares, príncipes e escribas,

³⁰ A análise acerca da centralidade presente nos centros urbanos foi publicada em 1930, pelo geógrafo alemão Walter Crhistaller, através do estudo intitulado “teoria das localidades centrais”. Nesse esforço teórico, o pesquisador defendeu a tese de que os centros urbanos eram dotados por mecanismos que o permitam estabelecer alcances espaciais “mínimos” e “máximos”, o que acabava por desencadear vantagens locacionais e econômicas.

também passaram a ser constituídos por novos fluxos de pessoas e mercadorias, justamente por isso que “o centro é centro porque ali estão o grande número de comércio e as sedes das grandes instituições” (VILLAÇA, 2001, p. 237).

Apesar da pesquisa em questão, nesse momento, buscar se debruçar sobre a conformação das áreas centrais a partir do comércio e serviços, se faz necessário que possamos ressaltar que a questão econômica não é o único fator que confere ao centro sua centralidade, pois este também é o espaço caracterizado por concentrar “[...] instituições públicas, culturais, ou mesmo religiosas” (PETER, 2010), o que vem a justificar a aglomeração de serviços e atividades comerciais em tal recorte espacial, já que cada um dos contextos destacados demanda um tipo específico de consumo. Desse modo, Oliveira (2017), ressaltar que o centro:

[...] constitui-se como principal área de determinada estrutura urbana para a qual há convergência, de diversas camadas sociais que buscam utilizar o comércio e os serviços. Assim, o Centro é fruto dos processos e atuações dos agentes sociais que produzem o espaço urbano. (OLIVEIRA, 2017, p. 29)

O ponto de vista defendido pelo autor, nos permite enfatizar que o centro pode ser depreendido enquanto reflexo da atração e interação socioeconômica de forças distintas, cuja formação, ao levamos em consideração o contexto da realização do comércio e serviços por agentes econômicos, se dá de modo racional e perverso, contribuindo para que tal recorte espacial seja organizado enquanto resultado das disputas estabelecidas por agentes hegemônicos e não-hegemônicos. Tamanha realidade pode ser revelada nas formas assumidas por determinadas ruas no centro, tendo em vistas as disparidades que as constituem em termos de intraestrutura e relevância sócio-espacial.

Na teórica de Castells (1983), o centro:

[...] não é uma entidade espacial definida de uma vez por todas, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel de comunicação entre elementos de uma estrutura urbana. Quer dizer que não podemos *assentar* o centro urbano, e sim que é necessário defini-lo com relação ao conjunto da estrutura urbana. (CASTELLS, 1983, p. 271)

Nesse sentido, o centro não é uma construção pronta e acabada. Sua organização expressa grande parte da dinâmica urbana da cidade, bem como a concentração de vários equipamentos comerciais e de serviços que refletem a sua centralidade nas escalas intra e interurbana. Enquanto espaço do consumo, este espaço é constituído por

diversas possibilidades de usos, onde sua representação pode ser construída de modo a refletir um certo grau de heterogeneidade ou homogeneidade diante das atividades comerciais e serviços que o constituem.

Sendo assim, ao tomarmos como base a leitura construída após a década de 1920, momento em que se observa a conformação de novas áreas centrais e de tipologias relacionadas a estas, mencionamos enquanto exemplificação o Distrito Central de Negócios (*Central Business District* - C.B.D.) característico de algumas cidades norte americanas e do Canadá, o qual corresponde ao recorte espacial onde estão concentradas modernas atividades econômicas e serviços “[...] que visam dar à população a possibilidade de satisfazer as suas mais elevadas exigências” (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p. 30). Esta é a área em que se estabelecem relações em volto aos grandes negócios.

Para Pereira (2006, p. 44), o *Central Business District* é marcado pelo predomínio de “[...] distribuição de bens e serviços, como as atividades burocráticas do setor privado”, estando também configurado pela fácil acessibilidade, escassez da atividade industrial, bem como pelo elevado valor do solo (ZÁRATE, 1992), enquanto resultado direto da modernização do sistema capitalista, se encontra evidenciada pela homogeneidade dos seus fluxos (mercadorias, serviços, informações) e fixos (arquitetura dos prédios, como escritórios, shoppings, lojas, restaurantes, organização dos espaços públicos, etc).

Gottdiener (1993), defende que as relações sócio-espaciais construídas no contexto desta concepção apresentam enquanto pressupostos a competição econômica entre os seus agentes e a seleção funcional, que acaba por contribuir tanto para o processo de centralização quanto o de descentralização. Aqui, a busca pela melhor localização da atividade comercial é evidenciada pela alta racionalidade capitalista, que almeja ocupar os espaços que possam lhes assegurar maior prestígio e lucro.

Por outro lado, ao considerarmos o recente processo de constituição das áreas centrais dos países subdesenvolvidos, podemos destacar que estas, a partir da segunda metade do século XX, além de serem caracterizadas por uma multiplicidade de formas e funções, são marcadas “pelo fato de se organizarem e se reorganizarem em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala global” (SANTOS, 1979, p. 181), o que reflete a ampliação da divisão social e territorial do trabalho, onde a intencionalidade capitalista norteou a expansão de novas dinâmicas de econômicas sobre determinados espaços.

Foi a partir da “necessidade” de intensificação das relações capitalistas que os agentes hegemônicos adentraram em novos espaços intra-urbanos (áreas centrais), redefinindo as relações preexistentes com a imposição de novos conteúdos (objetos técnicos, relações de trabalho, etc) e, por conseguinte, promovendo estratégias que acabaram por reforçar a lógica da centralidade³¹ presente nesses espaços (CLEPS, 2009). Nesse sentido, a articulação estabelecida no espaço em questão “manifesta-se através das relações espaciais envolvendo a circulação de decisões e investimentos de capital, mais-valia, salários, juros, renda, envolvendo ainda a prática do poder e da ideologia” (CORRÊA, 1989, p. 08).

Villaça (1998, p. 34), julga que o processo de estruturação da área intra-urbana (o centro) está justamente ligado ao “enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano”, já que este é configurado por uma grande capacidade de “acolher” distintas práticas socioeconômicas, permitindo a atração e dispersão de múltiplos fluxos, de modo a expressar sua especificidade.

Sendo assim, ao passo em que a área do centro passou a atrair modernas atividades comerciais “lojas de departamento, *shoppings*, escritórios, redes de supermercados, etc”, quase que paralelamente este foi constituído pela ampliação e diversificação de atividades econômicas detentoras do capital reduzido, frutos do processo contraditório de acumulação do sistema capitalista (DINIZ, 2012), o que veio a permitir que muitas das áreas centrais dos países subdesenvolvidos também fossem caracterizadas pela concentração de níveis inferiores de renda.

Diante de tamanha heterogeneidade, ao levamos em consideração a intensificação da precarização do trabalho no centro, podemos ressaltar enquanto exemplificação desse contexto as atividades comerciais estabelecidas por vendedores ambulantes e camelôs, além dos serviços prestados por flanelinhas, engraxates, dentre outras formas de trabalho efetuadas pela população de baixo poder aquisitivo, as quais estrategicamente buscaram se apropriar do centro tendo em vista que este também é avaliado em nível ideológico (CASTELLS, 1983).

A representação do simbolismo do centro enquanto produto de uma construção histórica e dialética, converge de maneiras distintas em meio aos atores econômicos

³¹ Consoante com Pereira (2001, p. 64) a centralidade “[...] se define constantemente, pelos fluxos de pessoas, mercadorias, ideias, informações, não estando associada somente ao que está fixo no espaço, mas ainda pelas apropriações e pelas relações que se estabelecem com ele no decorrer do tempo.”

(hegemônicos e não-hegemônicos) e sociais, corroborando para conformação de uma apropriação desigual e seletiva dos recortes espaciais que constituem a referida área.

Face ao complexo processo de estruturação e reestruturação do espaço urbano, se depreende que o centro tradicional, centro principal, subcentro, além de outras tipologias possíveis de serem mencionadas no estudo do espaço urbano, tendem a ser vistas enquanto mercadorias, cuja dinâmica sócio-espacial presente em cada qual é carregada por diferentes representações no contexto do capitalismo vigente, o que pode ser explicado pelo valor do solo, bem como por outros conteúdos presentes no (re)ordenamento desigual da tecnologia, do capital e da informação.

Sendo assim, Montessoro (2006, p. 57), esclarece que o centro tradicional “pode ser interpretado como o lugar de origem da cidade, ou seja, o centro que expressa uma simbologia”. É nesse espaço que o comércio tradicional (feira, bodega, mercadinho, dentre outros) se encontra inserido de forma mais intensa e com maior relevância afetiva em meio à memória dos cidadãos, contribuindo através de suas dinâmicas socioeconômicas, para reforçar ou reavivar o sentimento de pertencimento à cidade, se constituindo enquanto “um ponto de referência e de encontro social” (DINIZ, 2012, p. 43). No entanto, a predominância de tais formas comerciais vêm diminuindo mediante ao surgimento de modernos estabelecimentos comerciais, “e de toda a variedade de consumo que o acompanha” (SILVA, 2017).

Por isso é importante ressaltamos que o recente processo de composição do centro tradicional não tem sido estabelecido distante da presença dos comércios e serviços hegemônicos, o que denota o caráter de expansão do capitalismo vigente, garantido por instalações de redes de franquias (lojas de roupas, farmácias, eletroeletrônicos), bancos, centros empresariais, dentre outras possibilidades de atuação dos agentes pertencentes ao circuito superior da economia.

Desse modo, podemos enfatizar que a área em questão é plural e diversificada, e que “Os valores são vários, resultando em absolvição, por parte de alguns, e resistência por outros” (COSTA; PINTAUDI, S. A., p. 287), (re)criando paisagens onde convivem, lado a lado, antigas e novas formas comerciais, as quais acontecem de maneira aparentemente harmoniosa, estabelecendo e reforçando as relações de dependência, complementariedade e concorrência. Sendo assim, aos poucos a área do centro tradicional, ou centro antigo, como este também é conhecido, vai deixando de ser “obra” para se tornar “produto”, mercadoria que pode ser recriada para atender às novas formas de consumo (PINTAUDI, 2011, p. 117).

O centro antigo sinaliza a principal centralidade da cidade no imaginário cultural da população, sendo para lá que todos se dirigem. É o espaço que concentra tudo o que há de mais “importante” a ser visto e consumido ao levarmos em conta a aglomeração dos serviços educacionais, de saúde, lazer, dentre outros de maior demanda. Sob essa perspectiva, podemos enfatizar que o centro tradicional poder ser justificado enquanto representação de uma área central tendo em vista que os estudos promovidos pela escola europeia “pautou suas análises inicialmente com a noção do núcleo primaz e, posteriormente, aproximando o debate das áreas centrais do consumo” (OLIVEIRA, 2017, p. 38).

Para Santos e Silveira (2001, p. 273), a (re)organização do centro citadino é estabelecida em tempos, atores e níveis distintos, tendo em vista que, apesar da lógica capitalista ser comum, os resultados são constituídos de modos diferentes, por isso “a complexidade dos processos de reestruturação urbana e da cidade” (OLIVEIRA, 2017, p. 38).

Desse modo, acredita-se que a centralidade presente nas áreas centrais de muitas cidades dos países subdesenvolvidos, se configuram enquanto “expressão de um processo e reflexão das divisões técnicas e sociais do trabalho, seu processo de constituição, compreende a sobreposição de temporalidades que se materializam em formas urbanas que passam a assumir novos usos e funções” (OLIVEIRA, 2017, p. 34).

No que concerne ao centro principal³², tal espaço pode ser depreendido como “o nó de circulação, a basilar área central. É para onde convergem todos os fluxos da cidade e da rede urbana” (OLIVEIRA, 2017, p. 20), por isso, este é o espaço onde rapidamente acontecem os processos de renovação dos conteúdos presentes no meio geográfico (MONTENEGRO, 2006). Nesse sentido, se torna inquestionável que o seu processo de organização é estabelecido de forma ainda mais veloz e fugaz justamente por estar atrelada às forças dos mais distintos agentes econômicos e sociais.

Para Pereira (2014), o centro principal é o “sítio estratégico” privilegiado pela coexistência das mais diversas formas comerciais e realização de serviços, tais como as lojas de redes comerciais, os camelódromos, os moto-taxistas, os *shopping centers*, os ambulantes e as agências bancárias. Dentro desse contexto sócio-espacial, tais

³² Em alguns contextos, o centro principal pode vir a ser considerado enquanto centro tradicional, por apresentar várias funcionalidades próprias do mesmo, no entanto, “[...]o centro principal não se apresenta como sendo o centro tradicional, uma vez que há distinção entre ambos, pois o centro principal está ligado às funções comerciais e de serviços que foram se fixando no lugar inicialmente, enquanto que o centro tradicional pode ser interpretados como o lugar de origem da cidade, ou seja, o centro que expressa uma simbologia.” (MONTESSORO, 2006, p. 57).

atividades são fortemente caracterizadas por constituírem uma grande heterogeneidade e desigualdade no que diz respeito ao aparato tecnológico, capital e possibilidade de organização.

Na contemporaneidade, a centralidade presente no centro principal é a expressão maior do contraditório processo de globalização da economia, a qual tem sido constituída através de várias disputas territoriais, onde os atores e agentes comerciais não só almejam a demarcação de seus possíveis territórios, mas também, a disputa por clientela, por relevância em meio ao cotidiano dos cidadãos. Sendo assim, podemos afirmar que o centro principal também é constituído enquanto espaço de representação da luta de classes, e a despeito de tamanha realidade, Villaça (1998), destaca que:

Dominar o centro e o acesso a ele representa não só uma vantagem material concreta, mas também o domínio de toda uma simbologia. Os Centros urbanos principais são, portanto (ainda são, em que pesam suas recentes decadências), pontos altamente estratégicos para o exercício de dominação. (VILLAÇA, 1998, p. 244)

Conseguir apropriar-se da área do centro ainda é visto enquanto símbolo de poder, de poder conquistar um novo espaço, de poder ser visto, de poder comercializar entre muitos agentes sociais e econômicos. Enquanto resultado dessa disputa, o centro passa a assumir novas formas/funções, se reafirmando enquanto espaço centralizador da dominação de distintas classes sociais, cada qual buscando, de modo particular, expressar os seus anseios e necessidades, ao passo em que acaba por contribuir, de forma direta/indireta, para a reorganização desigual da principal área comercial da cidade.

Assim, composição do centro principal passa a ser marcada pela conformação de ruas onde as atividades comerciais e serviços pertencem tanto aos agentes hegemônicos como não-hegemônicos, realizam suas práticas comerciais lado a lado, como acontece com os vendedores ambulantes que se concentram nas calçadas, em frente às grandes lojas franquizadas. Bem como, por outro lado, a sua morfologia também se encontra configurada pela organização de pequenas espacialidades, sendo estas evidenciadas mediante a concentração de atividades comerciais que constituem níveis semelhantes em termos de capacidade de organização e uso do capital, o que pode vir a “denunciar” o estabelecimento de uma aglomeração forçada, racionalmente norteadas pela força dos agentes políticos e hegemônicos.

No entanto, embora ainda hoje a área do centro se constitua enquanto espaço de sociabilização de muitas possibilidades de realização do trabalho e do consumo,

principalmente no que concerne às atividades do setor terciário, o seu contínuo processo de metamorfose tem perpassado por novos contextos sócio-espaciais, estando estes significativamente atrelados às modificações econômicas nos usos dos espaços que o constituem.

O apontamento anteriormente estabelecido tem como pressuposto os complexos processos de reestruturação urbana e da cidade, norteados pela estratégica racionalização do uso dos espaços citadinos, de modo a permitir a interiorização das atividades comerciais e serviços hegemônicos. Logo, nesses processos “[...] observa-se a concentração de atividades terciárias tipicamente centrais ao longo de vias de maior circulação de veículos, traduzindo-se na configuração de eixos comerciais e de serviços importantes.” (SPÓSITO, 1991, p. 4).

Porém, a reprodução do capital também tem contribuído para a organização de outras vias, como os subcentros, por exemplo. A respeito dessas novas áreas centrais, podemos destacar que a sua constituição deriva de vários processos inter ou intra-urbanos, tais como a ampliação territorial do espaço citadino “a partir da estruturação das atividades comerciais e de serviços, que acabam gerando novos espaços atrelados ao consumo” (MONTESSORO, 2006, p. 57), e que se encontram fortemente atrelados às estratégias concebidas por agentes hegemônicos, necessidade de afastamento de uma parcela da população da área do centro, o aumento do valor do solo de tal recorte espacial, além de outros fatores que, quando aglutinados, contribuem de múltiplas maneiras para a organização de novos espaços na cidade.

O referido cenário é reflexo de muitas crises estabelecidas em meio às mudanças dos conteúdos que constituem o centro, haja vista que este, a depender da escala da cidade ou da rede urbana, também não tem comportado, por exemplo, o aumento do fluxo de automóveis e motos provenientes da concentração de escolas, teatros, empregos formais e trabalhos informais em um mesmo recorte espacial. Assim, a morfologia urbana tende a ser reestruturada devido a estes e outros acontecimentos que podem vir a acontecer de forma repetitiva (SOJA, 1993).

Montessoro (2006), alega que foi a partir da reestruturação urbana, com a estratégica valorização de outros pontos da cidade, que se fez possível impulsionar novos eixos de circulação do comércio e serviços. Tamanha realidade acabou por

assinalar a multiplicação de novas centralidades no espaço intraurbano, podendo estas serem multipolicentralidade ou policentralizadas³³.

Para Tourinho (2004, p. 336 - 364), a conformação das áreas centrais agora em questão é compreendida enquanto “resultado de um processo de descentralização complementar, originalmente de caráter espontâneo, que estendia no território da cidade as noções de centro”. No entanto, é pertinente ressaltarmos que tal fenômeno implica no exercício da complementariedade das demandas de consumo de apenas uma parte do espaço citadino e não de toda a cidade, como acontece no centro principal (VILLAÇA, 2001).

Assim, muitas vezes os subcentros são caracterizados por estarem geograficamente localizados em “uma área descontínua em relação ao centro principal do ponto de vista da mancha de comércio e serviços” (PEREIRA, 2009, p. 209) e concentrarem atividades comerciais em proporções menores que no centro, mas que, no entanto, apresentam níveis mais complexos em suas práticas socioeconômicas, “tendo em vista as articulações e as formas de reprodução do capital, que redefinem o papel da cidade na rede urbana” (OLIVEIRA, 2017, p. 40).

Nesse sentido, Pereira (2014), defende que a centralidade presente nesse tipo de espaço intraurbano é essencialmente funcional, o que comunga com o pensar de Sposito (1991), quando a autora destaca que as atividades e serviços presentes em tais recortes espaciais se encontram:

[...] voltadas para um público mais restrito, funcional ou economicamente (como exemplo, as livrarias especializadas, galerias de artes, oficinas de confecção de calçados sob medida, etc.) estavam predominantemente no centro principal; a partir da década de 80, estas atividades têm procurado novas localizações, ou em função do aumento do preço da terra no centro e/ou porque o público ao qual se destinavam já não circula com tanta frequência nesta área. (SPOSITO, 1991, p. 10)

Além das formas comerciais anteriormente mencionadas, podemos destacar que os subcentros também são constituídos por atacarejos, *shoppings centers*, supermercados, hipermercados, redes de lojas de roupas, clínicas médicas, consultórios dentários, serviços de acesso ao crédito, dentre outras atividades comerciais que ao

³³ Dentro da perspectiva de Spósito (2013, p. 65), é ressaltado que a multicentralidade compreende a “conformação de mais de uma área de concentração comercial e de serviços nas cidades, influenciando a perda relativa do peso da importância do Centro “principal” em estruturas espaciais tipicamente monocêntricas. Já no que diz respeito à policentralidade, a mesma autora (2031), destaca que estas “[...] são dinâmicas mais recentes observadas que se combinam com as sistematicamente mencionadas, mas superando a lógica que orienta sua formação.” (SPÓSITO, 2013, P. 67).

passo que permitem a interiorização do circuito superior, acabam por atrair “equipamentos/serviços públicos que se descentalizam com o intuito de promover melhores condições de acesso àquela população que reside mais distante do Centro, tornando assim, estes equipamentos, acessíveis para grande parte da população” (OLIVEIRA, 2017, p. 44), o que por conseguinte reforça a sua centralidade.

A expressividade do subcentro enquanto recorte do espaço urbano se dá ao passo em que este permite que uma parcela da sociedade não precise se deslocar ao centro principal para interagir com determinados fluxos e fixos. Todavia, é importante salientarmos que a reestruturação interna do espaço citadino enquanto subcentro só se faz presente nas grandes e médias cidades.

CAPÍTULO II
A CONFORMAÇÃO DA ÁREA DO CENTRO DE CAMPINA GRANDE E O
CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA NO CONTEXTO DOS
AMBULANTES E CAMELÔS

2.1 O processo de formação da Área do Centro de Campina Grande através da atividade comercial

A conformação da Área do Centro de Campina Grande³⁴ se encontra eminentemente atrelada à prática do comércio. É em meio a esse cenário que buscamos compreender o processo de estruturação e organização do núcleo inicial da cidade, o qual teve início com os tropeiros, nas chamadas incursões, de modo a adentrar no interior do Nordeste brasileiro e estabelecer “pontos de parada, manchas de cultivos e pequenos aglomerados que com o passar do tempo foram se tornando bases de referência da formação do território brasileiro.” (MOREIRA, 2014, p. 14).

Na racionalidade desse processo que decorreu das articulações efetuadas pela supremacia portuguesa, a topografia do lugar foi tida como sendo uma importante questão a ser levada em consideração, uma vez que veio a permitir a apropriação do referido recorte espacial de modo permanente. Assim sendo, foi diante da necessidade de repouso e alimentação dos cargueiros e dos animais que os acompanhavam, que tal espaço geográfico começou a servir de base para a realização das primeiras atividades econômicas.

Localizada à Borda Oriental do Planalto da Borborema, o sítio que décadas depois viria a ser chamado de Campina Grande foi inicialmente organizado “como um ponto nodal para o conjunto de fluxos que, por outro lado, abasteciam o Sertão e, ao mesmo tempo, permitiam a saída dos produtos produzidos no interior com destino ao litoral” (MAIA et al., 2013, p. 38). Visto por esse plano, foi a partir de múltiplas necessidades que o recorte espacial do Centro de Campina Grande começou a ser organizado.

Em meio a esse contexto, as relações socioeconômicas estabelecidas entorno da feira que acabaram por contribuir para que os comerciantes (re)definissem a relevância de determinadas ruas, fato este que se deu em decorrência da concentração de pessoas e mercadorias em determinadas vias, como a Rua das Barrocas. Nesse sentido, ressaltamos que “o comércio sendo, por excelência, uma atividade urbana, exerce influência direta na origem e na dinâmica dos espaços urbanos” (SALGUEIRO; CACHINHO, 2009, p. 9), pois este representa um “dos requisitos de centralidade e

³⁴ A cidade encontra-se localizada a 120 Km da capital paraibana, João Pessoa, situada na Latitude 7 13' 50'' Sul e Longitude 35 52' 52'' Oeste, e possui uma população estimada em 411.807 habitantes (IBGE, 2020).

acessibilidade que presidem a sua localização, aliados às economias de aglomeração” (SALGUEIRO; CACHINHO, 2009, p. 9).

A origem da centralidade exercida na área que viria ser tida como o Centro de Campina Grande se encontra ligada ao desenvolvimento da feira de gado e de farinha de mandioca, as quais contribuíram de maneiras distintas para o desenvolvimento da localidade, tendo em vista que, enquanto a primeira imprimiu condições que permitissem a cidade ser considerada um importante entreposto comercial (MAIA et al., 2013), a segunda, além de ter condicionado a importância ao lugarejo “foi aos poucos transformando o lugar em *localidade central*, centralidade essa que se deveu, sobretudo à feira da rua das Barrocas e posteriormente a feira de gado do Marinho” (COSTA, 2003, p. 22).

No tecer de uma centralidade que foi lentamente construída para além dos limites geográficos do lugarejo, o recorte espacial que *a priori* foi denominado de Vila Nova da Rainha começou a assumir uma relevância sócio-espacial em meio a função mercantil e, dessa forma, Diniz (2011), nos relembra que:

O surgimento deste comércio no povoado explica-se também pela presença das casas de farinha de mandioca no povoado e nas suas cercanias. A concentração da produção de farinha e de outros cereais como o feijão e o milho, vindos dos Brejos e de outras regiões, em Campina Grande, propiciou a expansão da atividade criatória nos Cariris e Sertão e determinou, sobretudo, o crescimento da feira de gado do Marinho, que se localizava próximo a Campina, fortalecendo assim, o seu comércio. (DINIZ, 2011, p. 23)

A soma desses acontecimentos logo veio a conformar uma especificidade muito particular dessa área de transição entre as “regiões pastoris do Sertão e do Cariri e as regiões agrícolas do Brejo” (DINIZ, 2011, p. 23), assim, o mercadejar veio a permitir que a feira de gado se destacasse no Nordeste brasileiro na medida em que contribuiu na ampliação da relevância espacial e econômica da futura Campina Grande, além do seu poder concentrador (COSTA, 2003).

Hassenpflug (2007, s/p), acredita que “a centralidade é parte essencial da definição de cidade” e, por não existir centro sem centralidade, ao pensarmos as primeiras práticas cotidianas estabelecidas em torno da construção da centralidade da área do Centro de Campina Grande, podemos dizer que ela “surgiu” enquanto processo de convergência e divergência de muitos fluxos - pessoas, informações, demandas de consumo, mercadorias – as quais foram norteadas pela feira (fixo).

De acordo com Costa (2003), *a priori*, a centralidade estabelecida em torno do espaço campinense foi construída por intermédio de três fatos, sendo eles:

- 1) Não ser o destino final dos consumidores, porém um nó na rede de circulação entre pontos distantes, que oferecia gêneros de primeira necessidade, num vasto território marcado pela escassez e pela precariedade dos transportes. Tal fato teve implicações significativas no raio do alcance dos bens oferecidos por este centro.
- 2) Não apresentar, num primeiro momento, concorrentes para a sua produção [...].
- 3) Estando o Sertão praticamente isolado, Campina Grande era a localidade mais próxima que melhor viabilizava o suprimento alimentar. (COSTA, 2003, p. 22)

Além dos apontamentos apresentados pelo autor, os quais foram construídos de maneira a evidenciar as especificidades econômicas e geográficas do lugarejo, não poderíamos deixar de mencionar que a estratégia de localização também buscou atender às exigências advindas de espaços longínquos, tendo em vista que a formação de novas áreas centrais, reflete uma realidade que se encontra articulada com a lógica da expansão dos agentes hegemônicos da época, permitindo a manutenção dos fluxos e a intensificação do enriquecimento do polo metropolitano europeu (MAIA et al., 2013).

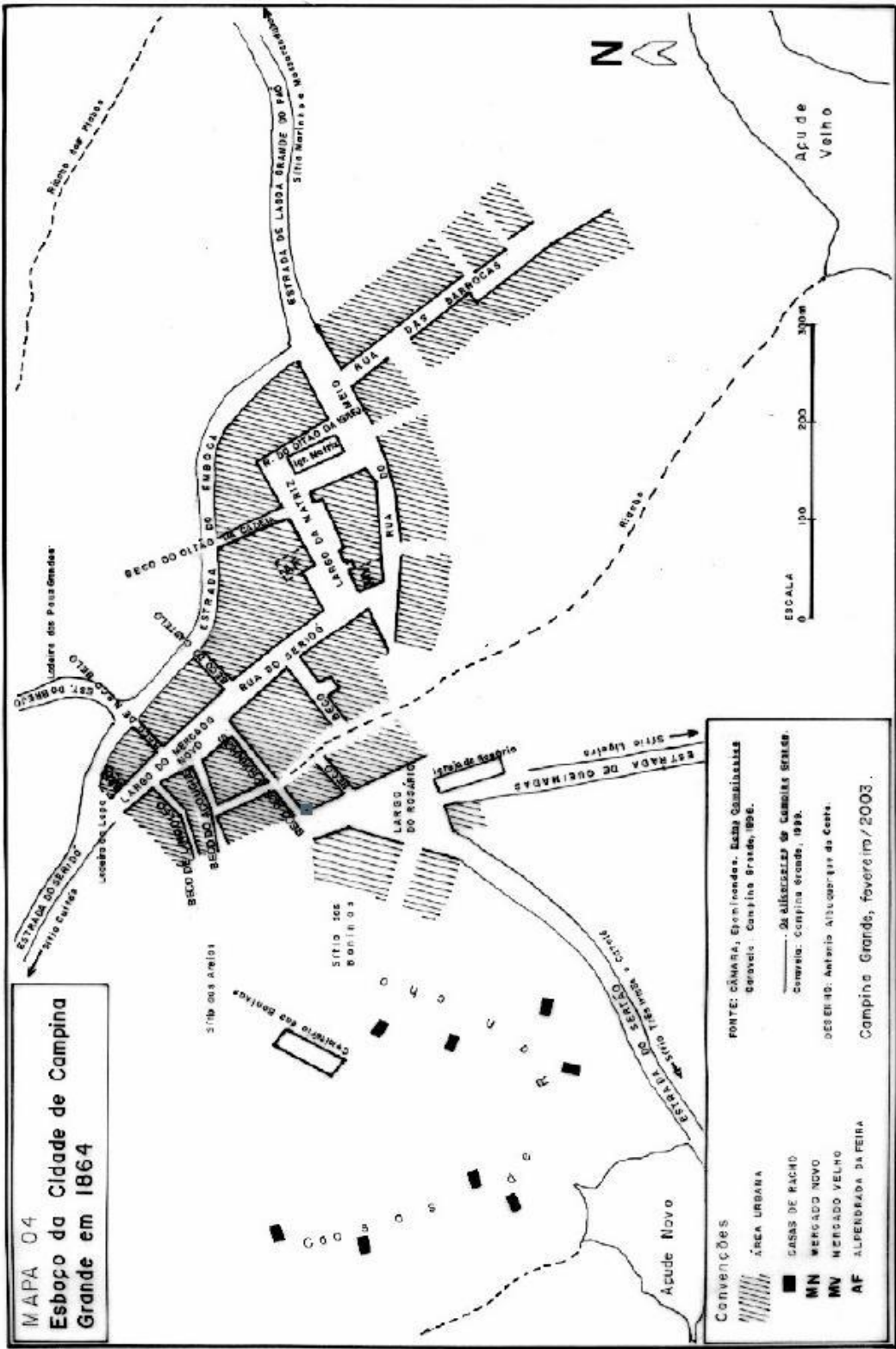
Destarte, foi só em 11 de outubro de 1864 que Campina Grande foi elevada à categoria de cidade por Sinval Odorico de Moura, que na época era o Presidente da Província do Norte. Como se encontra evidenciado no Mapa 02, as principais edificações da localidade foram construídas e subdivididas entre as ruas: da Matriz, que atualmente faz parte da Avenida Floriano Peixoto; a Rua da Emboca, que hoje se configura como sendo a Rua Peregrino de Carvalho; a Rua do Meio, conhecida como sendo a Rua Afonso Campos; bem como a Rua Grande, hoje tida como sendo a Rua Maciel Pinheiro; além da Rua do Seridó, que na contemporaneidade é chamada de Rua Barão do Abiaí.

Câmara (1999), ao realizar uma breve descrição do espaço campinense nesse período histórico, destaca e que a localidade era constituída apenas de dois açudes, três largos, uma casa de cadeia, uma casa da Câmara, duas igrejas católicas, duas casas de mercado, um cemitério, cerca de trezentas casas, sendo estas distribuídas entre quatro ruas e oito becos. Ressalta que, já em meados de 1860, a cidade era compreendida como sendo um relevante centro polarizador da região, se destacando por sua capacidade de concentrar parte da produção algodoeira do interior.

Pereira (2014, p. 117), ao dedicar-se à compreensão da centralidade no espaço citadino afirma que “No âmbito da produção da cidade, a concentração única como

expressão de centralidade se afirma na medida em que o centro da cidade se expande”, e no que diz respeito ao contexto sócio-espacial de Campina Grande já vivenciado na década de 1864, foi justamente isso o que aconteceu, pois a feira da cidade iniciada da Rua das Barrocas, posteriormente, foi transferida para o largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (DINIZ, 2011) e, desse modo, a cidade teve sua área do centro ampliada enquanto movimento e reflexo das práticas de muitos indivíduos.

Mapa 02: Esboço das ruas de Campina Grande em 1864



Fonte: COSTA (2003, p. 28)

Ainda com relação à esse momento histórico, Diniz (2011) ressalta a construção da alpendrada da feira³⁵ e cita algumas edificações como sendo “construções importantes para a época”. Sendo assim, além da alpendrada, foram erguidas a cadeia, algumas residências, pequenas casas comerciais, bodegas e o mercado de cereais, também conhecido como mercado velho de Baltazar Luna (Fotografia 01).

Fotografia 01: Mercado velho de Baltazar Luna edificado em 1814



Fonte: Blog Retalhos Históricos de Campina Grande³⁶.

A partir de então, o “mercado velho”, que na época foi tido como sendo uma grande obra, passou a conferir ao comércio do lugarejo um novo processo de diversificação das formas comerciais presentes na localidade, o que foi acompanhado pela intensificação da concentração de pessoas e mercadorias no entorno do referido lugar. No entanto, a centralidade estabelecida ao redor da suntuosa estrutura não foi capaz de evitar que o comércio realizado no seu interior entrasse em decadência, tendo em vista o novo deslocamento da feira.

Enquanto reflexo dessa dinâmica, não poderíamos deixar de ressaltar que a cada nova migração do comércio da feira, paralelamente, se dava “uma redefinição da centralidade que resulta do que muda em relação com o que permanece, no plano territorial e no plano das representações que se constroem sobre o espaço urbano” (SPOSITO, 2001, p. 238). Foi em meio a esse movimento que, aos poucos, a área do

³⁵ De acordo com Diniz (2011, p. 28), a alpendrada da feira era uma cobertura feita de telhas de barro utilizada para abrigar alguns comércios. Ainda segundo o mesmo, já nesse período, havia diferenciação das formas assumidas pelo comércio local.

³⁶ Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com>. Acesso em: 05 out. 2020.

Centro de Campina Grande foi sendo ampliada, já que, continuamente, novos espaços eram agregados. A esse respeito, Oliveira (2017), destaca que:

O centro é fruto de uma construção social e surge a partir de necessidade. Nesse sentido, constitui-se como principal área de determinada estrutura urbana para a qual há convergência de diversas camadas sociais que buscam utilizar o comércio e serviços. Assim, o Centro é fruto dos processos e atuações dos agentes sociais que produzem o espaço urbano. (OLIVEIRA, 2017, p. 29)

Diante de tamanha consideração, afirmamos que a coexistência de múltiplas e específicas práticas se cruzaram permitindo o desenvolvimento socioeconômico e ampliação da geografia do centro, tornando-se necessário nesse processo “compreender o conteúdo da centralidade nos diferentes momentos históricos e recortes empreendidos para a sua apreensão, na perspectiva de se entender como ela se realiza no âmbito de diferentes formações sociais.” (WHITACHER, 2003, p. 127).

Ao estabelecermos a continuidade dos nossos apontamentos, destacamos que, por volta de 1930, outro mercado foi construído, sendo este pertencente ao comerciante Alexandrino Cavalcante de Albuquerque, responsável por desencadear o interesse dos comerciantes da feira, que dessa vez migraram para a Rua do Seridó, hoje denominada de Rua Maciel Pinheiro (DINIZ, 2011).

Em meio a esse contexto, faz-se necessário enfatizar que, além da influência dos atores sociais e econômicos na construção e (re)organização da localidade em questão, ela também resultou da capacidade de influência dos agentes políticos, tendo em vista que a localização da feira era previamente escolhida de acordo com as exigências do partido vencedor de cada eleição (GURJÃO, 2000).

Diante de tamanha submissão aos atores políticos da cidade, a feira construiu sua trajetória se apropriando de múltiplas localidades, o que vem evidenciar uma característica que até hoje constitui muitas das dinâmicas estabelecidas no comércio de rua realizado na principal área comercial de Campina Grande, que é a necessidade de deslocamento em meio às imposições da política local.

Além da relevância da feira para o desenvolvimento econômico e geográfico da cidade, não poderíamos deixar de citar, mesmo que de forma rápida, a contribuição das bodegas, que apesar de se figurarem como sendo atividades comerciais muito modestas, constituíram os primeiros bairros, distribuídas em espaços descontínuos e de difícil acesso (GONÇALVES, 1999). Por isso, “O pequeno comércio, nesse contexto, obteve uma participação significativa no processo de formação da cidade de Campina Grande,

sobretudo nos espaços habitados, geralmente, por populações de baixa renda.” (DINIZ, 2012, p. 61).

No entanto, foi a partir do comércio algodoeiro que o processo de urbanização de Campina Grande veio a ganhar impulso, pois a cidade teve sua capacidade de influência condicionada para além dos limites territoriais do Estado da Paraíba, transformando-se em um verdadeiro polo de comercialização, uma vez que “O acúmulo deste produto na cidade atraiu compradores de várias partes da região até do exterior, como o mercado consumidor inglês que chegou a importar grandes volumes deste produto” (DINIZ, 2011, p. 33), permitindo a construção de estradas que determinaram não apenas o crescimento da economia, como também a conquista de grandes extensões territoriais.

Por assim ter se figurado, a grandeza do comércio do algodão veio a contribuir para a efetivação de um grande dinamismo comercial na localidade e, somado às práticas econômicas já existentes, o algodão trazido e armazenado “ocupava vários recantos do povoado, lotavam, desde os velhos e novos armazéns erguidos na sua praça comercial à residência dos comerciantes e até mesmo a área das suas ruas e praças, onde eram ali mesmo pesados e comercializados” (DINIZ, 2011, P. 33).

A partir de 1907, a cidade perpassa um novo período de transformações sócio-espaciais com a chegada do primeiro trem da *Great Western of Brazil Railway* (COSTA, 2003), onde toda a técnica que a partir de agora adentra no espaço campinense dá-se por intermédio desse instrumento de expansão capitalista. Esse “signo da modernidade” logo veio a contribuir para a conformação de um “Meio Técnico Mecanizado” em tal espaço geográfico.

Maia e Oliveira (2017, p. 1), destacam que, nesse período, o trem representa um “elemento impulsionador para a centralidade regional” de Campina Grande. A confluência desse momento é marcada por maior integração do espaço local ao global, fato que, somando à expansão da crise algodoeira vivenciada nos Estados Unidos, permitiu que Campina Grande se tornasse uma das principais cidades exportadoras desse produto em todo o mundo.

Tamanha realidade foi definida através da instalação dos trilhos, que traziam não apenas o trem para a cidade, mas também a incorporação de novos aparatos técnicos, construções e outras possibilidades de efetuação do trabalho, desencadeando grandes transformações na morfologia da localidade, uma vez que nenhuma cidade do Estado da Paraíba “beneficiou-se tanto do transporte ferroviário quanto Campina Grande.

Convertida no mais importante centro urbano de todo o interior nordestino comporia com o algodão, comércio e a via férrea, o tripé responsável pelo progresso” (MELLO, 2002, p. 162).

Logo, a comercialização do chamado “ouro branco”, entre as décadas de 1940 e 1960, veio a permitir que Campina Grande fosse consolidada enquanto Capital Regional, fato este que se acredita ter ocorrido devido a dois fatores relevantes, sendo eles a questão econômica (produção/comercialização algodoeira) e a localização geográfica (SÁ, 1986).

Tamanha capacidade de concentração, somada aos sucessivos “progressos” estabelecidos em torno do comércio algodoeiro, acabou por atrair agentes e atores de diferentes níveis sociais e escalas geográficas para participarem, de maneira fragmentada, porém articulada, do âmbito econômico da cidade. Nesse sentido, tal recorte espacial – o Centro - que representa a única área comercial da cidade, passou a ser (re)configurada por novos nexos resultantes da complexidade capitalista. Enquanto resultado desse período, Diniz (2011), destaca que ocorreram:

grandes transformações na paisagem urbana campinense. Novas construções passaram a compor a paisagem urbana da cidade, como: numerosos armazéns, casas comerciais, residências, diversos edifícios, colégios, hospitais, expansão da rede de abastecimento d’água e esgotos entre outras obras de infraestrutura. (DINIZ, 2011, p. 38)

Nesse período, apesar do seu amplo desenvolvimento sócio-espacial, a cidade ainda era marcada pela quase inexistência das dinâmicas industriais. No entanto, entre as décadas de 1940 e 1960, observa-se “a formação de duas zonas industriais nos eixos rodoviários que cortam a cidade – BR 230 e BR 104” (SÁ, 2000, p. 182), as quais contribuíram para a instalação de indústrias de “beneficiamento de matérias-primas regionais, tais como, têxteis, alimentícias e curtumes que se localizavam nas proximidades do açude Velho e do açude de Bodocongó” (COSTA, 2003, p. 43).

Para Diniz (2011, p. 39), tais localizações “definem uma nova fase de significativas transformações do espaço urbano campinense, que começa a apresentar os primeiros sinais do processo de descentralização de algumas de suas atividades econômicas” (DINIZ, 2011, p. 39), o que foi permitido pela presença de terrenos mais amplos e baratos, assim, satisfazendo as demandas locacionais dos agentes do setor industrial (CORRÊA, 2000).

Ainda, com relação a esse período, Lima (2015) destaca que a possibilidade de enriquecimento, ou simplesmente de sobrevivência, norteou pequenas empresas a se instalarem na cidade, cenário este que foi estabelecido devido ao encantamento com o crescimento comercial, industrial e educacional que já caracterizava Campina Grande. Assim sendo, a cidade passou a ser considerada a “Canaã dos forasteiros” (CAVALCANTI, 2015), representando:

esperança de vida para retirantes da seca, meeiros, posseiros expulsos de suas terras, pequenos proprietários que haviam perdidos suas e, ao mesmo tempo, crescia o contingente de grandes produtores e comerciantes de algodão. Essa grande leva de migrantes, levou a proliferação de cortiços, casas de pau-a-pique, transformação de armazéns em casas de cômodo, tanto na área urbana quanto suburbana da cidade. (CAVALCANTE, 2015, p. 69).

Destarte, mais uma vez a construção da representatividade simbólica de Campina Grande enquanto centro de convergência das práticas econômicas estabelecidas em torno do comércio algodoeiro e da atividade industrial contribuiu por intensificar o fluxo de pessoas na cidade, todavia, agora de indivíduos que constituem os estratos inferiores de renda, os quais almejavam de maneira emergencial (re)organizarem suas vidas diante da possibilidade de melhores oportunidades socioeconômicas. Apesar da expressiva relevância do setor industrial da cidade enquanto fator de convergência de muitos e distintos fluxos, Diniz (2011), defende que:

A atividade industrial em Campina Grande só começa a ganhar um respaldo maior já nos fins dos anos sessenta, quando a cidade é incluída nos projetos de desenvolvimento regional empreendida pela então recém criada Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. (DINIZ, 2011, p. 40)

Com relação a esse momento, acreditamos que a referida superintendência pode ser tida como sendo mais um dos elementos responsáveis por reforçar a centralidade inter-urbana no contexto sócio-espacial de Campina Grande, haja vista que a racionalidade pertencente aos agentes hegemônicos acabou por nortear a concentração de empresas menos capitalizadas na cidade, uma vez que estas foram norteadas por estímulos fiscais.

Entretanto, ao final da década de 1970, Campina Grande perpassa por “grandes perdas no seu parque fabril; importantes firmas fecham neste período, deixando à míngua milhares trabalhadores do ramo. O desemprego na cidade também afetará fortemente o seu comércio” (DINIZ, 2011, p. 40). Essa fase, que foi marcada pela

descontinuidade da grande relevância de suas duas importantes atividades econômicas, marcou o início do setor de serviços especializados como saúde, educação, além de outros, enquanto tentativa de condicionar a manutenção da liderança regional da cidade.

Como vimos até então, o processo de conformação da área do Centro de Campina Grande se configura como sendo o resultado de diferentes dinâmicas econômicas que foram sucessivamente estabelecidas em tempos distintos, cada atividade – feira, comércio algodoeiro, indústria – foi responsável por estabelecer (re)configurações socio-espaciais eminentemente atreladas ao consumo de mercadorias e de possibilidades de emprego que eram sociabilizadas em contextos muito particulares.

Desse modo, a partir da década de 1980, período este compreendido por muitos estudiosos como sendo a fase de consolidação da nova era no processo de urbanização no Brasil, muitas cidades médias tiveram seu espaço demarcado pela intensificação de novas dinâmicas sócio-espaciais, bem como, pela redefinição de seus espaços no sistema urbano nacional. A esse respeito, Pereira (2017) destaca que:

Reforçam, assim, uma importância que já assumiram historicamente, como centralidades regionais capazes de responder às principais demandas por parte de consumidores os mais diversos, mas com novos conteúdos, que tem força suficiente para integrá-las às dinâmicas da mundialização do capital. (PEREIRA, 2017, p.3)

No que concerne ao espaço urbano de Campina Grande, as transformações que condicionaram o desenvolvimento da cidade refletem a intensificação da internacionalização da economia no período atual, que trouxeram consigo o estabelecimento de um novo contexto socioeconômico, em que a realidade local passou a se configurar cada vez mais atrelada às suscetíveis modernizações tecnológicas³⁷, desencadeando não apenas a diversificação das formas comerciais presentes no Centro, como também em outros bairros da cidade, além de permitir a abertura de novas vias, melhorias na infraestrutura e o crescimento populacional da cidade (Quadro 03).

³⁷ Montenegro (2011) compreende as modernizações tecnológicas como sendo uma série de transformações que se sucedem na organização do espaço, ocasionadas pela introdução de novos conteúdos do período. No entanto, como enfatiza Santos (2008), é preciso considerar que as técnicas hegemônicas alcançam os espaços de forma seletiva, pois os recortes espaciais são avaliados.

Quadro 03: Demografia da população e taxa de urbanização de Campina Grande/PB (1980 – 2010)

	1980	1991	2000	2010
População Total	247.820	326.307	355,331	385.213
Pop. Residente Masculina	116.000	152.930	168,236	182.205
Pop. Residente Feminina	131.820	173.377	187,095	203.008
Rural	19.649	18.839	17,847	18.004
Urbana	228.171	307.468	337.847	367.209
Taxa de Urbanização	92,07%	94,23%	94,98%	95,33%

Fonte: Centros Demográficos (IBGE) 1980, 1991, 2000, 2010.

Tamanho crescimento populacional observado a partir de então pode ser compreendido através da concentração dos centros de ensino, a exemplo do Campus I da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e do Campus II da Universidade Federal da Paraíba³⁸ (UFPB), que desde a década de 1960 vinha apropriando-se de novos objetos tecnológicos ligados à informática, de maneira a atrair mais investimentos e pessoas qualificadas para a cidade.

Ao considerarmos a influência dos institutos de educação no novo contexto sócio-espacial vivenciado em Campina Grande, a intensificação do imaginário em torno da modernização tecnológica, principalmente com relação ao computador enquanto objeto símbolo da globalização contemporânea, refletiu na (re)configuração dos serviços prestados por alguns comércios varejistas localizados no Centro, os quais passaram a comercializar materiais de informática, fato este que aconteceu especialmente nas Ruas Irineu Joffily e Miguel Couto.

Em meio a tamanha atualização das demandas de consumo, também viu-se crescer a tendência para construção de novas formas de realização da atividade

³⁸ Torna-se pertinente ressaltar que através da Lei nº 10.419 de 9 de abril de 2002, houve o desmembramento de alguns campos da Universidade Federal da Paraíba e no campus onde eram realizadas as atividades de ensino e pesquisa da UFPB, hoje funciona a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

comercial, de maneira a condicionar a prefeitura a expandir o recorte espacial do Centro, utilizando-se do capital do projeto CURA para construir, em 1982, a primeira galeria comercial de Campina Grande (Fotografia 02), sendo esta intitulada de “Shopping Center de Campina Grande” (COSTA, 2003).

Fotografia 02: Primeira galeria comercial de Campina Grande



Fonte: Blog Retalhos Históricos de Campina Grande³⁹.

Ainda de acordo com Costa (2003), nesse momento se inicia, de maneira estratégica, a concentração de lojas no entorno do “Shopping Center de Campina Grande”, o qual se configurou como sendo a representação da “modernização” das formas de consumo na cidade. A relevância da primeira galeria comercial da cidade foi tanta que permitiu tal recorte espacial ficar conhecido enquanto área de “expansão do shopping”, na medida em que houve o reforço da seletividade e centralização do consumo da população mais abastada. Sobre essa forma de empreendimento, Sposito (2013a), argumenta que elas:

geram segmentação e seletividade socioespaciais, e, alguns casos chegando a ser uma das condicionantes de processos de segregação socioespaciais, porque reforçam ou radicalizam as lógicas de separação social do uso residencial do espaço urbano. Eles são produzidos para atender certos estratos sociais, conforme determinado padrão de consumo, e geram práticas espaciais novas. Por isso, como resultado não controlado (mas impossível de ser evitado), tanto quanto como condição, alteram o conteúdo social, econômico, político e cultural do centro tradicional. (SPOSITO, 2013a, p. 76)

³⁹ Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com>. Acesso em: 05 out. 2020.

A transitoriedade⁴⁰ desse momento de expansão capitalista contribuiu de maneira significativa para a conformação da segregação sócio-espacial na localidade, a qual, mais uma vez, foi intensificada através das imposições dos agentes políticos, tendo em vista que o governo municipal tornou ainda mais intensa a (re)organização do espaço do Centro, utilizando-se da cultura local para a construção do Parque do Povo, realizando em 1985 o “Maior São João do Mundo”⁴¹ enquanto pressuposto para atrair mais investimentos financeiros.

Segundo Costa (2003, p. 55), enquanto “Espaço de cultura e lazer, o Parque do Povo fez desaparecer o que restava da favela dos Coqueiros, por passar a ocupar o mesmo território”, corroborando para que a localidade deixasse de ser uma área residencial e agravando a condição de uma parcela da população pobre⁴² da cidade que já sofria por não se adequar ao manuseio das novas tecnológicas que permeavam em detrimento à modernização do comércio, haja vista que “quando um determinado ator não tem as condições para mobilizar as técnicas consideradas mais avançadas, torna-se, por isso mesmo, um ator de menor importância no período atual.” (SANTOS, 2008, p. 25).

Outro agravante que podemos elencar foi o crescimento do desemprego decorrente da crise vivenciada no setor industrial, com o fechamento de diversas fábricas. Assim, a problemática em torno do desemprego acabou por permitir a expansão de outras formas comerciais, sendo estas desenvolvidas por estratos inferiores de renda que ocuparam o tradicional espaço comercial da cidade, principalmente através do comércio dito enquanto “informal”, de modo que este tipo de organização lhes assegurasse uma real possibilidade de sobrevivência, como ocorreu no Calçadão da Rua Cardoso Vieira (Fotografia 03).

⁴⁰ Em meio a um contexto capitalista que é evidenciado pela efemeridade das relações e dos objetos que compõem o meio construído, tamanho empreendimento, em menos de duas décadas, teve sua importância relegada a um espaço comercial com pouca importância socioeconômica para a cidade.

⁴¹ Nóbrega (2009, p. 4), comenta que “O Maior São João do Mundo”, é construído por Ronaldo Cunha Lima, então Prefeito, com dois objetivos “resgatar as raízes culturais comuns às festas juninas e abrir caminhos para a retomada do desenvolvimento econômicos local, sob a forma de inserir a cidade no universo da indústria turística”.

⁴² Santos (2001, p.132), considera a pobreza “uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível”.

Fotografia 03: Calçada da Rua Cardoso Vieira na década de 1980



Fonte: Blog Retalhos Históricos de Campina Grande⁴³.

Apoiados na realidade local e de modo a revelar a escassez do emprego formal, parte da população menos abastada recorreu a determinadas ruas do Centro de Campina Grande, almejando, de forma emergencial, suprir suas necessidades relacionadas à obtenção de capital, bem como outras demandas inerentes ao consumo humano. Desta forma, a presença precária dos trabalhadores pobres no centro primaz de Campina Grande assume distintas formas e novas funções. Dentro dessa perspectiva, Damiani (2001), explica que:

Usar os espaços para viver, ou apenas para sobreviver, é uma necessidade incontestável, por mais variações que, ao longo da história, possa-se inferir, pois as necessidades são históricas. Apesar das formas variadas de utilização, o uso dos espaços é um pressuposto da vida. E exatamente porque nem sempre as formas de uso foram as mesmas, é possível avaliar que muitas delas se consolidam no decorrer da vida humana. (DAMIANI, 2001, p. 48-49)

Enquanto produto histórico resultante de diferentes dinâmicas sociais, políticas e econômicas, o Centro é compreendido pela população de baixa renda enquanto uma possibilidade de sobrevivência, onde os mais diversos fluxos e fixos que o diferenciam

⁴³ Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com>. Acesso em: 05 out. 2020.

em meio à cidade permitem que os atores/agentes econômicos menos capitalizados criem e recriem condições para promoverem ao menos a sua subsistência. O que pode ser justificado, uma vez que, segundo Sposito (2004):

O centro constitui-se por meio de um processo de concentração de atividades de comercialização de bens e serviços, de gestão pública e privada, de lazer e valores materiais e simbólicos em uma área da cidade. Embora essa dinâmica possa ser conhecida de cidades mais antigas, é por meio do desenvolvimento capitalista que ela se acentua. (SPOSITO, 2004, p. 274)

Destarte, o Centro de Campina Grande, enquanto recorte espacial caracterizado pela concentração de múltiplos estabelecimentos comerciais, pela presença da prefeitura, enquanto representação da política municipal, e pela diversificação das instituições ligadas ao ensino e cultura⁴⁴, é uma localidade marcada por forte representação de muitas possibilidades de atuação econômica e de consumo, o que configura um particular impulsionar do sistema capitalista em diferentes contextos.

Diante de tamanha representação que é constituída de um significativo valor simbólico, as atividades e serviços prestados por ambulantes e camelôs passaram a representar novas estratégias de trabalho no âmbito do circuito inferior central, que mediante a racionalidade desse subsistema, permitiu a intensificação da apropriação do espaço do Centro por estas atividades pouco capitalizadas, o que pôde ser constatado em determinadas ruas, calçadas e praças.

Ainda no que diz respeito a esse período, Costa (2003) afirma que, a partir da década de 1980, a área do Centro passa a vivenciar um processo de degradação com o deslocamento das atividades comerciais mais capitalizadas para os bairros ocupados pela população abastada, a exemplo do Bairro da Prata, que recebeu a implementação de atividades médico-hospitalares, bem como o Bairro do Catolé, através da instalação do terminal rodoviário Argemiro de Figueiredo, em 1985, e do Shopping Center Iguatemi, em 1999.

No entanto, se faz necessário enfatizarmos que este processo de descentralização foi conformado de maneira lenta e não significou o abandono do Centro da cidade por agentes hegemônicos, o que se explica devido a continuidade do crescimento das atividades econômicas ligadas ao circuito superior, tais como hipermercados, lojas

⁴⁴ Teatro Severino Cabral, o Museu do Algodão, o Museu Histórico de Campina Grande, o antigo Cine-Theatro Capitólio, dentre outros espaços.

varejistas, instituições de ensino, consultório médicos e hospitais, dentre outras atividades comerciais.

Frente a essa contextualização, ressaltamos que, na década de 1990, o Centro de Campina Grande já reconhece a intensificação da coexistência de níveis distintos de realização da atividade comercial, uma vez que, na medida em que modernas atividades eram inseridas, quase que paralelamente ocorria a expansão da territorialização de atividades comerciais pouco capitalizadas que ocupavam, de maneira muito precária e emergencial, determinadas vias públicas.

Destarte, a permanência e expansão de atividades comerciais extremamente distintas, em termos de estrutura, capital e dinâmicas de realização, em nada impediu que houvesse a interação em determinados níveis e, assim, na contemporaneidade, a principal área comercial de Campina Grande – o Centro – permanece configurada enquanto palco de múltiplas disputas entre os circuitos que compõem a economia urbana.

2.2 O circuito inferior na Área Central de Campina Grande-PB

Classificada enquanto Capital Regional de Nível B, Campina Grande se destaca diante do predomínio da atividade comercial e significativa relevância no que diz respeito a realização de serviços nas áreas de saúde e educação (OLIVEIRA, 2017). Em meio a intensificação de modernas relações socioeconômicas, sendo estas permitidas por intermédio do avanço do grande capital (RIBEIRO, 2017, p. 9), a cidade acabou por ampliar a sua capacidade de atendimento das mais diversas demandas de consumo.

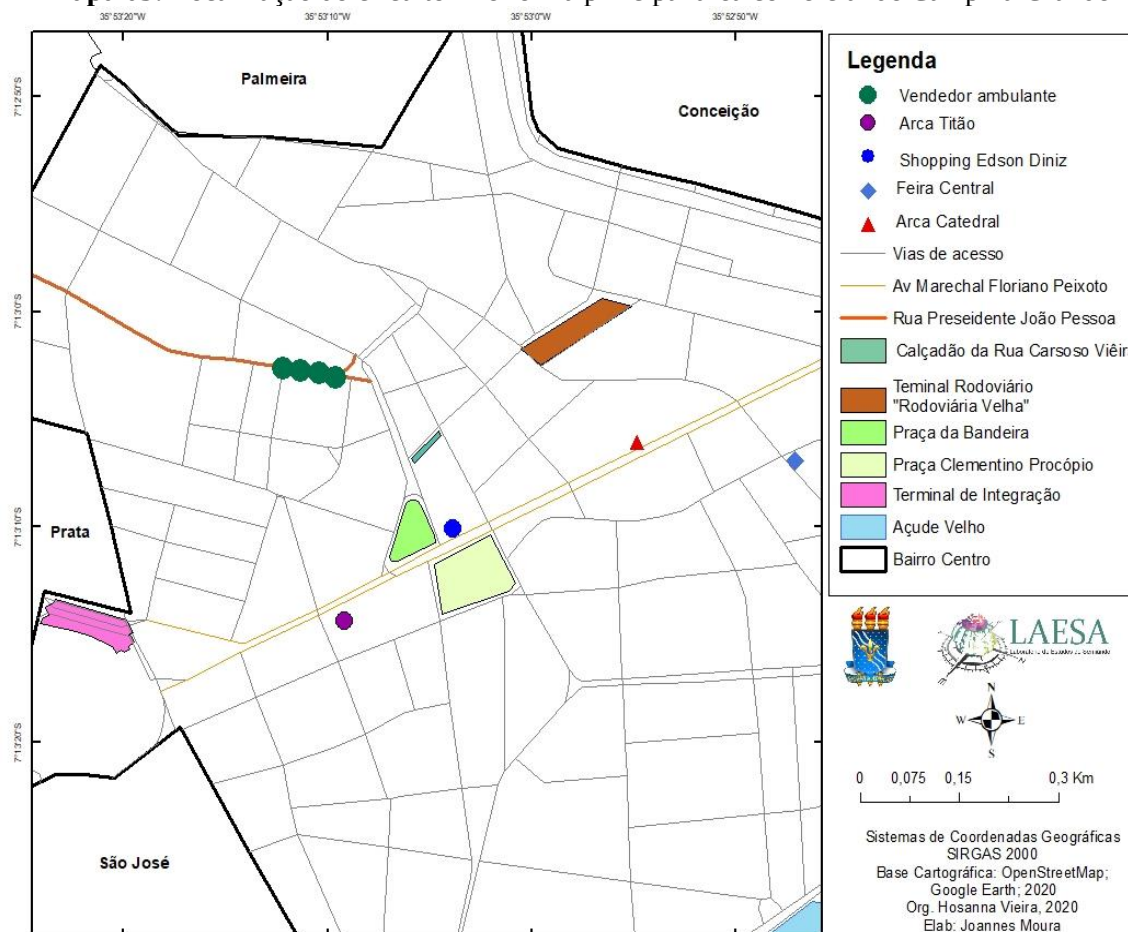
Por outro lado, paralelamente a conformação dessa realidade que demandou a especialização de parte da mão de obra produtiva presente na cidade, se deu a aglomeração de novas formas de representação da pobreza estrutural na sua principal área comercial da cidade, na medida em que atores/agentes não-hegemônicos passaram a efetuar novas estratégias de trabalho, sendo estas caracterizadas pela ausência total ou parcial dos direitos trabalhistas, além da utilização do baixo capital, e da presença de outras variáveis que constituem a chamada economia popular.

Com base nessa perspectiva, podemos enfatizar que a localização do circuito inferior no Centro de Campina Grande (Mapa 03), abarca a representação de uma grande diversidade de possibilidades de trabalho e emprego, onde o “formal” e o

“informal”, “antigo” e o “novo” caminham lado a lado, evidenciando o contínuo processo de metamorfose do espaço urbano.

Dentro desse contexto, a realização das atividades e serviços não-hegemônicos acontece de modo a permitir o estabelecimento de relações comunicativas com os mais diferentes níveis de representação dos circuitos que compõem a economia urbana, o que é depreendido pelo fato da principal área comercial da cidade ainda ser tido enquanto “o ponto focal do sistema de circulação” (SPOSITO, 2017, p. 28), intencionalmente constituído por maior fluxo de circulação de pessoas e mercadorias, apesar da recente manifestação de descentralização de determinadas atividades econômicas.

Mapa 03: Localização do circuito inferior na principal área comercial de Campina Grande



A distribuição geográfica de múltiplas formas de representação do circuito inferior no Centro campinense resulta da soma de tempos distintos, bem como, da intensificação da pobreza urbana sob o referido recorte espacial, de modo a revelar as configurações assumidas no âmbito do subemprego – formal ou informal – enquanto estratégias de sobrevivência organizadas por atores pouco capitalizados.

Em meio às particularidades das atividades e serviços que são desempenhados, as instalações desses comerciantes se encontram diferenciadas no que concerne a capacidade de organização, acesso ao capital, bem como, refletem em suas dinâmicas sócio-espaciais múltiplas possibilidades de interação com diferentes agentes/atores sociais.

E ao contrário do que tem acontecido em muitas cidades brasileiras, como anteriormente já mencionamos, o circuito inferior em questão não tem sido realizado em um recorte espacial deteriorado, pois “o centro principal da cidade de Campina Grande não corresponde a uma área estagnada ou esquecida, muito embora já se vislumbre as alterações provocadas pelo surgimento de novas centralidades” (MAIA, 2009, p. 193), o que se compreende diante da expressiva aglomeração de estabelecimentos comerciais, serviços e equipamentos urbanos (Quadro 04), tidos como sendo de grande relevância para os cidadãos das mais diferentes classes sociais.

Deste modo, ao nos determos à análise do circuito inferior central de Campina, podemos afirmar que um dos aspectos que o diferencia na contemporaneidade é o fato da sua permanência e intensificação ser estabelecida frente à significativa presença do circuito superior no Centro, que direta ou indiretamente acaba por influenciar nas práticas comerciais estabelecidas pela população pobre.

Quadro 04: Comércio, serviços, e equipamentos urbanos localizados na principal área comercial de Campina Grande

Serviços de Saúde	Hospitais (Clips, Hospital de Campina Grande, Maternidade Elpídio de Almeida); Posto de Saúde (Posto de Saúde Francisco Pinto); Consultórios Odontológicos (Ey dental, etc); Clínicas Médicas (Dr. Wanderley, dentre outros).
Serviços de Educação	Escolas Privadas (Motiva, Alfredo Dantas, dentre outras); Cursos (Pró-Concurso, Conteúdo Concursos, etc); e Universidades privadas (Pitágoras, Unesque e um dos campos de Pós-Graduação da Faculdades Integradas de Patos - FIP).
Comércio	Casas Bahias, Magazine Luiza, Subway, C&A, Cacau Show, Feira Central, Áreas do Comércio Ambulante (ARCA), etc.
Bancos	Bradesco, Banco do Brasil, entre outros.
Lazer	Teatro Municipal, Parque do Povo, etc.

Equipamentos urbanos que permitem a realização de deslocamentos intra e inter-urbano	Integração e “Rodoviária Velha”
--	---------------------------------

Fonte: Pesquisa de Campo 2018/2019.

Assim sendo, os subsistemas que compõem a economia urbana dividem o mesmo espaço (Fotografia 04) enquanto clara representação da intensificação da divisão social e territorial do trabalho na área do Centro, onde diferentes atividades econômicas e equipamentos urbanos coexistem e estabelecem relações diferenciadas sob o meio construído, evidenciando que “[...] às possibilidades de satisfação das necessidades criam diferenças quantitativas e qualitativas no consumo, as quais, por sua vez, são a causa e o efeito da existência de diferentes circuitos” (MONTENEGRO, 2006, p. 10).

Todavia, é pertinente lembrarmos que apesar da força desigual que constitui as formas de representação da atividade comercial, nenhuma é dotada de “autonomia de existência” (SILVEIRA, 2009), haja vista que tais representações são complementares no que diz respeito à realização de determinados serviços.

Fotografia 04: Ambos os subsistemas da economia urbana dividindo o mesmo espaço



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019. Acervo: Hosana Vieira

Ao passo em que a racionalidade presente no circuito superior ainda encontra vantagens por estabelecer suas práticas econômicas na principal área comercial da cidade, também multiplicam-se as estratégias de realização do trabalho/emprego no contexto do circuito inferior, tendo em vista que o espaço em questão é compreendido enquanto local de múltiplas possibilidades de realização da atividade comercial, onde constantemente se realizam trocas, vendas e compras de mercadorias em distintos níveis socioeconômicos.

Nesse cenário, as atividades e serviços pertencentes ao circuito inferior da economia se encontram distintas no que concerne à capacidade de organização, utilização do capital e da tecnologia, como pode ser observado na fotografia anterior, onde há representação de um vendedor ambulante comercializando bebidas em uma bicicleta, além da configuração de outra prática desse subsistema, sendo esta efetuada por um camelô através da criativa apropriação de algumas das árvores na Rua Marquês do Herval.

Ao abordar essa questão, Santos (2013), explica que a flexibilidade atual é uma das bases de sustentação da precarização do trabalho em suas mais variadas faces, e ao nos determos às formas assumidas pelo circuito inferior no Centro de Campina Grande, enfatizamos que o referido fator se encontra direta ou indiretamente amparado na redefinição dos papéis assumidos por tal cidade na rede urbana brasileira.

Sendo assim, a expansão e diversificação de tais atividades não-hegemônicas se encontra principalmente materializada nas dinâmicas de trabalho realizadas por vendedores ambulantes e camelôs, flanelinhas, cabeleireiros, serviços de moto táxi, de reparos e alugueis de roupas, manutenção de equipamentos eletroeletrônicos e engraxates, além da tradicional Feira Central.

Tamanha heterogeneidade também é compreendida enquanto reflexo do acesso desigual desses atores econômicos à determinadas variáveis da globalização, ao passo em que coloca em evidência o desemprego enquanto fenômeno presente na cidade, pois segundo dados divulgados pelo IPEIA e CAGED, em Campina Grande, a taxa de desocupação no ano 2000 era de 17,65; já em 2010, esse número chegou a ser reduzido para 10,53. No entanto, em 2017, 1.181 postos de trabalho foram fechados⁴⁵, e no que

⁴⁵De acordo com informações divulgadas pelo CAGED, as áreas mais atingidas pelo desemprego na cidade, foram: construção civil, com a redução de 543 postos de trabalho; seguido pelo setor de telemarketing, com 538 demissões; vigilantes, com 248, também sendo destacado o comércio varejista, o qual foi mencionado pela expressiva rotatividade da mão de obra.

diz respeito aos meses de janeiro e agosto de 2019, 335 postos de trabalho foram fechados somente no setor de comércio.

Destarte, acreditamos que no presente momento seja pertinente destacarmos que não é nosso objetivo nos determos à realização de uma análise minuciosa de todas as atividades e serviços que constituem o circuito inferior central em Campina Grande, tendo em vista que os sujeitos desse estudo são os vendedores ambulantes e camelôs, estando estes inseridos em determinados recortes espaciais da área do Centro, os quais apenas posteriormente serão abordados de maneira mais aprofundada.

Na presente fase do estudo iremos nos deter à tentativa de construção de uma totalidade que nos permita depreender algumas particularidades que constituem o circuito inferior em questão. Portanto, ao partimos do pressuposto de que o circuito inferior presente no Centro de Campina Grande se encontra munido por uma grande diversidade de formas e funções, uma vez que nos deparamos tanto com a realização de práticas comerciais tidas enquanto “tradicionais”, como as quais podem ser postuladas enquanto configurações do recente processo de “modernização” vivenciado por tal subsistema.

No que se refere à Feira Central de Campina Grande (Fotografia 05), destacamos que nesta atividade comercial “[...] o novo e o velho convivem dando oportunidades aos mais diversos agentes sociais de se reproduzirem seja nos aspectos econômicos, sociais ou culturais” (COSTA, 2003, p. 9), e que em meio ao processo de urbanização da cidade sua localização perpassou por diversos recortes espaciais, como por exemplo, a Rua Grande (Maciel Pinheiro), na década de 1930 (Anexo E); a Rua Pedro Álvares Cabral, em 1960 (Anexo F), além de outras localidades, de modo a evidenciar a capacidade de influência dos políticos locais na (re)organização da geografia do Centro.

De acordo com a CDL⁴⁶, atualmente 2.309 pessoas trabalham de segunda à sábado na Feira Central, cujos horários de funcionamento dos “bancos” e armazéns variam entre 4:00 da manhã e 16:00 horas da tarde. No entanto, acreditamos que o número de feirantes pode chegar a ser muito maior, pois a maior parte da mão de obra empregada se figura como sendo familiar, visto que muitas das atividades/serviços prestados nesse espaço comercial têm sido repassados enquanto “herança”, de modo a revelar “[...] a capacidade do circuito inferior em assegurar e manter trabalhadores,

⁴⁶ Câmara de Dirigentes Lojistas

conferindo a estes, oportunidades de trabalho e renda durante um significativo período de tempo” (NETO, 2016, p. 124).

Fotografia 05: A Feira Central de Campina Grande



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019. Acervo: Hosana Vieira

A sua realização também abarca uma série de problemáticas no que diz respeito à violência, precarização da infraestrutura e do saneamento básico, o que interfere significativamente nas condições de trabalho dos feirantes, os quais nos relataram que já chegaram a reduzir o horário de funcionamento das barracas por medo de assaltos, ou devido ao mal cheiro proveniente do esgoto exposto, além de outras problemáticas que evidenciam o descaso do poder público municipal.

Durante as nossas idas à campo, um dos fatos que mais chamou nossa atenção diz respeito à organização do espaço da feira, pois este pode ser apreendido enquanto um grande “mosaico”, cujo os “critérios” de organização se dão de acordo com a comercialização de determinados objetos, gêneros alimentícios ou animais. Por assim figurar-se, tais aglomerações desencadearam a conformação de distintas espacialidades, cada qual resguardada por particularidades específicas do que diz respeito às suas formas e funções, figurando-se indissociáveis e complementares em meio à totalidade que constitui a feira.

Por isso, a depender da localização dos produtos comercializados na Feira Central (Fotografia 06), tal recorte espacial passa a receber um nome específico, como

por exemplo, Feira das Flores (1), Feira de Carne (2), Feira do Queijo (3), Feira de Animais (4), dentre outras denominações.

Fotografia 06: Produtos comercializados na Feira Central



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018/ 2019. Acervo: Hosana Vieira

Estes sub-espços são formados tanto por pequenas barracas de madeira ou de ferro, como por um grande galpão constituído por cerca de 20 boxes, os quais se encontram relativamente em boas condições quando comparados às demais estruturas que são utilizadas por outros feirantes. Além de tais estruturas, a feira também é caracterizada pela presença de armazéns, que além de terem a função de atender as demandas de consumo no varejo, têm contribuído para o estabelecimento de relações de complementariedade com circuito inferior residencial⁴⁷.

Em Campina Grande, é inegável que há existência de um certo grau de dependência do circuito inferior residencial em relação ao comércio da feira, o que justifica-se devido aos valores dos produtos comercializados por feirantes serem

⁴⁷ Mercearias, mercadinhos, depósitos de bebidas, dentre outras atividades comerciais.

considerados de baixo custo, além de muitos desses trabalhadores residirem nos mesmos bairros que seus clientes, tornando concebível a realização de um pagamento posterior a compra (fiado), o que vem a retratar a “necessidade de uma resposta imediata às necessidades de uma população sem dinheiro” (SANTOS, 2008 [1979], p. 350).

Já no que concerne às possibilidades de pagamento mais utilizadas no contexto socioeconômico da Feira Central, o dinheiro líquido é o mais utilizado, sendo este acompanhado pelo crescente e desigual processo de inserção do uso do cartão de crédito, que emergiu enquanto resultado da imposição de novas tecnologias (maquinetas de cartão de crédito).

Outra questão a ser considerada diz respeito à capacidade que o comércio da feira ainda hoje tem de reforçar a centralidade no Centro de Campina Grande, tendo em vista que as dinâmicas comerciais que a constituem não se encontram limitadas ao atendimento das demandas de consumo intra-urbanas, mas também inter-urbanas, como evidencia Costa (2003), ao concluir que:

O raio de alcance que na Feira de Campina Grande só foi observado qualitativamente através dos transportes que se dirigem para a cidade no dia da realização desse mercado periódico. Embora não tenha sido feito o levantamento quantitativo dos transportes que conduzem passageiros para a Feira, nem o número de pessoas de outros lugares que para ela se dirigem, percebe-se que os carros de municípios próximos e polarizados por Campina Grande são mais numerosos e vai rareando na medida em que os municípios tornam-se mais distantes. (COSTA, 2003, p. 217)

Durante as conversas informais estabelecidas com os feirantes, muitos chegaram a relatar que uma significativa parcela dos seus clientes são oriundos das cidades de Lagoa Seca, Massaranduba, Puxinanã, Juarez Távora, Esperança, Queimadas, dentre outras. Dentro desse quadro, a feira tem sido realizada de modo a atender especialmente às necessidades de consumo da população de baixa renda que trabalha com agricultura e atividades comerciais como mercadinhos, por exemplo, o que nos autoriza enfatizar que “o circuito inferior segue caracterizando-se por sua participação em circuitos produtivos de alcance local ou regional, traço que lhe é, aliás, inerente” (MONTENEGRO, 2011, p. 78).

Além dos artigos anteriormente mencionados, a heterogeneidade presente na feira também é constituída pela comercialização de frutas, verduras, legumes,

artesanato, roupas, doces, e objetos técnicos⁴⁸, de modo a refletir o desigual processo de apropriação de produtos “industrianatos” no mercado pobre, bem como, a (re)configuração das necessidades de consumo da população de baixa renda.

Já no tocante à divulgação do que é comercializado na feira, observou-se que grande parte da propaganda é realizada de forma precária e criativa, com o reaproveitamento de papelão, caixotes riscados com os nomes das mercadorias, além de pequenos *banners* e faixas amarrados nas barracas, no entanto, o tradicional “boca a boca” ainda é uma constante, já que é “no grito” que esses atores também buscam divulgar os produtos e serviços que são comercializados.

Ao estabelecermos a continuidade da compreensão do circuito inferior presente no Centro campinense, não poderíamos deixar de mencionar a atuação dos vendedores ambulantes e camelôs. Assim sendo, enfatizamos ser frente à “crescente internacionalização da economia capitalista” (CASTELLS, 1984, p. 25), que verifica-se de maneira mais nítida o processo de acentuação da discrepância nos níveis de organização do circuito menos capitalizado, o que tem ocorrido através da (re)configuração das relações de trabalho, do acesso limitado às variáveis do período, além da luta pelo direito à apropriação do espaço urbano.

Os ambulantes e camelôs em questão se encontram representados pela coexistência de múltiplas formas de realização do emprego/trabalho, cuja a quantificação de grande parte só se fez possível devido à pesquisa de campo, tendo em vista a ausência de dados oficiais na Prefeitura. No entanto, ainda assim, conseguimos estabelecer contato com o coordenador do Shopping Edson Diniz, que nos auxiliou no trabalho *in loco*, contribuindo para o processo de quantificação dos ambulantes e camelôs localizados na área do Centro (Quadro 05).

Quadro 05: Quantificação dos ambulantes e camelôs localizados na Área do Centro

Edson Diniz	320
Arca Titão	68
Arca Catedral	126
Praça da Bandeira	23
Praça Clementino Procópio	83
Calçadão da Rua Cardoso Vieira	15

⁴⁸ Capas para aparelho celular, eletrodomésticos, chips para celular, entre outros.

Rua João Pessoa	30
Terminal de Integração	30
Rodoviária Velha	35
Avenida Floriano Peixoto	21

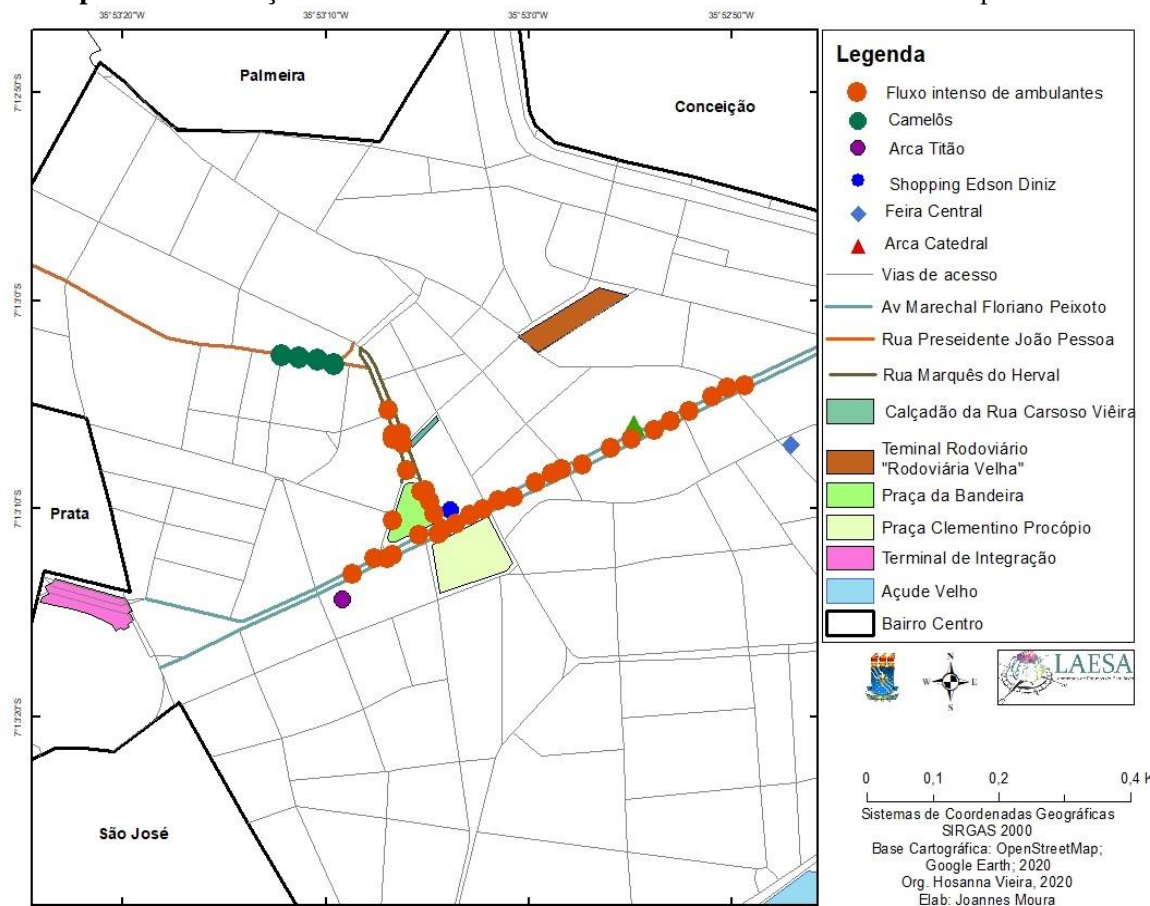
Fonte: Pesquisa de Campo 2017 / 2019

Assim como ocorreu com a Feira Central em tempos pretéritos, a geografia dos ambulantes e camelôs no Centro de Campina Grande ainda tem sido (re)desenhada, haja vista que apesar das galerias comerciais estarem ocupadas com uma expressiva parcela desses trabalhadores, é nas vias públicas que os ambulantes são constantemente submetidos às perseguições dos agentes da prefeitura, de modo a se verem obrigados à realizar constantes deslocamentos, almejando de maneira imediata não terem as suas poucas mercadorias apreendidas.

A conformação desse cenário coloca em evidência a capacidade de adaptação que caracteriza o circuito inferior da economia, além de também nos permitir enxergar a discrepância das condições de trabalho que constitui tal subsistema, pois ao passo em que há comerciantes realizando o seu mercadejar em galerias, dotadas de uma infraestrutura relativamente boa, encontramos trabalhadores que comercializam nas ruas, praças e avenidas, sem qualquer amparo às intempéries do tempo, além de outras variáveis.

De acordo com Haesbaert (2002), “Uma atividade só é *territorializada* quando sua efetivação econômica depende da localização”. De posse da referida concepção, podemos afirmar que a localização dos ambulantes e camelôs no Centro de Campina Grande (Mapa 04), está eminentemente atrelada aos conteúdos que constituem o referido espaço geográfico, haja vista que a racionalidade pertencente à tais comerciantes corroborou para que os mesmos comercializassem produtos e serviços que encontram-se diretamente voltados às demandas de consumo dos indivíduos que frequentam o Centro.

Mapa 04: Localização dos vendedores ambulantes e camelôs no Centro de Campina Grande



No efeito da compreensão, verificamos os espaços comerciais – galerias e barracas – e as vias públicas caracterizadas por expressiva aglomeração das atividades e serviços desempenhados por camelôs e ambulantes, e no que diz respeito à este último, recentemente a avenida Floriano Peixoto tem sido palco de constantes deslocamentos efetivados por tais trabalhadores, que ao nosso ver acontece especialmente devido aos conteúdos que o compõem – paradas de ônibus, integração, catedral, prefeitura, atividades pertencentes ao circuito superior local, as ARCAS, dentre outros –, de modo a intencionalmente estabelecer relações de concorrência e complementariedade.

Em tal circunstância, a Rua Marquês do Herval pode ser compreendida enquanto um dos espaços mais tradicionais no que diz respeito à apropriação das ruas do Centro por ambulantes e camelôs, os quais, no decorrer do dia, se figuram como sendo praticamente invisíveis, devido à intensa fiscalização da prefeitura, fato este que fragiliza ainda mais as condições desses trabalhadores.

Ao intencionalmente se posicionarem no Centro, esses comerciantes pouco capitalizados criam zonas de fluxos que, em sua maioria, derivam da recente

flexibilização da tecnologia e das demandas de consumo, estando estas materializadas na comercialização pirata de bens de consumo banais como roupas, óculos, calçados, relógios, brinquedos, artigos de limpeza, DVD's, *pen drives*, *chips*, capas para celulares, além de outros objetos, visto que “as técnicas contemporâneas são mais fáceis de inventar, imitar ou reproduzir que os modos de fazer que as precederam” (SANTOS, 2000, p. 165).

Nesse sentido, a reavaliação da tecnoesfera presente na expansão da pirataria logo é banalizada pela reprodução de objetos que refletem a modernidade contemporânea, ganhando “novas combinações; uma vez que o anseio das populações de baixa renda por imitar o padrão de consumo das camadas mais abastadas acompanha o passo do surgimento de novos objetos” (MONTENEGRO, 2011, p. 31).

No atual processo de globalização, a multiplicidade das dinâmicas que constituem esses comerciantes também se faz presentes nos serviços de conserto e manutenção de equipamento eletroeletrônicos, cópias de chaves, manutenção de unhas em gel, bem como no fornecimento de lanches que são estabelecidos com “feições globais⁴⁹”, tais como cachorro quente, hambúrguer, mini pizza, dentre outros.

No entanto, não poderíamos deixar de ressaltar que paralelamente acontece a venda de comidas típicas (tapioca, pamonha, canjica, milho, etc), de modo a figurar que apesar de hoje o circuito interior central estar significativamente atrelado à determinadas variáveis globais, os aspectos regionais não ficam restritos ao tradicional comércio da feira.

Na concepção de Silveira (2015), tamanha realidade é compreendida diante da flexibilização da tecnologia e das finanças, que acontece de modo a autorizar a introdução de certo grau de modernidade nas atividades não-hegemônicas, fato este que tem desencadeado grande instabilidade, haja vista que muitos ambulantes e camelôs se veem cada dia mais endividados por serem “obrigados” a se submeterem à metamorfose dos sistemas técnicos e das demandas de consumos. Face a este fenômeno, Santos (1996a), denota que:

[...] uma grande variedade de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação, e sustentadas no seu próprio meio geográfico, este sendo tomado como uma forma-conteúdo, um híbrido de materialidade e relações sociais. (SANTOS, 1996a, p. 220)

⁴⁹ Elaboração de logomarcas que remetem à imagem de grandes redes de franquias nacionais ou internacionais.

Durante a pesquisa de campo, tornou-se inquestionável que a principal área comercial de Campina é constituída por múltiplas e distintas possibilidades de realização do emprego/trabalho, as quais mostram-se significativamente dependentes dos conteúdos presentes no meio geográfico, o que explica-se pelo fluxo específico de pessoas, mercadorias, informações, além dos fixos que contribuem para a especificidade da localidade.

Nesse sentido, a capilaridade atualmente alcançada por ambulantes e camelôs revela o poder de racionalizar a apropriação do espaço urbano e as demandas de consumo do atual processo de globalização, tamanha estratégia não acontece por acaso, haja vista que há uma intencionalidade quando o vendedor de cachorro quente comercializa seu produto em um determinado ponto de ônibus, ou quando o flanelinha compra as mercadorias necessárias para a realização do seu serviço de algum camelô.

Tais estratégias de ampliação do capital acabam por reforçar o processo de subordinação desses atores econômicos ao meio geográfico em questão, fato este que não tem sido estabelecido de maneira homogênea, mas em níveis distintos, (re)configurando-se de modo à “obedecer” as relações hierárquicas que frequentemente são alteradas por agentes políticos, hegemônicos e não-hegemônicos.

Entre o final do século XX e início dos anos 2000, o impacto sócio-espacial desencadeado por parte do circuito inferior acabou por imprimir na área do Centro muitos arranjos, combinações e novos conteúdos. Nesse sentido, as galerias comerciais (Quadro 06) podem ser compreendidas enquanto resultado da manipulação dos atores não-hegemônicos por parte dos agentes institucionais do Estado (DINIZ, 2009), que intencionalmente elaboraram alternativas para “enquadrar ou formalizar este setor, visando mais recolher impostos do que minimizar ou eliminar as desigualdades socioespaciais visíveis no território, com o mínimo de respeito à diversidade” (SILVA, 2012, p. 85).

Cada galeria comercial encontra-se representada não apenas por particularidades arquitetônicas que evidenciam diferentes temporalidades vivenciadas no decorrer da conformação da área do Centro, mas também, no que concerne aos conteúdos e relações de trabalho/emprego que as constituem no âmbito do circuito inferior da economia.

Quadro 06: Galerias comerciais presentes no Centro de Campina Grande

GALERIA	ANO	PRODUTOS COMERCIALIZADOS
Galeria Maringá	1957	Realização de serviços como xerox, encadernação, venda de livros usados, lanches, roupas, brinquedos artesanais, dentre outros.
Galeria da Praça da Bandeira	1986	Discos de vinil, Cd's e DVD's, artigos para aparelho celular, dentre outros.
Shopping Edson Diniz	2001	Roupas, material escolar bolsas, óculos, capinhas para celular, aparelhos celulares, <i>pen drives</i> , lanches, Cd's e DVD's, serviços de beleza, etc.
Arca's Titão e Catedral	2001	Frutas, verduras, roupas, reparo lanches...
Galeria Central, Comércio popular	2015	Roupas e brinquedos

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Tomando enquanto pressuposto parte das informações destacadas no quadro anterior, podemos afirmar que a presença dessas formas comerciais no Centro de Campina está longe de significar apenas uma possível “modernização” da chamada economia pobre, mas também expressa a permanência da pobreza estrutural na principal área comercial da cidade, estando está atualmente “maquiada” pela intensificação do uso da propaganda na fachada dos prédios, de modo a expressar a racionalidade oriunda da prefeitura municipal. Dessa forma, Diniz (2009) assevera que a profusão dessas formas comerciais geralmente se dá através da:

[...] a aquisição ou construção de um edifício por parte de prefeituras que oferecem uma estrutura necessária ao comércio, dotada de sanitários, pequenos boxes (onde são lotados os comerciantes), além de corredores para facilitar a locomoção dos possíveis compradores dentro do mercado. Tal iniciativa melhora consideravelmente o fluxo de pessoas pelas áreas centrais das cidades e denota uma maior participação do quadro arquitetônico na paisagem urbanística das mesmas. (DINIZ, 2009. p. 18)

A partir da estratégica inserção dos ambulantes e camelôs nas galerias, acompanhou-se a (re)organização de parte das características que constituem o circuito inferior em questão, o que aconteceu por intermédio da padronização dos boxes, da

introdução ou intensificação do uso da propaganda, do cumprimento do horário fixo de trabalho que passou a ser o horário comercial, além de outras dinâmicas que foram impostas corroborando para que os diferentes níveis de pobreza que constituem tais formas comerciais se tornasse menos nítidas.

Diante de tal situação, acreditamos que os camelôs inseridos nas galerias comerciais do Centro são constituídos por dinâmicas de trabalho que podem chegar à serem tidas enquanto menos precárias se comparadas à comercialização de mercadorias que acontece nas ruas, visto que nesses espaços os comerciantes não ficam expostos às intempéries do tempo, geralmente não trabalham aos domingos e feriados, além dos mesmos acreditarem que a inserção de suas atividades e serviços nesses espaços contribuiu para a valorização do trabalho realizado pelos mesmos (DINIZ, 2009).

Apesar da significativa presença desse tipo de galeria comercial no recorte espacial da pesquisa, podemos constatar que o comércio de rua ainda se encontra em contínuo processo de intensificação, uma vez que no Centro de Campina Grande tem acontecido um intenso de ambulantes vindos de diferentes localidades, de modo à promover a circulação de mercadorias à baixo custo, além de almejar o acesso ao capital de maneira mais rápida.

Destarte, acreditamos ser nas vias públicas que se encontra maior fracionamento das atividades organizadas por tais atores pouco capitalizados, o que tem sido manifestado através da presença de pequenas barracas e da intensificação da aglomeração de ambulantes que transitam de maneira criativa com a (re)utilização de carrinhos de mão, de lonas que são expostas no chão, ou de caixas de papelão, cujo critério de localização também é ocasionado pela presença de determinadas edificações, equipamentos urbanos, praças, etc.

Assim, em determinadas localidades do Centro conforma-se uma combinação de atividades e serviços prestados por ambulantes e camelôs, como tem acontecido nas Ruas Cristiano Lauritzen e na Avenida Floriano Peixoto, onde há significativa concentração desses trabalhadores nos entornos da “Rodoviária Velha”, dos pontos de ônibus (Fotografia 07) e dentro do Terminal de Integração, tendo em vista que esses espaços são constituídos por grande circulação de pessoas e pela convergência dos transportes coletivos que contribuem tanto para a realização de trajetos intra-urbanos como inter-rurbanos.

Fotografia 07: Concentração de ambulantes e camelôs em torno dos “pontos de ônibus”



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019. Acervo: Hosana Vieira

No que concerne às paradas de ônibus, ressaltamos que estes equipamentos ainda se figuram como sendo alguns dos principais locais de embarques e desembarques de grande parcela das pessoas que frequentam o Centro de Campina Grande, apesar da drástica redução⁵⁰ no uso do transporte público na cidade, que de acordo com dados divulgados pela STTP, só entre os anos de 2017 e 2018, houve a diminuição de 10 milhões de usuários.

Mesmo assim, para os vendedores ambulantes e camelôs, estes equipamentos urbanos apresentam-se como instrumentos à possibilitar a ampliação e efetuação das vendas, o que “facilita” a execução do trabalho realizado pelos mesmos, já que nesse cenário não se faz necessário a efetuação de constantes deslocamentos em busca da clientela.

De maneira significativa, em determinadas localidades da avenida Floriano Peixoto, podemos encontrar diversos pontos de aglomeração dos vendedores ambulantes e camelôs, os quais se encontram distribuídos em 6 (seis) paradas de ônibus, além de também fazerem-se presentes no principal terminal de integração da cidade que

⁵⁰ Dentre os fatores que contribuíram para tamanha realidade, podemos ressaltar a violência, a ampliação do acesso ao crédito, que se compreende como sendo um dos fatores responsáveis pelo estímulo à aquisição de automóveis e motos, além presença do transporte clandestino e da intensificação do uso de tecnologias inseridas nos aplicativos de transporte privado (UBER, CG DRIVE, dentre outros).

interliga os moradores de vários bairros⁵¹ à área do Centro.

Nesse sentido, Harvey (1985), destaca que a rede de transportes é responsável por “alimentar” a área central do espaço citadino, compreendendo-se como sendo um dos importantes fatores atrelados à produção do consumo. E no caso específico de Campina Grande, além desse instrumento condicionar à possibilidade de intensificação da apropriação do capital, no decorrer das conversas informais que estabelecemos com muitos dos ambulantes e camelôs que trabalham nas ruas, os mesmos enfatizaram ser o transporte público o principal meio de transporte utilizados para a efetuação dos deslocamentos diários ao Centro.

Essa situação justifica-se devido ao baixo grau de capitalização que constitui a grande parcela dos atores econômicos pertencentes ao circuito inferior, por isso não é estranho que muitas das pessoas que trabalham no referido subsistema utilizem o ônibus para se deslocarem às áreas centrais das cidades, de modo a disputar recursos escassos (SILVA, 2012).

Além dos espaços anteriormente ressaltados, o circuito inferior representado por ambulantes e camelôs também se encontra instalado em frente as atividades econômicas pertencentes ao circuito superior da economia, estabelecendo relações em volta à concorrência, subordinação e cooperação, uma vez que os subsistemas interagem e participam de todo o movimento que se desenvolve dentro do espaço citadino, embora este seja fragmentado e desigual (ARROYO, 2008).

Em meio a esse cenário, a configuração de alguns desses atores não-hegemônicos chega a variar de maneira significativa de acordo com o horário e dia da semana, já que entre a segunda e sexta-feira, até às 17:45 da tarde, os ambulantes informais são proibidos pela prefeitura de comercializar suas mercadorias nas calçadas, o que os obriga a estar se deslocando de maneira contínua entre determinadas ruas comerciais do Centro (Fotografia 08).

Já a partir das 17:45 da tarde e nos finais de semana, as calçadas em frente aos grandes equipamentos de consumo (lojas, serviços sob sistemas de redes de franquias, dentre outros), passam ser caracterizadas por grande concentração de outras formas de representação dos ambulantes (Fotografia 09), o que revela a multiplicidade das formas assumidas por tal atividade comercial.

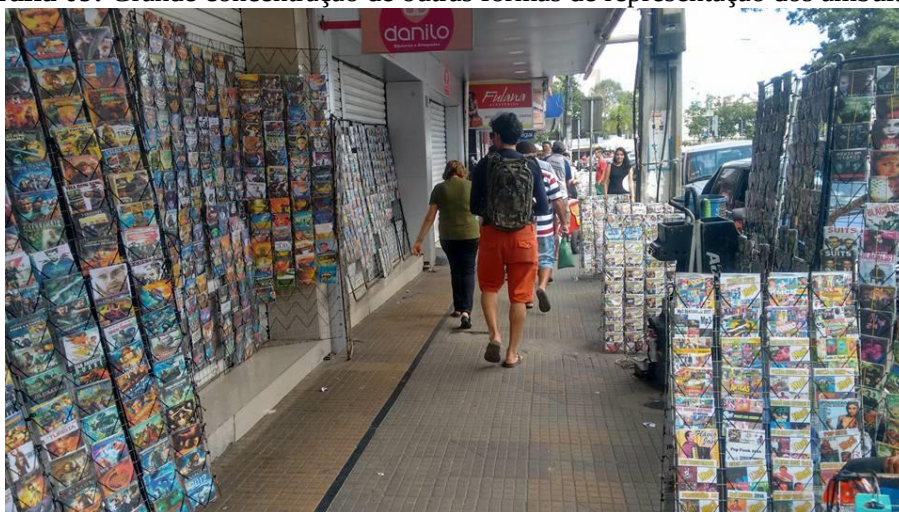
⁵¹ Acácio Figueiredo (Catingueira – 090A e 090B), Bairro das Cidades (009), Presidente Médici (909), Bodocongó, José Pinheiro (333 e 303), Distrito Industrial (944 e 904), Multirão (903), os Distritos de Boa Vista (902) e São José da Mata (903A), dentre outros.

Fotografia 08: Ambulantes obrigados à efetuação de constantes deslocamentos



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Acervo: Hosana Vieira

Fotografia 09: Grande concentração de outras formas de representação dos ambulantes



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Acervo: Hosana Vieira

Submetidos às leis locais, as quais se encontram fundamentadas em estratégias capitalistas impostas pelo circuito superior e agentes políticos da cidade, os ambulantes tidos como “ilegais” logo que percebem a chegada dos fiscais da prefeitura se deslocam para as ruas ou praças⁵² onde o poder público municipal permite a presença das atividades comerciais desenvolvidas pelos mesmos. No entanto, a leitura do espaço

⁵² Praça Clementino Procópio.

geográfico construída a partir da necessidade de sobrevivência os condiciona de volta para os recortes espaciais configurados por maiores fluxos de pessoas, de modo a reforçar a concorrência com os comerciantes das galerias, barracas e das lojas pertencentes ao circuito superior.

Desse modo, percebe-se que “A luta pela sobrevivência faz o espaço adquirir um movimento próprio, cuja regulamentação é criada a partir e para o território pelas formas de convivência, criam-se, então contra-racionalidades” (SILVA, 2012, p. 70), o que é conferido pela significativa capacidade de adaptação dos ambulantes que desenvolvem soluções particulares ao contexto socioeconômico do circuito inferior.

Diniz (2009, p. 16), ao deter-se ao estudo do processo de legalização dos ambulante e camelôs no Centro campinense destaca que “os equipamentos utilizados por estes trabalhadores, assim como suas formas de dispersão pelas ruas centrais da cidade, têm em geral como principais características a reversibilidade ou facilidade de ser transportado”, de modo a possibilitar que os deslocamentos aconteçam de maneira mais rápida.

No entanto, em situações como essa, ao considerarmos que a jornada de trabalho no âmbito do circuito inferior facilmente chega a extrapolar 8 horas diárias no decorrer de cinco ou seis dias da semana, tornando a carga dos carrinhos de mão, das caixas ou das bicicletas utilizadas, o peso do subemprego se torna ainda maior.

Já no que diz respeito aos camelôs que trabalham em pequenas barracas, estes desenvolvem as suas atividades e serviços em formas comerciais que se figuram enquanto fixas. Algumas são tidas enquanto representação do trabalho formal, tornando-se diferenciadas das tendas (guarda-sol) através da padronização, seja das cores ou da incorporação do uso de propaganda.

Tais comerciantes procuram principalmente estabelecer relações de concorrência com os camelôs localizados nas galerias, apresentando enquanto estratégia a comercialização de produtos e a realização de serviços que não são prestados nessas formas comerciais, como a comercialização de ingressos dos shows que acontecem na cidade, o que pode ser compreendido como sendo a efetuação de um vínculo de complementariedade com o circuito superior, tendo em vista que, na medida do possível, o circuito inferior proporciona a expansão de produtos oriundos do circuito hegemônico entre a população de baixa renda (SILVEIRA, 2015).

Além dos produtos anteriormente mencionados, nas barracas também são comercializadas revistas, jornais, lanches, relógios, sandálias, camisas dos times de

futebol, além de outros artigos que contribuem para a sociabilização de muitas possibilidades de realização do consumo e fracionamento do trabalho no circuito inferior, de maneira a garantir a geração de ocupação e renda, mesmo que esta última seja mínima (MONTENEGRO, 2011).

Apesar de atualmente o circuito inferior central de Campina Grande ser constituído de maneira predominante por feirantes, ambulantes e camelôs, este subsistema encontra constituído por outras formas de representação da economia pobre, como previamente foi ressaltado, porém ressaltamos que não iremos nos deter à análise das demais atividades econômicas, não que estas não sejam tidas enquanto relevantes para a conformação de um mais aprofundado, mas tendo em vista que tal prática demandaria um tempo maior de pesquisa, tamanha realidade não se fez possível.

2.3 A permanência e expansão dos ambulantes e camelôs no Centro de Campina Grande

Antes de adentrarmos no contexto em que permeia o processo de permanência e expansão dos ambulantes e camelôs pesquisados no Shopping Edson Diniz, nas Arcas Titão e Catedral, no Calçadão da Rua Cardoso Vieira, bem como, nas Praças da Bandeira e Clementino Procópio, se faz necessário ressaltarmos, mesmo que de maneira breve, algumas considerações no que diz respeito à diferença conceitual que abarca tais representações da atividade comercial não-hegemônica.

De acordo com Bertolucci (2003), os termos “camelô” e “ambulante” se distinguem tendo em vista que o primeiro se figura como sendo uma atividade comercial realizada em um local fixo, cuja a maioria dos comerciantes possui autorização oficial para estabelecer a comercialização de suas mercadorias no espaço escolhido, já no que concerne à prática comercial realizada de maneira itinerante, a maioria dos ambulantes são tidos enquanto representação da informalidade, fato este que justifica a necessidade de realização de constantes deslocamentos sob o espaço urbano.

Tomando enquanto base a Classificação Brasileira de Ocupações, podemos ressaltar que o entendimento dos trabalhadores inseridos no circuito inferior enquanto camelôs comunga com a perspectiva anteriormente ressaltada, uma vez que foi enfatizado que o camelô se encontra caracterizado por deter licença governamental para atuar em uma determinada localidade, a exemplo do que acontece com os feirantes

registrados pelos órgãos responsáveis por esse controle (MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO, 2009a).

Outra especificidade que constitui os camelôs é que esse tipo de ocupação pode apresentar níveis menos degradantes no que diz respeito às possibilidades de realização do trabalho, uma vez que as possíveis relações de complementariedade ou subordinação que muitos desses comerciantes “formais” estabelecem com o circuito superior e com agentes políticos, corroboram para facilitar o acesso dos mesmos à determinadas variáveis do período atual, como o crédito, por exemplo, de modo a permitir o aumentando o poder de compra desses atores pouco capitalizados.

Já no que diz respeito ao vendedor ambulante, enfatizamos que as práticas comerciais estabelecidas por esses atores não emergiram da atual fase do capitalismo, pois no período do Brasil Colônia a comercialização efetuada de porta em porta já era uma realizada vivenciada em muitas das cidades brasileiras (BACKEUSER, 1944). Ainda no mesmo estudo, o autor previamente citado (1944), destaca que além dos portugueses e italianos, os povos sírios também se deslocam entre os espaços citadinos vendendo diversas mercadorias, de modo a contribuir para a diversificação das mercadorias postas à venda.

Segundo Montenegro (2011), o trabalho ambulante é uma das práticas comerciais que mais se encontra em expansão na contemporaneidade, tendo em vista que para iniciar tal atividade econômica não se faz necessário a obtenção de um grande volume de mercadorias, além de ser figurado pela ausência do pagamento de alugueis e da contratação da mão de obra, já que o próprio comerciante pode desempenhar todas as etapas do processo de comercialização (compra das mercadorias, divulgação, negociação dos valores e efetuação da venda).

Silva (2012), ao observar o impacto das dinâmicas econômicas estabelecidas por vendedores ambulantes no espaço urbano enfatiza que tais atores econômicos:

[...] mesmo sendo um produto da pobreza e dos novos estilos de consumo, apresenta-se como solução temporária que possibilita aos pobres ter acesso ao consumo tanto de produtos de primeira necessidade como de outros bens. Eles constituem uma via, mais fluida, do fortalecimento de uma grande parcela da população e uma maneira de travar o estado de pobreza total de um número significativo de pessoas que se abrigam na venda ambulante para conseguir renda (SILVA, 2012, p. 16).

Diante da percepção defendida pelo autor, compreende-se que o trabalhador ambulante apesar de ser um dos resultados da intensificação da pobreza no espaço

citadino, sua prática socioeconômica tem sido capaz de “travar” a emersão do indivíduo no estado de pobreza total, promovendo outras estratégias de acesso ao capital, ao passo em que condiciona a intensificação do consumo.

Enquanto estratégia emergencial de realização do trabalho, atualmente os ambulantes representam um dos níveis mais instáveis no que diz respeito ao contexto do circuito inferior da economia, evidenciando algumas das agudas condições em que os trabalhadores itinerantes são submetidos, haja vista os diferentes tipos de violência que os mesmos perpassam enquanto resultado da racionalidade capitalista.

Para Santos (2011), o trabalho dos ambulantes e camelôs reflete a conformação de novos padrões e relações de trabalho, configurando-se enquanto soluções imediatas, provisórias ou permanentes, de modo à permitir que a população de baixa renda possa ter acesso à outras alternativas de emprego/trabalho, mesmo que seja diante da precarização, subcontratação ou flexibilização dos direitos trabalhistas (MONTENEGRO, 2006).

Motivados pela necessidade de sobrevivência que tem agravando-se em decorrência do desemprego e flexibilização das relações trabalhistas, a permanência e expansão dos ambulantes e camelôs entre os anos 2000 e 2018 no principal espaço comercial de Campina Grande, representa uma “grande dimensão conquistada até então pelo comércio ‘informal’ nas ruas do centro da cidade” (DINIZ, 2009, p. 24), além de revelar a intencionalidade do poder público em privilegiar o atendimento das “necessidades” dos agentes hegemônicos nacionais.

Como previamente mencionado, a análise empírica do presente estudo constitui os ambulantes e camelôs concentrados no Calçadão da Rua Cardoso Vieira, nas Praças da Bandeira e Clementino Procópio, bem como, no Shopping Edson Diniz e nas Arcas Titão e Catedral, estando esses inseridos no principal espaço comercial do Centro de Campina Grande (Mapa 5).

Mapa 05: Localização dos ambulantes e camelôs analisados



A conformação desse cenário acabou por revelar não apenas a consolidação e intensificação da aglomeração dos vendedores ambulantes e camelôs no Centro de Campina Grande, mas também, colocou em evidência o fato de haver dentro do próprio circuito inferior central uma significativa discrepância no que diz respeito às possibilidades de apropriação do espaço urbano.

Tamanha discrepância começou a ser conformada no final da década de 1990, enquanto um dos resultados do Projeto Campina Decó⁵³, onde a prefeitura utilizou-se do pressuposto de “revitalização” da área do Centro para retirar os vendedores ambulantes e camelôs localizados nas calçadas em frente às lojas que, na época, eram tidas como sendo de grande relevância para a economia local, promovendo o que foi chamado de

⁵³ Diniz (2011), enfatiza que o Projeto Campina Decó foi uma iniciativa da Prefeitura Municipal que teve como um dos seus principais objetivos revitalizar o centro da cidade, recuperando parte do seu acervo arquitetônico construído na década de 1940 através da recuperação das faixadas dos prédios, ampliação do calçamento, realização de pinturas, dentre outras obras.

“re-higienização” (COSTA, 2003, p. 80). Com relação a esse período que desencadeou uma série de conflitos sócio-espaciais, Costa (2003), argumenta que:

A invasão das ruas centrais de Campina Grande pelos camelôs, assim como em outras cidades, passou a ser uma questão polêmica e de difícil solução, pois ao mesmo tempo em que a população reclamava a devolução das calçadas e que os comerciantes se sentiam prejudicados em seus negócios, havia por outro lado a sensibilização por parte de parcela da população, que diante do desemprego solidarizava-se com a causa dos ambulantes (Costa, 2003, p. 73).

Por assim ter se figurado, Diniz (2009), ao deter-se à análise do processo de formalização das atividades realizadas por trabalhadores no Shopping Edson Diniz, destaca que a viabilidade da remoção dos ambulantes e camelôs das ruas do Centro se deu porque:

Para os gestores públicos ou secretários de urbanização, as formas de distribuição de tais comerciantes – de baixa renda – no centro das cidades representa um entrave para a organização espacial e “embelezamento” das mesmas, já que estes indivíduos se inserem de forma irregular no centro comercial, muitas vezes atrapalhando o trânsito das cidades e a passagem dos pedestres nas calçadas. Sendo assim, tais gestores públicos buscam alternativas para organização destas áreas, uma delas é a construção de mercados populares ou “shopping popular” que é tendência em crescimento no Brasil (DINIZ, 2009, p. 18).

Tamanha realidade desencadeou não apenas a (re)configuração das dinâmicas sócio-espaciais estabelecidas por tais comerciantes não-hegemônicos, mas também da área do Centro, com a construção de dois novos espaços comerciais, da compra de um prédio comercial onde anteriormente funcionava uma grande loja representante do circuito superior nacional, além da realocação de cerca de 1.000 (Mil) ambulantes e camelôs das ruas⁵⁴ caracterizadas por intenso fluxo de pessoas e concentração do comércio varejista (ARAÚJO, 2013).

Mediante à propagação de uma série de conflitos, muitos dos ambulantes e camelôs se negaram a desapropriar as ruas tradicionalmente já ocupadas, o que se deu devido ao receio de perda da clientela. Por este motivo, alguns migram para realizarem as suas atividades e serviços comerciais em vias públicas que não foram contempladas com o Projeto Campina Decó, como a Rodoviária Velha, por exemplo, fato este que nos permite enxergar a racionalidade presente em tais atores não-hegemônicos.

⁵⁴ Diniz (2009, p. 22), cita as Ruas Marquês do Herval, Venâncio Neiva, Monsenhor Sales, Semeão Leal, Floriano Peixoto e Cardoso Vieira como os espaços caracterizados pela maior concentração de ambulantes e camelôs entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000.

Foi no início dos anos 2000 que a principal área comercial de Campina Grande passou a ser constituída por 3 (três) novos espaços comerciais (Shopping Edson Diniz e as Arcas Titão e Catedral), estando estes eminentemente voltados para a realização da economia popular, os quais se encontram localizados nas Rua Marquês do Herval e na Avenida Floriano Peixoto.

Tais formas de representação do circuito inferior da economia encontram-se caracterizados por relações de trabalho efetuadas a partir da “legalização da informalidade” (DINIZ, 2009), da delimitação dos horários e dias de trabalho, da inserção ou intensificação do uso da propaganda, além do acesso facilitado à determinadas variáveis do período (crédito, informação, tecnologia, dentre outros), fato este que configurou-se como sendo a vivência um novo contexto sócio-espacial para a maioria desses trabalhadores pouco capitalizados.

Submetidos às imposições do governo local, a migração dos ambulantes e camelôs para os então novos espaços comerciais acabou por “garantir” a formalidade das atividades que até então eram consideradas informais. Porém, apesar das galerias comerciais serem de responsabilidade do poder municipal, de acordo com alguns dos camelôs que participaram da pesquisa, não há fiscalização por parte da prefeitura sobre a efetuação do cumprimento dos direitos trabalhistas dos “funcionários”, sendo de responsabilidade de cada comerciante a garantia do pagamento do salário mínimo, férias, dentre outras demandas previstas pela legislação brasileira.

Nesse sentido, nos parece que a preocupação maior por parte dos gestores públicos municipais não foi a de contribuir para que houvesse a redução da precarização do trabalho dos ambulantes e camelôs, mas sim, intencionalmente promover o “embelezamento” do Centro da cidade, uma vez que tal localidade ainda é constituída de grande relevância socioeconômica, caracterizada por grandes fluxos de pessoas oriundas de diversas cidades e classes sociais.

Diante do que até então foi exposto, podemos ressaltar que dentre tais formas comerciais impostas ao novo mercadejar dos ambulantes e camelôs, o Shopping Edson Diniz (Fotografia 10), pode ser compreendido como sendo a galeria comercial que mais tem chamado atenção dos moradores e visitantes de Campina Grande, o que tem acontecido não apenas devido à intensa presença da propaganda na fachada do prédio, mas principalmente, pela multiplicidade dos produtos e serviços comercializados, os quais se encontram significativamente ligados à atual modernidade e flexibilidade tecnológica.

Inaugurado em 05 de fevereiro de 2002, o Shopping Edson Diniz é popularmente conhecido como “Shopping dos Pobres” ou “Shopping dos Camelôs”, de modo a fazer referência àqueles que nessa galeria consomem ou trabalham. No entanto, vale destacar que este equipamento característico do circuito inferior central campinense também atende às demandas de consumo de pessoas oriundas dos níveis sociais mais abastados, particularidade esta que é permitida devido a sua situação geográfica e ao tipo de mercadoria comercializada.

De maneira imitativa, ou não, artigos relacionados ao uso e manutenção de computadores, aparelhos celulares, *pen drives*, além de bolsas, roupas, óculos, material escolar, almoço, serviços de beleza, dentre outros, são os produtos mais comercializados na referida galeria, agregando novas possibilidades de consumo, bem como, a expansão de determinados símbolos do circuito superior da economia.

Quanto à estrutura, o espaço comercial do Shopping Edson Diniz encontra-se subdividido em 4 (quatro) pavimentos, sendo estes ocupados por uma desigual distribuição de 320 camelôs que trabalham 8 horas diárias de segunda à sexta-feira, e aos sábados, das 8 (oito) da manhã às 12:00hrs.

Outra particularidade que constitui o prédio em questão, é o fato da sua estrutura ter significativamente feito parte do desenvolvimento comercial do Centro da cidade, tendo em vista que tal estrutura pertenceu à antiga Lojas Brasileiras (LOBRÁS) (Fotografia 11), estabelecimento comercial que se configurou como sendo um dos mais modernos equipamentos de consumo em Campina Grande até o final da década de 1990, e que entre os anos de 1944 e 1980, foi denominado de Edifício Esial (Fotografia 12), o qual já era utilizado por diversas atividades comerciais, tendo em vista a atuação da difusora “A Voz de Campina”, do “Mercadinho Nordeste”, além de uma farmácia, e a prestação de serviços ligados à fotografia.

Fotografia 10: Shopping Edson Diniz



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Acervo: Hosana Vieira

Fotografia 11: Lojas Brasileiras (LOBRÁS)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Acervo: Hosana Vieira

Fotografia 42: Edifício Esial



Fonte: Blog Retalhos históricos de Campina Grande.

Ainda no que concerne ao Shopping Edson Diniz, se faz necessário destacarmos que a forma comercial em questão não se trata de um *Shopping Center*, mas sim, de uma galeria comercial, tendo em vista que sua estrutura é constituída apenas por boxes alugados, e não por lojas, além de não ser caracterizado pelo funcionamento de um “parque de estacionamento”, o que é tido enquanto um dos fatores necessários para que um espaço comercial possa vir a ser classificado enquanto Shopping (PINTAÚDE, 1992).

De maneira imitativa, a forma assumida coloca em evidência o impacto desencadeado pela expansão das variáveis do circuito superior sob o interior do território brasileiro, o que vem a desencadear a conformação de uma série de condições que resultam não apenas na intensificação da pobreza estrutural apoiada na realização do circuito inferior, mas também, na reconfiguração das dinâmicas socioeconômicas que constituem esse subsistema.

De acordo com Silveira (2015), esses eventos tendem a acontecer de maneira mais rápida principalmente quando os atores econômicos menos capitalizados atuam nas áreas centrais das cidades, haja vista que em tais recortes espaciais há uma ampliação das possibilidades de interação do circuito inferior com os mais diferentes agentes econômicos e sociais.

Em 2002 também foram inauguradas as ARCAS (Áreas do Comércio Ambulante), denominadas de Arca Titão (Fotografia 13) e Arca Catedral (Fotografia 14), ambas as galerias são caracterizadas pelo predomínio da comercialização de frutas,

verduras, legumes e roupas, o que veio a corroborar para que as dinâmicas econômicas desenvolvidas nesses espaços muito se assemelhassem ao mercadejar presente na Feira Central.

No entanto, acreditamos que as ARCAS se encontram diferenciadas devido à dois fatores, sendo o primeiro a padronização das barracas e dos boxes, e o segundo a imposição do pagamento do aluguel (R\$ 30,00 Reais), dinheiro este que segundo os comerciantes, ainda não tem sido revertido para a limpeza e manutenção do espaço, como foi prometido por representantes da prefeitura.

Fotografia 13: Arca Titão



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Acervo: Hosana Vieira

Fotografia 14: Arca Catedral



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Acervo: Hosana Vieira

No decorrer da pesquisa de campo, como previamente foi ressaltado, quantificamos a presença de 194 camelôs trabalhando nas ARCAS, estando 68 desses inseridos na ARCA Titão e 126 na ARCA Catedral. Assim como a galeria “Shopping Edson Diniz”, as ARCAS se encontram localizadas em ruas⁵⁵ de grande relevância socioeconômica para a cidade de Campina Grande, o que, teoricamente, facilitaria a entrada dos clientes nesses espaços voltados para a realização do comércio popular, porém, de acordo com os vendedores, não é o que de fato tem ocorrido.

Acreditamos que esse quadro seja estabelecido uma vez que as ARCAS comercializam os mesmos tipos de mercadorias e serviços que se fazem presentes no mercadejar da Feira Central, e como este último se conforma enquanto detentor de uma grande relevância cultural para a cidade, pode estar se sobressaindo devido à sua tradição, além dos valores das mercadorias comercializadas na feira serem considerados mais acessíveis à população menos abastada.

Diante do expressivo dinamismo comercial que caracteriza o Centro de Campina Grande, onde tempos diferentes tendem a incorporar distintos elementos de ordem capitalista, o Shopping Edson Diniz e as ARCAS, são resultados da interação desigual entre múltiplas forças sob o meio construído, sendo estas de ordem política, hegemônicas e não-hegemônicas.

Segundo Diniz (2009), os ambulantes e camelôs enquanto indivíduos fáceis de serem manipulados, praticamente não possuem autonomia em relação ao território ocupado no Centro de Campina. No entanto, tem sido interessante perceber que na medida em que esses comerciantes se submeteram às imposições dos agentes da prefeitura, os mesmos também acabam por colocar em evidência a racionalidade pertencente ao circuito inferior da economia, pois ao migrarem para as galerias, tais atores pouco capitalizados garantiram a “formalidade” dos serviços prestados, bem como, a continuidade da realização de suas atividades no principal espaço comercial da cidade.

A construção do Shopping Edson Diniz e das ARCAS representa o “embelezamento” do subemprego no Centro da cidade, “maquiada” pela intensificação do uso da propaganda e padronização dos boxes, o que explica-se pela intencionalidade capitalista oriunda dos agentes políticos que ao tentarem encobrir a precarização do trabalho passam a ideia de cidade do progresso.

⁵⁵ A ARCA Catedral se encontra localizada entre a Avenida Floriano Peixoto e a Rua Perigrino de Carvalho, já a ARCA Titão está inserida entre as Ruas Treze de Maio e Floriano Peixoto.

Foi dentro desse cenário que, a partir de 2012, o Centro de Campina voltou a ser caracterizado pela presença de novos pontos de aglomeração desses atores não-hegemônicos, os quais, informalmente, apropriaram-se do Calçadão da Rua Cardoso Vieira e das Praças da Bandeira e Clementino Procópio, de maneira ainda mais urgente, precária e criativa. Nesse sentido, voltou se tornar comum a presença de vendedores ambulantes comercializando pequenas quantidades de mercadorias em mochilas, caixas, no chão e, até mesmo, utilizando-se das árvores para expor os objetos.

Essa “Metamorfose do Espaço Habitado” (Santos, 1976), mais uma vez deriva da escassez de maiores oportunidades de emprego no mercado formal da cidade, das restrições que limitam ou impedem o manuseio de tecnologias modernas, além da recente reforma trabalhista (SILVEIRA, 2009), que acabou por condicionar muitos dos recém desempregados à buscarem de maneira emergencial atuarem enquanto ambulantes ou camelôs.

A necessidade de resposta imediata às demandas por trabalho, bem como, a inexistência ou pouca burocracia presente no circuito inferior da economia, são vetores que permitem o rápido espraiamento do subemprego em determinadas áreas do espaço citadino. É justamente por isso que Corrêa (1995), enfatiza que:

As práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciadas. (CORRÊA, 1995, p. 35)

Ao considerarmos a apropriação de determinadas situações geográficas por atividades não-hegemônicas, logo nos é revelada a capacidade de leitura que os atores de baixo poder aquisitivo têm de interpretar o espaço urbano, sendo assim, muitos acabam por compreender a área do Centro enquanto recorte espacial caracterizado por maiores possibilidades de uso e proveito, destarte, quando um indivíduo “conhece como um território é usado e se sabe que, nessa rua, passam 500 pessoas por dia, então é ali que ele vai vender suas bolinhas” (SILVEIRA, 2008, p. 11).

É assim que a racionalidade⁵⁶ presente no circuito menos capitalizado da economia possibilita que seus trabalhadores autônomos, sejam eles formais ou

⁵⁶ Sobre a racionalidade no contexto do circuito inferior da economia Neto (2016, p. 49), declara que “Pensar a racionalidade na economia, é uma tarefa que exige o entendimento das razões que motivam o surgimento e a existência de uma atividade econômica. [...] Não podemos assim, em hipótese alguma declarar irracional uma atividade econômica por mais simples que se apresente a sua atuação”.

informais, consigam compreender não apenas as atuais demandas de consumo vigentes, mas distinguir os lugares em que há maiores possibilidades de fluxos de pessoas, informações e demandas por consumação.

Nesse sentido, Neto (2016, p. 84), afirma que o Centro de muitas cidades brasileiras ainda é o principal “depósito de cargas e mercadorias, do maior fluxo de pessoas onde se encontram os indivíduos das mais diferentes camadas sociais e lugares”, assim, não é por acaso que tal recorte espacial seja palco da atuação comercial de muitos indivíduos fragilizados pelo (re)ordenamento das relações capitalistas, de modo a almejem (re)adentrar no mercado de trabalho.

Catelan (2014), ao observar o rearranjo das interações territoriais no contexto das cidades médias, defende que esta realidade acontece quando o espaço em questão é marcado por mudanças nos padrões e no potencial de consumo, modificando a sua condição na rede urbana, como é o caso de Campina Grande, tida na hierarquia urbana do cenário nacional como “centro sub-regional 1”, onde se tem acompanhado o aumento do número de atividades econômicas ligadas ao circuito superior da economia, o que acaba por demandar a conformação de modernas relações de produção, tornando cada vez mais desnecessário a utilização de um grande contingente de mão de obra.

Enquanto reflexo dessa dinâmica, de acordo com os dados fornecidos através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgados pelo Ministério do Trabalho no Jornal da Paraíba no ano de 2015, em Campina Grande, houveram 20.496 demissões, já em 2017, apesar de uma pequena queda (19.494), o número de demissões foi ainda maior do que de contratações no contexto do emprego formal.

Apesar das sucessivas mudanças sócio-espaciais pelas quais a cidade de Campina Grande tem perpassado no decorrer das últimas quatro décadas, é inquestionável que o seu principal espaço comercial – o Centro –, ainda hoje é constituído por grande relevância socioeconômica para os cidadãos das mais diversas escalas geográficas e classes sociais.

Nesse cenário, ressaltamos a Praça Clementino Procópio⁵⁷, ou “Praça dos Hippies”, como é popularmente conhecida, onde coexistem distintas formas de organização das atividades comerciais estabelecidas por ambulantes e camelôs, o que

⁵⁷ A Praça Clementino Procópio foi inaugurada no ano de 1936, em homenagem ao 1º aniversário da administração do Governador Argemiro Figueiredo. Informação obtida em: cgretalhos.blogspot.com. Acessado em: 29 de Jul. de 2018

pode ser visto através da aglomeração de barracas improvisadas (Fotografia 15), da presença dos ambulantes que transitam com as mercadorias nas mãos ou em caixotes, além da atividade comercial realizada na Galeria Maringá (Fotografia 16).

Fotografia 15: Barracas Improvisadas



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Acervo: Hosana Vieira

Fotografia 16: Galeria Maringá



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Acervo: Hosana Vieira

Na Galeria Maringá, o circuito inferior é estabelecido em prédios antigos que datam o ano de 1986, os quais, recentemente, tiveram parte de suas estruturas modificadas a partir da intencional instalação de painéis, de modo a almejar uma maior

relevância socioeconômica das galerias através do uso da propaganda que “esconde” a idade dos imóveis expressada na precariedade da infraestrutura.

A conformação dessa realidade revela a aproximação da prefeitura em relação aos serviços pertencentes ao circuito inferior formal presente no Centro, é justamente em razão desse tipo de comunicação que se considera que as atividades pertencentes ao circuito inferior formal, tendem a apresentar maior propensão ao sucesso, enquanto no âmbito do circuito inferior informal, a orientação para o êxito já é figurada como sendo pouca (CARNEIRO, 2015).

Em tal localidade temos acompanhado o contínuo espraiamento das atividades e serviços realizados por ambulantes e camelôs informais, o que além de ser motivado pelo desemprego, se explica pelo fato da referida praça ser o único recorte espacial do Centro onde o poder público municipal permite a presença de tais práticas comerciais no decorrer do dia, como foi ressaltado por alguns dos vendedores ambulantes entrevistados.

Segundo Silveira (2015), no interior do próprio circuito inferior há diferentes níveis de organização, o que se explica pelo acesso limitado à determinadas variáveis do período (crédito, tecnologia, informação etc.), sendo assim, na Praça Clementino Procópio, tamanha diferenciação é inicialmente evidenciada nas formas assumidas por camelôs que trabalham nas galerias, e por aqueles que comercializam nas “barracas de praia” reutilizadas a partir de uma nova funcionalidade, além dos ambulantes que vendem mercadorias de maneira improvisada em caixas de papelão, mochilas e, até mesmo, nos meios de transportes utilizados pelos mesmos para se deslocarem ao Centro, como as bicicletas, por exemplo.

No que diz respeito à Praça da Bandeira, assim como também acontece na Praça Clementino Procópio, além do fluxo de pessoas ser um dos fatores que cria dependência dos ambulantes e camelôs à respeito do referido recorte espacial, os fixos geográficos⁵⁸ localizados no entorno da praça também acabam por reforçar a aglomeração dessas atividades. Sendo assim, intencionalmente os trabalhadores em questão direcionam os serviços prestados para atenderem às demandas de consumo dos indivíduos que trabalham no comércio varejista, além dos estudantes, e dos demais cidadãos que diariamente se direcionam ao Centro de Campina Grande.

⁵⁸ O Shopping Edson Diniz, farmácias, locas do comércio varejista (papelaria, roupas, calçados, artigos variados, etc), instituições de ensino privado, dentre outros.

Diante das especificidades que marcam a presença dessas atividades comerciais no recorte espacial agora em questão, enfatizamos que os camelôs legalizados são detentores de relações consideradas como “vantajosas” em determinados períodos do dia, pois até às 17:45 da tarde, a Praça da Bandeira se torna palco garantido às dinâmicas pertencentes ao circuito inferior formal, o que é garantido através da fiscalização dos agentes da prefeitura. Nesse sentido, o circuito inferior formal (Fotografia 17), é constituído por poucos comerciantes que trabalham em uma pequena galeria, além de 4 (quatro) barracas que comercializam desde revistas, jornais e apostilas específicas para concursos, até capas para aparelho celular, discos de vinil, dentre outros produtos.

Já a partir do horário anteriormente mencionado, tais atividades comerciais fecham, e o recorte espacial da praça começa a ser ocupado por outras estratégias de realização da atividade ambulante e camelô. O chegar da noite traz à tona o complexo contexto sócio-espacial do trabalho informal (Fotografia 18), cuja a “economia invisível” passa a ser estabelecida não apenas no território da própria praça, mas também, ao seu redor, ocupando as calçadas da Rua Marques do Herval.

Fotografia 17: Circuito Inferior Formal



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019. Acervo: Hosana Vieira

Fotografia 18: Trabalho Informal



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019. Acervo: Hosana Vieira

Em razão das especificidades socioeconômicas que constituem a área do Centro, a necessidade de ocupar um recorte espacial da Praça da Bandeira condiciona muitos ambulantes informais à acirrare as disputas por demarcação do território antes mesmo do final da tarde, o que acontece de maneira improvisada, com a utilização de pequenos bancos de plástico que são colocados ao redor da praça, cujo os mesmos, posteriormente, são (re)utilizados por clientes que se destinam à localidade para comprar lanches (pastéis, cachorro quente, hambúrguer, entre outros), além de DVD's e CD's piratas. Nesse sentido, Souza (2000), afirma que:

Aqui, o território será um campo de força, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders) (SOUZA, 2000, p. 86).

Em um espaço marcado por disputas com atores/agentes tão distintos, a apropriação de um determinado recorte espacial intra-urbano, como a área comercial da cidade, por exemplo, se encontra fortemente ancorada em questões culturais, sociais, econômicas e políticas. E no que diz respeito às disputas estabelecidas entre os ambulantes e camelôs (formais e informais) em questão, a aparente harmonia tem sido “controlada” por forças políticas que tentam esconder a intensificação do subemprego sob o espaço econômico de maior relevância para a cidade de Campina Grande, o Centro.

No que concerne os ambulantes e camelôs que ocupam o Calçadão da Rua Cardoso Vieira⁵⁹, podemos afirmar que a permanência e intensificação das práticas comerciais realizadas por esses atores também dar-se enquanto estratégia de obtenção do capital, o que acontece de modo a estabelecer significativas possibilidades de concorrência e complementariedade com o circuito superior e inferior da economia, haja vista que é comum os camelôs realizarem pequenos serviços de manutenção ou cópias das chaves de lojas que pertencem às grandes franquias, além dessa localidade ser marcada pela presença dos serviços efetuados por engraxates (Fotografia 19), que estabelecem competição com outros engraxates que se encontram presentes nas Praças da Bandeira e Clementino Procópio.

De modo a evidenciar o pouco capital e a capacidade de adaptação que constitui os atores pertencentes ao circuito inferior da economia, ressaltamos que no Calçadão muitos dos ambulantes chegam à se apropriarem dos bancos ou das construções ao redor das árvores, para que assim possam se adaptar às novas condições de pobreza impostas pela intensificação do capitalismo em Campina. O imprevisto é uma demanda constante dentro do circuito menos capitalizado da economia urbana.

Fotografia 19: Serviços de engraxate



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019. Acervo: Hosana Vieira

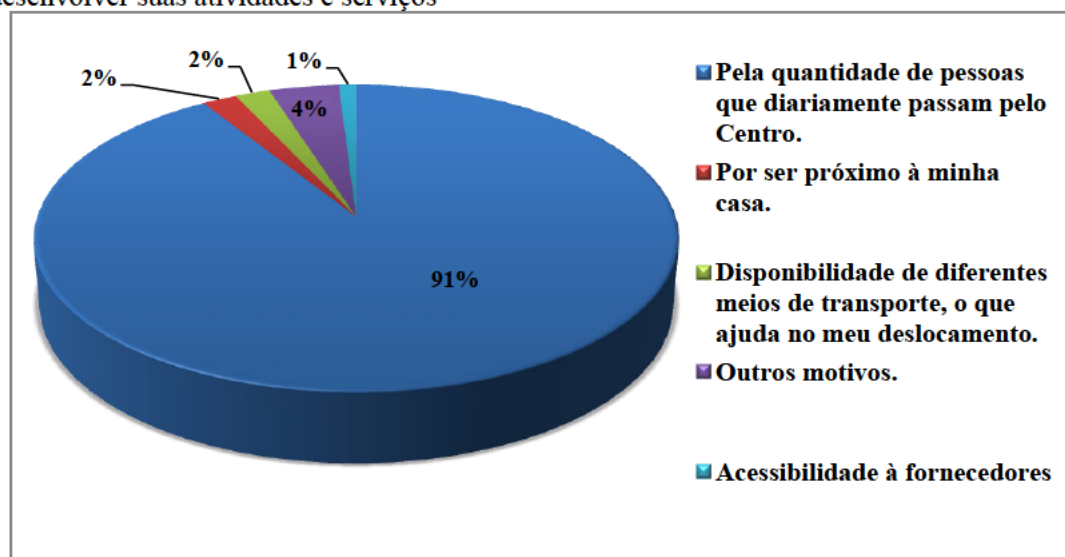
⁵⁹ De acordo com Carvalho (2000), o Calçadão da Rua Cardoso Vieira foi inaugurado em 1975, como “Calçadão Jimmy de Oliveira”. *A priori*, este recorte espacial ficou conhecido como “Calçadão da Flórida”, e foi construído com o objetivo de ser utilizado enquanto área de lazer.

Quantificar os ambulantes e camelôs no Calçadão foi um grande desafio, pois ao observarmos as práticas comerciais estabelecidas na localidade, pudemos perceber uma grande variação no montante desses atores, visto que muitos constantemente migram para outras vias públicas, objetivando escapar da fiscalização da prefeitura. No entanto, depois de constantes pesquisas de campo, pudemos constatar que a maior concentração de tais vendedores acontece entre a segunda e sexta-feira, das 09:00 às 16:00 hrs, horário que nos permitiu contabilizar a presença de 19 vendedores ambulantes e camelôs.

Tal recorte espacial é constituído tanto pela presença de atividades comerciais que pertencem ao circuito inferior formal, estabelecido em meio à atuação dos camelôs que trabalham em pequenas barracas padronizadas, comercializando sorvetes, além de serviços de xerox e manutenção de painéis, como por ambulantes informais, que vendem mercadorias como chips, canetas, óculos, agendas, água, pipocas e réplicas das camisas dos times futebol da cidade.

A partir dessas considerações que retratam as especificidades da concentração dos comerciantes não-hegemônicos pesquisados, buscamos compreender as principais motivações que levaram os ambulantes e camelôs a “escolherem” o Centro de Campina Grande como área para efetuação das suas atividades e serviços (Gráfico 01).

Gráfico 01 – Motivação que levou os ambulantes e camelôs a escolher o Centro para desenvolver suas atividades e serviços



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Com base nos dados que fazem parte do gráfico anterior, podemos afirmar que 91% dos comerciantes ressaltaram que dentre as principais motivações que os nortearam à “escolher” o Centro para desenvolver suas atividades e serviços está o fato desse recorte espacial encontrar-se constituído por grande fluxo de pessoas que diariamente se dirigem à principal área comercial da cidade de Campina Grande seja para trabalhar, estudar ou para efetivar outras necessidades de consumo.

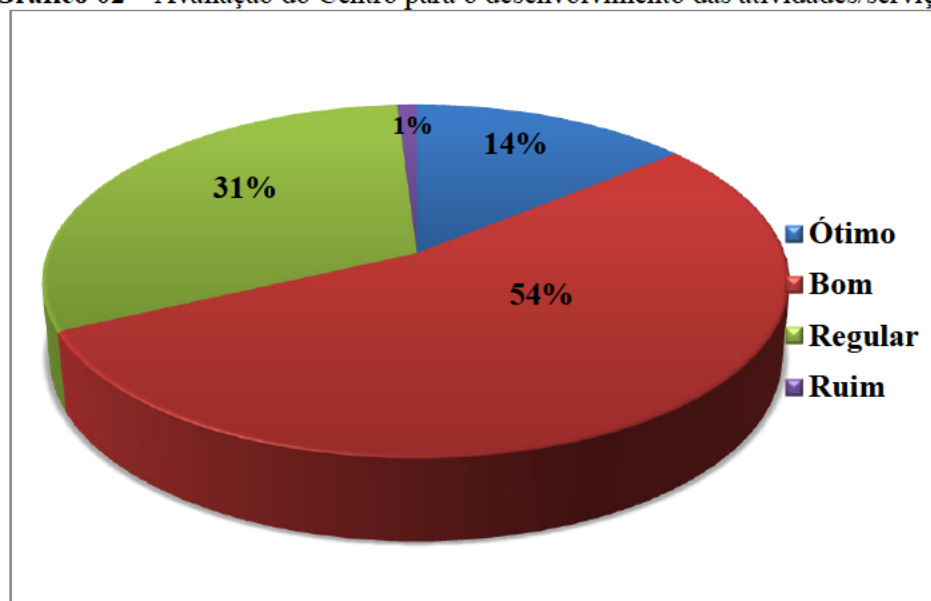
No âmbito do circuito menos capitalizado da economia urbana, geralmente, o mercadejar acontece de modo a estabelecer relações com indivíduos que compõem os estratos inferiores de renda, no entanto, na realidade analisada, os ambulantes e camelôs comercializam mercadorias para consumidores pertencentes aos mais diversos níveis socioeconômicos e escalas.

Acreditamos que tamanha complexidade seja estabelecida em virtude da singularidade que marca Campina enquanto Capital Regional B, bem como, a capacidade de aglomeração que ainda figura a sua principal área comercial - o Centro -, o que porta-se permitindo que determinadas atividades pertencentes ao circuito inferior central possam estabelecer ações comunicativas com os mais diversos agentes econômicos, sendo estes impulsionados pela expansão do capitalismo na cidade.

É nas barracas e galerias (Maringá, Shopping Edson Diniz e nas ARCAS), que durante a pesquisa de campo podemos acompanhar a presença mais significativa dos consumidores detentores dos mais diversos níveis de capital, os quais, em sua maioria, efetuam os pagamentos das mercadorias e serviços através da utilização das maquinetas de cartão de crédito, que expressam não apenas a limitada capacidade de atualização do circuito inferior da economia, mas também, a intensificação da submissão do referido subsistema em relação ao circuito superior (MONTENEGRO, 2011).

A partir dessas considerações, acreditamos que seja pertinente levarmos em afeição a avaliação atual de tais atores não-hegemônicos com relação ao nível de satisfação da área do Centro para o desenvolvimento das atividades e serviços prestados pelos mesmos (Gráfico 02), pois tal fator nos auxiliará de maneira significativa na comprovação das hipóteses que nortearam a presente pesquisa.

Gráfico 02 – Avaliação do Centro para o desenvolvimento das atividades/serviços



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A partir dessa representação, onde 54% dos vendedores ambulantes e camelôs classificaram o Centro de Campina Grande como sendo um “Bom” recorte espacial para o desenvolvimento das atividades e serviços prestados pelos mesmos, acreditamos que essa consideração esteja amparada na principal variável ressaltada no Gráfico 01, pois a racionalidade capitalista dos atores detentores do capital reduzido os norteia para enxergar maiores possibilidades de ampliação das vendas nos espaços que encontram-se constituídos por grandes fluxos de pessoas.

Ainda em meio à essa questão, acreditamos ser pertinente destacar que os 31% dos vendedores que ressaltam o Centro enquanto localidade “regular” para efetivação de suas práticas comerciais são os camelôs que trabalham nas ARCAS, já que de acordo com os mesmos, tais áreas não têm recebido o fluxo de pessoas esperado para um espaço comercial localizado no principal espaço comercial da cidade. Desse modo, acreditamos que a particularidade em questão possa estar atrelada aos valores das mercadorias, uma vez que o preço dos produtos comercializados no circuito inferior formal tende a ser mais elevado do que aqueles pertencentes ao circuito inferior informal.

Diante do que até então foi exposto, podemos perceber que o processo de permanência e expansão das atividades e serviços prestados por vendedores ambulantes e camelôs no contexto sócio-espacial do Centro de Campina tem ocorrido principalmente em meio ao intenso fluxo de pessoas, no entanto, além dessa característica que compõe as práticas comerciais realizadas pelos ambulantes e camelôs

pesquisados, também há outros aspectos e fatores que são de grande valia para que possamos de maneira mais clara compreender as referidas possibilidades de trabalho e emprego.

CAPÍTULO III
A CARACTERIZAÇÃO DOS AMBULANTES E CAMELÔS NO ÂMBITO DA
PESQUISA DE CAMPO - ATORES E SERVIÇOS

3.1 Considerações acerca do perfil dos vendedores ambulantes e camelôs e a caracterização das atividades e serviços prestados

Este capítulo surge da necessidade de maior compreensão acerca das dinâmicas comerciais efetuadas por intermédio dos vendedores ambulantes e camelôs, estando estes localizados nas Praças da Bandeira e Clementino Procópio, além do Calçadão, da Rua Cardoso Vieira, no Shopping Edson Diniz e nas Arca Titão e Catedral, uma vez que tais recortes espaciais e espaços comerciais são tidos como sendo de grande relevância no que concerne a realização do comércio popular no Centro da cidade de Campina Grande.

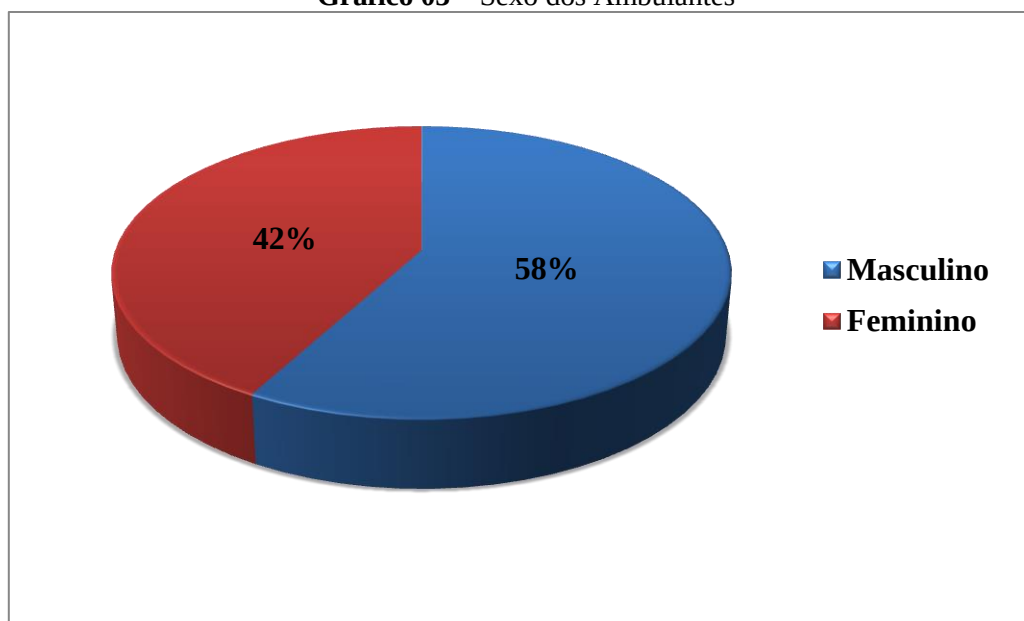
O presente capítulo se encontra subdividido em dois momentos distintos. No primeiro instante nos detemos à realização da abordagem do perfil dos vendedores - sexo, idade, grau de escolaridade, motivação que os levou a exercer a profissão, além de outras questões que foram consideradas -; por conseguinte, a descrição das atividades e serviços - origem das mercadorias, capacidade de organização, as relações de trabalho que são estabelecidas, as práticas do mercadejar, além de outros fatores – tornam-se as variáveis abordadas.

Destarte, na medida em que formos abordando as referidas questões, iremos desenvolver as representações de tais atividades comerciais em meio ao arcabouço teórico do circuito inferior da economia urbana, mais precisamente avaliando tais variáveis no âmbito da globalização contemporânea.

3.2 Caracterização do perfil dos ambulantes e camelôs

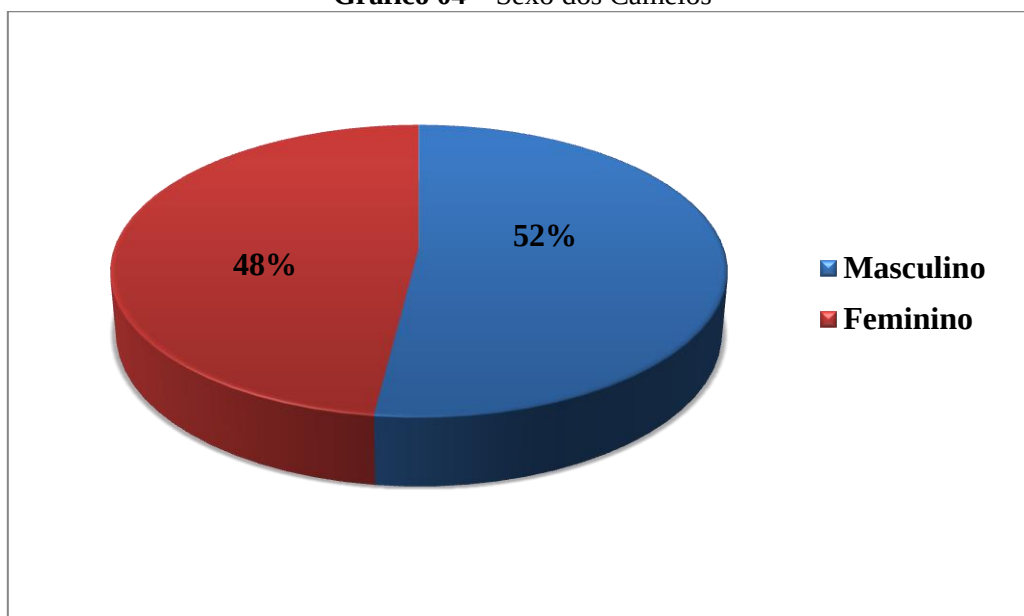
Nessa etapa de construção da dissertação o nosso esforço maior se debruça em apresentar alguns dados obtidos na pesquisa de campo, onde objetivamos conhecer e analisar o perfil dos ambulantes e camelôs que atuam nos espaços comerciais previamente selecionados para a construção do presente estudo. Nesse sentido, uma das primeiras variáveis abordadas diz respeito ao sexo desses atores não-hegemônicos (Gráfico 03) e (Gráfico 04).

Gráfico 03 – Sexo dos Ambulantes



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Gráfico 04 – Sexo dos Camelôs



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

De posse das informações apresentadas, foi destacado que entre os 100 trabalhadores que participaram da pesquisa, mais da metade dos ambulantes (58%) e dos camelôs (52%) é do sexo masculino, enquanto (42%) dos ambulantes e (48%) dos camelôs são do sexo feminino. Assim sendo, podemos afirmar que significativa diferenciação indica que no contexto atual da principal área comercial de Campina

Grande, a maioria desses trabalhadores são constituídos por homens, os quais, nos revelaram em conversas informais, serem os principais responsáveis pela renda familiar.

Um fato interessante e que se faz pertinente ser ressaltado é que a diferença maior entre homens e mulheres está justamente presente nas dinâmicas comerciais realizadas por ambulantes, ou seja, nas atividades que são estabelecidas em vias públicas, onde a diferença entre os gêneros chega a ser de 16%, enquanto no trabalho organizado por camelôs a distinção atingiu o percentual de apenas 4%, o que pode vir a ser justificado por diversas variáveis.

A conformação desse quadro pode retratar a reflexiva desigualdade no que diz respeito à possibilidade de apropriação/uso dos espaços públicos em muitas das cidades brasileiras, tendo em vista a hierarquia que sustenta não apenas a divisão espacial, mas também sexual do trabalho (WERNECK; RIBEIRO, 2019), onde, geralmente, não é facilitado ou “permitido” que as trabalhadoras do comércio popular, principalmente as ambulantes, possam disputar o direito de trabalhar nas vias públicas, cenário este que deriva de diversas questões sociais e culturais.

No entanto, apesar da conformação dessa realidade, Werneck e Ribeiro (2019), ao se debruçarem na realização de um estudo acerca da condição do trabalho ambulante feminino no Brasil, ressaltaram que desde 2015 a expansão do trabalho realizado por conta própria ou sem carteira assinada foi acompanhada pela crescente utilização da mão de obra feminina, tendo em vista que a taxa de desemprego entre as mulheres foi de 15% no primeiro trimestre de 2018, significativamente acima dos 11,6%, segundo dados do IPEIA.

Já no que diz respeito à diferença de entre os gêneros ser bem menor no âmbito dos camelôs, compreendeu-se que este quadro deriva principalmente do predomínio do trabalho familiar, onde a esposa e o marido se revezam continuamente entre as dinâmicas extenuantes de um trabalho diário, o que é permitido devido a pouca burocratização que constitui o circuito inferior permite a realização onde, na maioria dos casos, não há uma clara distinção entre empregador e empregado.

Outros fatores que foram de grande valia para que pudéssemos melhor compreender o perfil dos trabalhadores pesquisados diz respeito à idade (Quadro 07) e o tempo de trabalho (Quadro 08) que esses comerciantes vêm atuando na condição de vendedores ambulantes ou camelôs, uma vez que de posse dessas informações podemos compreender se tais representações do circuito inferior presentes no Centro têm sido figuradas enquanto oportunidade de trabalho/emprego temporário ou permanente.

Quadro 07: Idade dos trabalhadores ambulantes e camelôs

	AMBULANTES	CAMELÔS
Entre 18 e 28 anos	28%	14%
Entre 29 e 39 anos	18%	22%
Entre 40 e 50 anos	30%	30%
Acima de 50 anos	24%	34%

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Quadro 08: Tempo de trabalho como ambulante ou camelô

Tempo de Trabalho	Ambulante	Camelô
Menos de 10 anos	62%	40%
Entre 10 e 20 anos	32%	38%
Entre 20 e 30 anos	6%	12%
Mais de 30 anos	6%	10%

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A expressiva porcentagem dos ambulantes constituída por indivíduos na faixa etária entre 40 e 50 anos (30%) e de camelôs acima dos 50 anos (34%), cuja a grande parcela afirmou se encontra exercendo tais funções há menos de 10 anos - ambulantes (62%) e camelôs (40%) -, nos permite constatar que, na última década, tais atividades têm sido realizadas de maneira a possibilitar que estes trabalhadores reentrassem no mercado de trabalho.

No entanto, apesar da complexidade e relevância do subsistema em questão, não podemos deixar de considerar que o espraiamento dessas atividades comerciais está longe de significar a redução da pobreza no espaço citadino, mas sim, a sua materialização e aprofundamento, haja vista que o emprego/trabalho no circuito inferior situa-se com frequência no “limite ou abaixo do mínimo vital” (SANTOS, 1979, p. 45).

Tamanha realidade é reflexo da expansão das atividades hegemônicas sob a cidade de Campina Grande que, cada vez mais, tem se tornado palco da racionalidade pertencente ao circuito superior da economia, de modo a incorporar a modernização dos sistemas de produção e comercialização, paralelamente, produzindo não somente estratégias voltadas para ampliação do capital, mas também, o descarte cada vez maior de trabalhadores que não apresentam o perfil de especialização esperado. A esse respeito, Pochmann (2002), ressalta que:

O baixo dinamismo na criação de empregos regulares e a insuficiência das políticas públicas deixam sem alternativas de sobrevivência digna parte crescente da oferta de mão-de-obra, que tende a se situar, invariavelmente, nas situações de desemprego aberto, de ocupações autônomas e demais formas precárias de

subemprego (desemprego disfarçado) (POCHMANN, 2002, p. 147).

É diante desse quadro que o circuito inferior da economia acaba se tornando “responsável” por absorver de maneira emergencial um grande contingente de pessoas que, de maneira desesperada, almeja garantir o próprio sustento ou dos seus familiares. Desse modo, o subsistema menos capitalizado acompanha a fluidez dos resultados negativos da modernização tecnológica e da flexibilização das relações trabalhistas, configurando a expansão da informalidade com o aprofundamento dos níveis de precarização do trabalho, dentre outras mazelas que foram originadas do atual processo de globalização da economia.

Ainda no tocante ao quadro anterior, uma considerável parcela dos ambulantes afirmou possuírem entre 18 e 28 anos (28%), enquanto no âmbito dos camelôs (15%) são constituídos por pessoas na faixa-etária entre 40 e 50 anos. Já no que diz respeito ao tempo de trabalho, a opção entre 10 e 20 anos foi a segunda mais ressaltada por ambulantes (32%) e camelôs (38%), o que vem evidenciar que no decorrer das duas últimas décadas tem havido uma permanência significativa de tais atividades no Centro de Campina Grande.

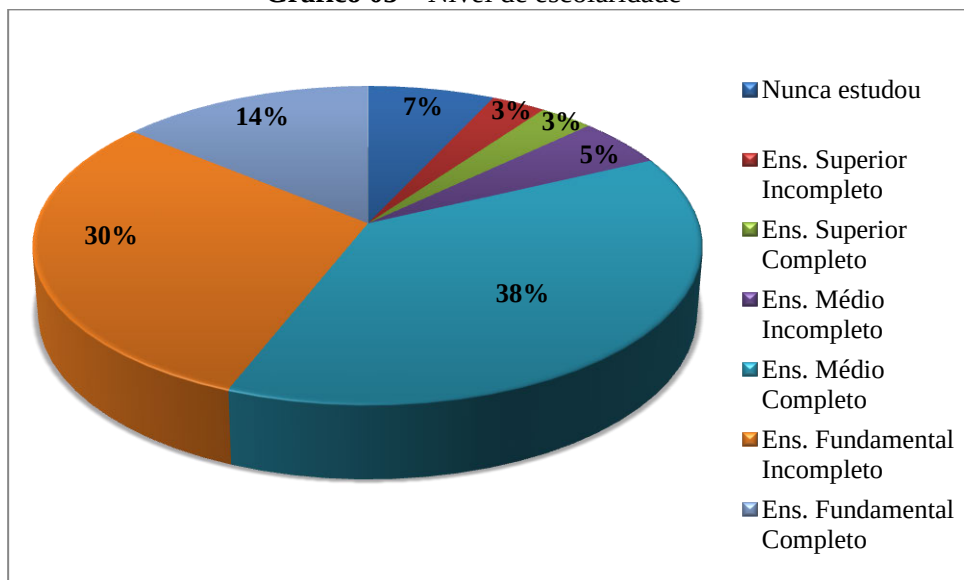
Com base nesses dados, podemos confirmar um dos principais pressupostos que constitui o presente estudo, o qual acredita e busca comprovar ter havido a permanência e expansão das atividades e serviços prestados por ambulantes e camelôs na principal área comercial de Campina Grande entre os anos 2000 e 2018, haja vista que a maioria desses trabalhadores estão exercendo tais funções há menos de 10 anos, e a segunda opção mais ressaltada revela ter havido a continuidade de tais práticas comerciais no período do recorte temporal da pesquisa.

Essa situação também tem sido efetuada em meio a um quadro de subutilização da mão de obra, onde muitos indivíduos se submetem a trabalhar sem nenhuma ou com poucas garantias constitucionais (OILIVEIRA, 2009), o que pode ser figurado pelo estabelecimento de um relacionamento marcado pela facilidade em romper contrato (POCHMANN, 2002), uma vez que no âmbito do circuito inferior, muitas vezes o trabalho é realizado na base da confiança, principalmente quando o trabalhador possui algum vínculo de amizade, parentesco ou vizinhança.

No tocante ao nível de escolaridade dos vendedores ambulantes e camelôs (Gráfico 05), ressaltamos que tal variável também é de grande valia para compreensão

dos indivíduos responsáveis por parte das dinâmicas econômicas que constituem o circuito detentor do capital reduzido no Centro de Campina Grande.

Gráfico 05 – Nível de escolaridade



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

De posse desses dados, torna-se evidente que mais da metade dos ambulantes e camelôs estão entre o quadro de pessoas que possuem o ensino médio completo (38%) e aqueles que são figurados por possuírem o ensino fundamental incompleto (30%), essa realidade retrata uma lenta fase de transição no que diz respeito às características que marcaram o circuito inferior enquanto paradigma em 1979, período este em que havia o predomínio de baixíssimos níveis de escolaridade (SANTOS, 1979), o que se deve às políticas de incentivo à educação que ocorreram nas últimas três décadas mas, mesmo assim, ainda nos é permitido afirmar que o circuito inferior é constituído por um significativo número de trabalhadores pouco qualificados.

Enquanto subsistema econômico extremamente includente, o que se justifica devido a desburocratização na organização e realização de suas atividades comerciais, o circuito inferior é constituído enquanto alternativa para os atores/agentes econômicos com baixo nível de educacional, e é justamente em meio a essa perspectiva que Martins (1997), nos lembra que:

Quando pensamos no alternativo, podemos ver que a população mesma está construindo a alternativa, uma sociedade includente, não uma alternativa que aprofunde o abismo com o existente, não a recusa das contradições da sociedade atual. Uma alternativa includente provoca a necessidade de resolver, de criticar, de recusar a exclusão desta nossa sociedade; a recusa, sobretudo da

dupla sociedade, uma sociedade daqueles que só têm obrigações de trabalho e não absolutamente mais nada. (MARTINS, 1997, p. 39)

Diante da sua complexidade no que diz respeito a sua capacidade de adaptação e flexibilidade, o circuito inferior da economia reuni alternativas emergenciais, criativas e precárias, corroborando, mesmo que as vezes de maneira instável, na busca por tentar sanar uma série de problemáticas fortalecidas em meio a expansão de uma extremamente “globalização perversa” (SANTOS, 2008). No entanto, em determinados níveis esse circuito está longe de significar a reduzir a pobreza no espaço citadino, pois reflete o espraiamento do subemprego.

Ainda nesse plano, pesar da constatação do predomínio do baixo nível de escolaridade entre os ambulantes e camelôs, sentimos a necessidade de saber se tais trabalhadores já chegaram a realizar algum curso de capacitação profissional direcionado para as atuais funções (Quadro 09) que exercem na economia da cidade.

Quadro 09 – Ambulantes e camelôs que já fizeram algum curso de capacitação profissional para exercer as atuais funções

ATORES ECONOMICOS	SIM	NÃO
Ambulantes	0%	100%
Camelôs	26%	74%

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Ao nos determos à representação dos ambulantes, onde 100% dos entrevistados afirmação que não realizaram nenhum curso de capacitação para exercerem a atividade econômica em questão, compreendemos que essa realidade pode estar fundamentada na emergência dos trabalhadores em (re)adentrarem no mercado de trabalho, pois a necessidade de sobrevivência norteia a urgência e o imprevisto com o qual o circuito inferior é organizado. Esse contexto nos faz acreditar que a aparente facilidade em se apropriar de uma pequena quantidade de mercadoria e das vias públicas do espaço citadino, além do entrave do baixo capital, parece ter condicionado esses atores econômicos a julgarem não ser necessária a realização de qualquer tipo de capacitação.

Já com relação aos camelôs, menos da metade dos comerciantes (26%) afirmaram que já chegaram a realizar algum tipo de capacitação profissional voltado

para a atual atividade econômica que exercem, onde os cursos mencionados foram os de empreendedorismo individual, realizado no SENAC-PB, além de outros oferecidos pelo SEBRAI, o que se explica pela necessidade de formalizar as atividades ou serviços desempenhados, em meio a demanda por incorporação do CNPJ, além dos benefícios e direitos trabalhistas.

No que diz respeito aos 74% dos vendedores camelôs que enfatizaram não ter realizado nenhum tipo de curso, dentre as explicações mais mencionadas estão a falta de tempo, o que esbarra na carga horária de trabalho das atividades pertencentes ao circuito inferior, que em alguns casos chega a ultrapassar o horário comercial estabelecido pela prefeitura, além da falta de interesse e da formação com relação às dinâmicas de vendas serem sociabilizadas pelo patrão ou familiares, o que mostra que o próprio subsistema também é responsável pela qualificação dos seus trabalhadores.

E no que concerne à principal motivação que condicionou esses atores econômicos a optarem por trabalhar na condição de vendedores ambulantes ou camelôs (Quadro 10), a conjuntura do capitalismo atual revela algumas das principais hipóteses que acreditamos se figurarem enquanto possíveis questões a serem levadas em consideração.

Quadro 10: Principal motivação que condicionou os vendedores a trabalhar como ambulantes ou camelôs

VARIÁVEIS	AMBULANTES	CAMELÔS
Indicação dos amigos	4%	4%
Influência da família	8%	38%
Complementar a renda da família	8%	2%
Ambição pessoal	22%	22%
Desemprego	58%	28%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

É diante da escassez dos chamados empregos tradicionais que compreende-se a expressiva quantidade dos trabalhadores pesquisados estarem atuando como vendedores ambulantes (58%) ou camelôs (28%), este cenário resulta da contínua introdução de

modernos equipamentos tecnológicos nas atividades pertencentes aos mais variados setores da economia em Campina Grande, que além de reduzir a necessidade de abertura de novos postos de trabalho, tem desencadeado a formação de um novo tipo de analfabetismo na cidade, sendo este oriundo do atual sistema técnico e informacional, que tem limitado ainda mais a possibilidade de reinserção de tais trabalhadores no circuito superior da economia.

Já a “ambição pessoal” (22%), foi o segundo maior indicativo dos entrevistados. De modo geral, muitos desses atores poucos capitalizados têm exercido tais atividades comerciais em meio ao espraiamento da informalidade no Centro da cidade, visto que esta condição pode vir a simbolizar “uma forma de realização pessoal, como também uma fonte de sobrevivência, de ‘bem-estar’ econômico, tão almejado também pelas populações de baixa renda” (DINIZ; CASTILHO, 2009, p. 52).

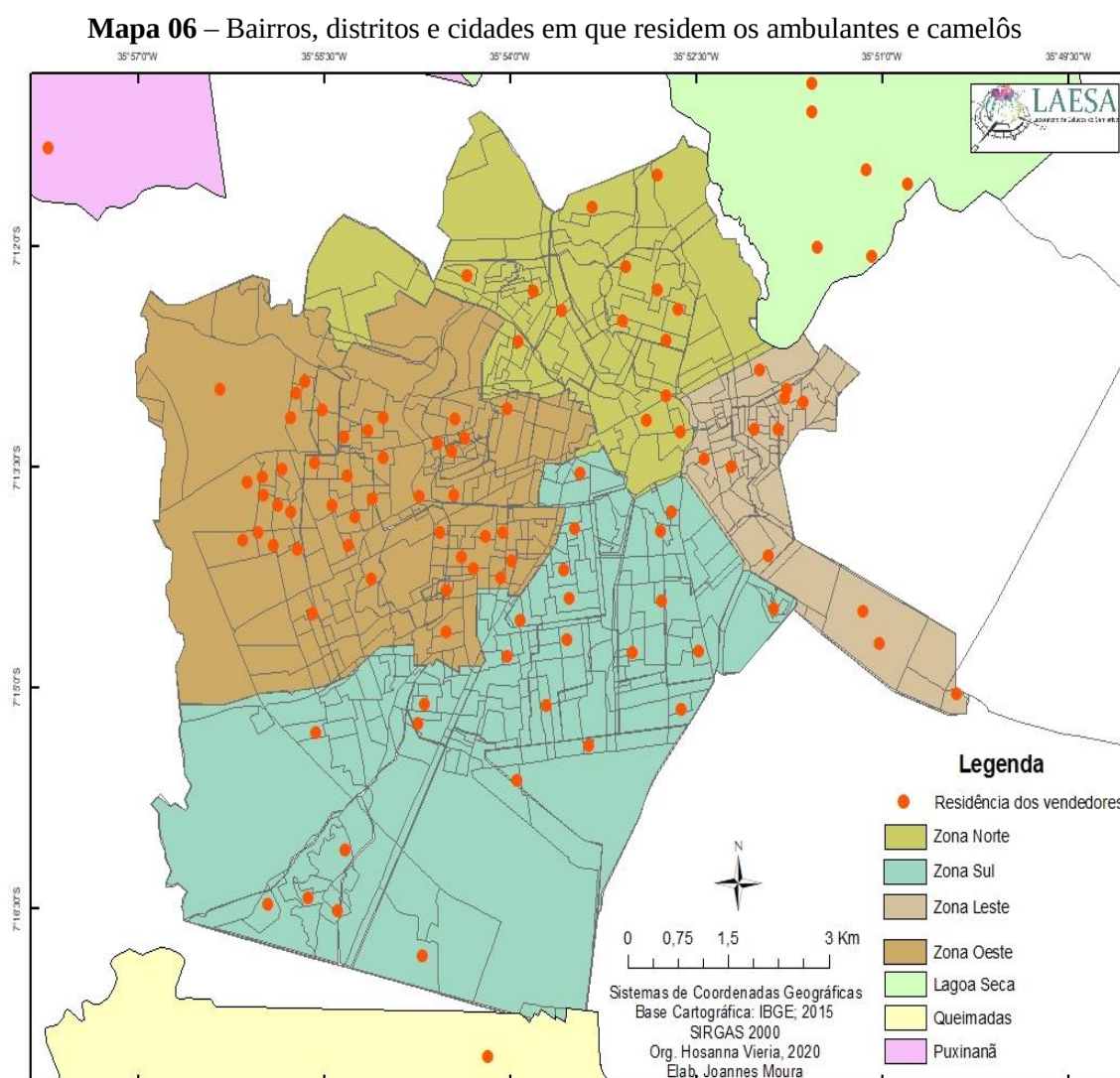
No que diz respeito à variável “influência da família”, esta foi a terceira opção mais ressaltada por camelôs (38%), evidência haver a continuidade de tais indivíduos no circuito inferior da economia, o que talvez possa ser explicado mediante o baixo nível de escolaridade de tais trabalhadores, que limita ainda mais o acesso ao emprego no âmbito dos agentes/atores hegemônicos, além da influência de outros fatores políticos que corroboram para a continuidade e fortalecimento da pobreza estrutural.

Ainda nesse contexto, acreditamos que outra questão interessante de ser ressaltada diz respeito à variante denominada “Complementar a renda familiar”, onde ambulantes (8%) e camelôs (2%) ressaltam que tais formas assumidas representam uma segunda opção no que diz respeito à possibilidade de obtenção de capital. Esse cenário revela que no Centro de Campina Grande, tais representações do circuito menos capitalizado é predominantemente constituído enquanto única fonte de renda para a maioria dos seus trabalhadores, é de sua frágil capacidade de organização e realização, que os atores não-hegemônicos “garantem” a sua subsistência.

Destarte, ao nos determos à continuidade da busca pela compreensão da chamada “economia pobre”, não poderíamos deixar de considerar que o espaço urbano enquanto “conjunto dos diferentes usos da terra justapostos entre si” (CORRÊA, 1989, p. 7), encontra-se fragmentado e articulado por intermédio de seus fixos e fluxos (SANTOS, 2008). Desse modo, ressaltamos que, geralmente, os atores econômicos que fazem parte do circuito inferior central não residem nas áreas em que desenvolvem suas

atividades comerciais, o que se explica pela maneira desigual como o capitalismo se manifesta no espaço citadino.

Destarte, no que concerne à realidade sócio-espacial dos trabalhadores pesquisados, os sucessivos estudos de campo que foram efetuados contribuíram para que tomássemos conhecimento que a maioria dos ambulantes e camelôs residem em bairros, distritos e cidades distintas do recorte espacial do qual comercializam as suas mercadorias e serviços (Mapa 06).



Conforme o observado, a distribuição das residências dos comerciantes se encontra representada por localidades muito heterogêneas, no entanto, a grande parcela dos vendedores ambulantes (37%) e camelôs (48%) residem nas Zonas Oeste e Sul da cidade, áreas onde há o predomínio da população detentora dos piores ou regulares

estratos de condições de vida no que diz respeito ao contexto socioeconômico de Campina Grande (QUEIROGA, 2012).

Assim sendo, acreditamos que a racionalidade que norteou tais comerciantes a desenvolverem suas atividades e serviços no Centro pode vir a ser justificada pela força da centralidade que a principal área comercial da cidade ainda expressa nas escalas intra-urbanas e interurbanas, por mais que o espaço geográfico em questão já venha há algumas décadas perpassando por mudanças inerentes ao processo de reestruturação do espaço urbano campinense.

Conforme anteriormente foi mencionado, a localização das residências da mão de obra em questão não constitui apenas localidades que fazem parte do território de Campina Grande, de modo a retratar a existência de fluxos pendulares realizados por ambulantes e camelôs que diariamente migram das cidades de Lagoa Seca, Queimadas e Puxinanã, fato este que tem sido permitido devido à presença de relevantes equipamentos urbanos na área do Centro, tais como a “Rodoviária Velha” e a Integração.

Ainda a esse respeito, vale ressaltar a diversidade dos meios de transporte que também permite a conformação dos fluxos de pessoas e mercadorias nos recortes espaciais intra-urbanos da cidade, os quais, indiscutivelmente, possibilitam a apropriação da área do Centro através dos serviços que são prestados por aplicativos como o Uber, por exemplo, além dos moto taxistas, e do transporte clandestino realizado por carros, de modo a figurar outra faceta pertencente ao circuito inferior local.

Em Campina Grande, a depender do tipo de transporte utilizado, o ambulante ou camelô pode chegar a gastar uma média diária de R\$ 7,40 por dia (ida / volta – no sentido bairro / centro), caso opte pelo uso do transporte público, já no que concerne a apropriação dos outros serviços de transportes anteriormente enfatizados, o trabalhador chega a investir entre R\$ 4,00 e R\$ 6,00 reais, no entanto, esse valor por vir a variar de acordo com o horário e a localização da residência.

A aglomeração desses atores no principal espaço comercial da cidade também se torna possível devido aos valores dos aluguéis dos boxes no “Shopping Edson Diniz” e nas ARCAS serem relativamente acessíveis, cujo os custos com os mesmos chegam a variar de R\$ 300,00 à R\$ 30,00 reais, a depender do tamanho da “lojinha”, além da ausência desse tipo de custo, o que marca a realidade sócio-espacial vivenciada por

ambulantes e alguns dos camelôs localizados nas Praças da Bandeira, Clementino Procópio e no Calçadão.

Diante das características que até então foram mencionadas, nos coube observar e compreender o perfil dos trabalhadores que fazem parte de uma significativa parcela do circuito inferior presente no Centro de Campina Grande. Destarte, a partir de agora nos debruçaremos na análise das condições em que os ambulantes e camelôs desenvolvem suas atividades e serviços, afim de conhecermos as limitações, desafios e estratégias que figuram as dinâmicas comerciais realizadas por tais atores econômicos.

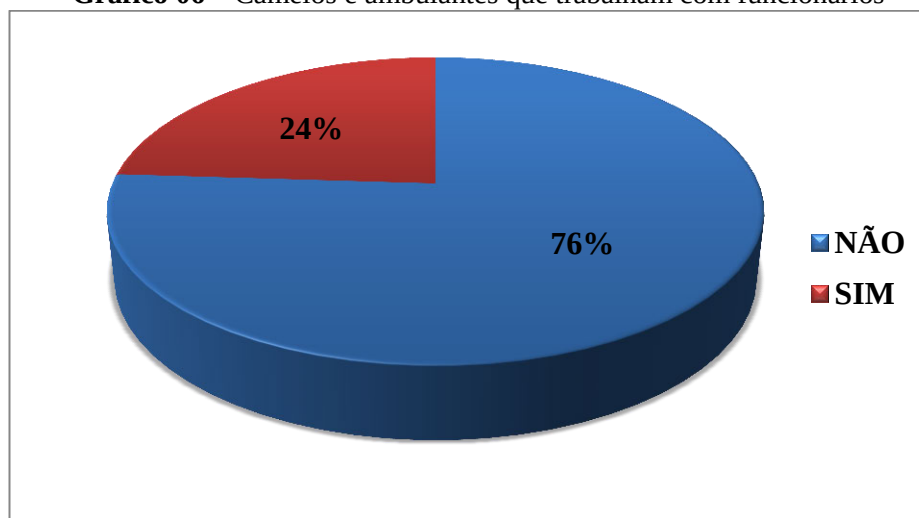
3.3 Condições em que as atividades e serviços são prestados

No conjunto da economia estabelecida nas áreas centrais das cidades brasileiras, a multiplicação e diversificação das atividades comerciais pertencentes ao circuito inferior tem muito a revelar. E na contemporaneidade, entendemos que na cidade de Campina Grande os ambulantes e camelôs detêm o papel emergencial de sociabilizar outras possibilidades de trabalho, emprego e consumo.

Assim sendo, na presente etapa do referido estudo nos detemos à abordagem das condições em que os ambulantes e camelôs têm realizado suas práticas comerciais, de modo a nos determos à análise de questões consideradas pertinentes, como o tipo de mercadoria e serviço comercializado, a possível apropriação do uso da propaganda no mercadejar desses comerciantes, além da carga horária de trabalho, e outras questões que foram consideradas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa empírica.

Dentre várias questões que marcam as especificidades do subsistema menos capitalizado da economia no atual contexto sócio-espacial do Centro de Campina Grande, a flexibilidade de sua capacidade empregatória encontra-se como sendo uma das mais complexas, a qual, recentemente tem sido materializada em meio à ampliação das possibilidades de atuação dos vendedores ambulantes e camelôs. Desse modo, uma das primeiras curiosidades que nos motivaram na construção desse último tópico diz respeito aos trabalhadores por conta própria que trabalham com funcionários, ou não (Gráfico 06).

Gráfico 06 – Camelôs e ambulantes que trabalham com funcionários



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A realidade constatada comunga com o pensar de Santos (2008 [1978], p. 224), quando o autor afirma que no circuito inferior da economia, “às vezes, o proprietário é sozinho e assume, ao mesmo tempo, a direção, o capital e o trabalho”, o que representa (76%) dos ambulantes e camelôs que trabalham nos espaços públicos e galerias por nós pesquisadas, estando estes seguidos por um número bem menor de comerciantes que possuem funcionários (24%), configurados por vínculo familiar, ou não.

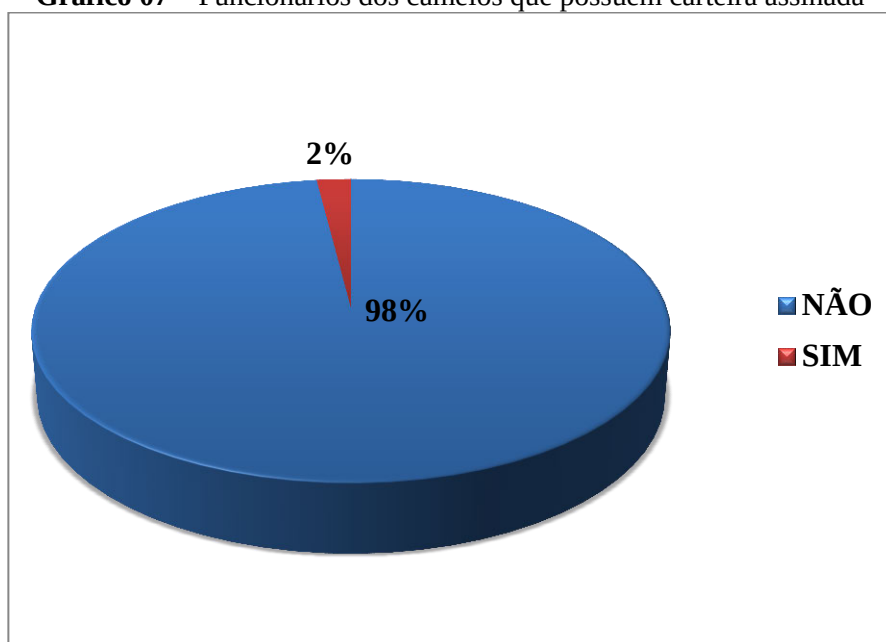
A conformação desse quadro nos permite observar a permanência do trabalho intensivo enquanto característica do circuito inferior na contemporaneidade, uma vez que grande parcela desses trabalhadores chega a realizar de maneira solitária todas as etapas comerciais – compra dos produtos, transporte, organização das mercadorias nas barracas, boxes, caixotes, etc, além da divulgação e efetuação das vendas –, assim, afirmamos que o tempo de trabalho empregado em tais atividades econômicas facilmente pode extrapolar as 8 horas/diárias previstas por lei, o que torna-se mais um fator de representação da precarização do trabalho no âmbito da chamada economia popular.

Ainda com relação à realidade pesquisada, podemos ressaltar que apenas os camelôs realizam suas práticas comerciais em meio à presença de pessoas contratadas, cuja a quantidade pode variar de 1 à 3 colaboradores, realidade está que se faz presente nas galerias Shopping Edson Diniz e nas ARCAS, além dos demais camelódromos e barracas inseridas nas Praças da Bandeira e Clementino Procópio. No entanto, se faz necessário enfatizarmos que nesse contexto tais números não se figuram com exatidão,

uma vez que julgamos poder haver variação na contagem tendo em vista os comerciantes que trabalham com mão de obra familiar.

Outra questão considerada diz respeito à possibilidade de garantia dos trabalhistas, e com base no nosso estudo, podemos afirmar que a carteira assinada promulgada no Governo de Getúlio Vargas e garantida pela Constituição de 1939, não faz parte da realidade vivenciada por muitos dos camelôs e ambulantes pesquisados (Gráfico 07).

Gráfico 07 – Funcionários dos camelôs que possuem carteira assinada



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Como anteriormente ressaltado, a carteira de trabalho enquanto direito historicamente garantido não faz parte da realidade de grande parcela dos vendedores ambulantes e camelôs que comercializam no Centro de Campina Grande (98%). Desse modo, acreditamos que esses trabalhadores, guiados pela necessidade urgente de obtenção do capital, se submetem às condições de perda não apenas desse, como também, de muitos outros direitos que, inicialmente, se trataram de reivindicações realizadas por trabalhadores urbanos, “[...] ficando os trabalhadores rurais por muito tempo à mercê dessas conquistas trabalhistas.” (NETO, 2016, p. 44).

Na busca por almejarmos compreendemos tamanha dinâmica, nos deparamos com muitas argumentações que foram efetuadas por esses trabalhadores enquanto possíveis justificativas, e uma delas foi feita por Ângelo Alves, camelô na Arca Titão há

5 (cinco) anos, mas que já exerce tal função no Centro da cidade há mais de duas décadas, e o mesmo enfatizou que:

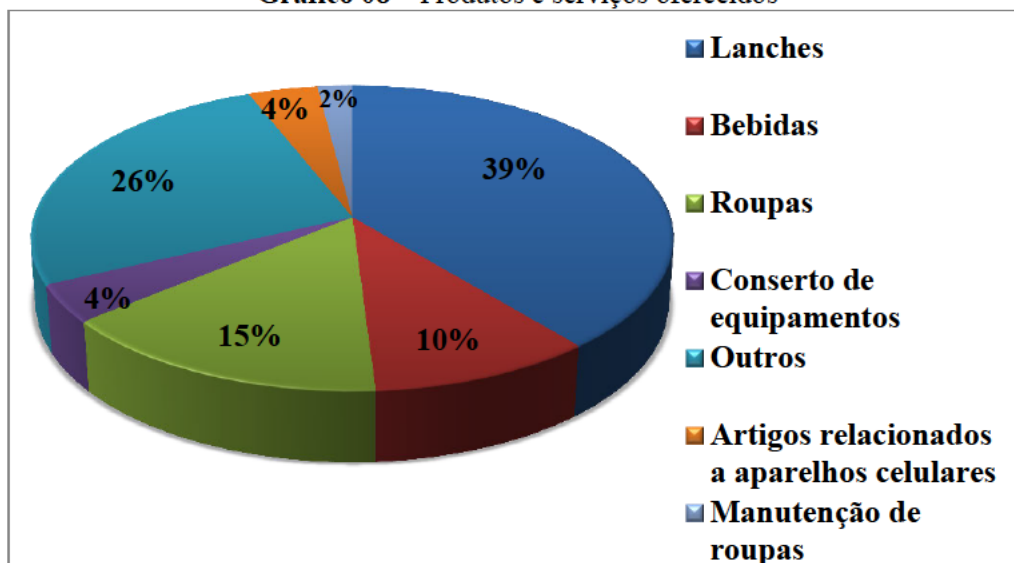
Não vejo necessidade de assinar a carteira dos meus familiares, sabe?! Aqui trabalho com a minha família e tudo o que nós conseguimos vai para dentro de casa, não vejo motivos para tanta formalidade. Tá bom do jeito que está, tenho conseguindo sustentar a esposa e os filhos, é o que importa.

Com base na exposição do comerciante, consideramos que sua perspectiva se encontra fundamentada na flexibilidade que permite as relações trabalhistas no contexto do circuito inferior, que pode tornar-se ainda mais flexível quando a mão de obra “contratada” é de origem familiar, bem como, deriva do baixo capital que constitui essas atividades, o que, a nosso ver, corrobora para que o trabalho no subsistema menos capitalizado da economia seja ainda mais mal remunerado e instável.

De acordo com dados fornecidos pelo IBGE, em 2018, a Paraíba foi tida como sendo o 3º Estado do Brasil com menor índice de trabalhadores com carteira assinada. Outro dado que veio a público na mesma pesquisa, ressalta que o referido Estado também é detentor da 2ª menor taxa de desocupação do Nordeste, cuja a ocupação por conta própria foi de 27,8%. Destarte, é de posse de tais informações que pode tornar-se compreensível a intensificação do subemprego refletido na atuação dos vendedores ambulantes e camelôs no Centro de Campina.

Em meio a esse contexto, Neto (2016, p. 84), ressalta que “O centro da cidade é compreendido como o ponto de depósito das cargas e das mercadorias, do maior fluxo de pessoas onde se encontram os indivíduos das mais diferentes camadas sociais e lugares [...]”, tamanha singularidade torna esse recorte espacial caracterizado por especificidades muito particulares, assim, afirmamos que o fluxo dos produtos e serviços oferecidos por ambulantes e camelôs no Centro de Campina Grande (Gráfico 08), encontra-se principalmente representado por mercadorias que, direta ou indiretamente, estão ligados às dinâmicas socioeconômicas estabelecidas.

Gráfico 08 – Produtos e serviços oferecidos



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

De posse desses dados, ressaltamos que quase a metade dos ambulantes e camelôs afirmaram que trabalham com o comércio de lanches (39%). Dentro dessa significativa porcentagem, as formas assumidas, bem como, as mercadorias postas à venda, são as mais diferentes possíveis, pois vai desde ambulantes que trabalham comercializando saladas de frutas, pipocas, chocolates, churros, pastéis, hambúrguer, etc, em carrinhos de mão, caixotes e em *trailer's*; até camelôs que fornecem comidas regionais, como tapioca, pamonha, canjica, almoço, pizzas, dentre outros, em barracas e boxes.

Acreditamos que a escolha pela comercialização desse tipo de serviço dar-se enquanto intencionalidade, na busca por garantir a efetuação da obtenção do capital, uma vez que o Centro campinense concentra grande número de instituições de ensino, clínicas médicas, redes de lojas, dentre outros equipamentos de consumo que garante o fluxo de estudantes e trabalhadores pertencentes aos mais distintos níveis sociais, os quais, nem sempre conseguem retornar para suas residências nos intervalados dos estudos/trabalho, recorrendo aos ambulantes ou camelôs enquanto possibilidade de consumo tendo em vista a efetuação de custos tidos como reduzidos.

Ainda com relação à esta variável que expressa a dependência do circuito inferior com relação ao meio construído, uma significativa porcentagem dos vendedores que participaram da pesquisa afirmou estar trabalhando com a comercialização de outros objetos ou serviços (26%) que não foram destacados por nós no questionário. Diante dessa questão, torna-se pertinente revelarmos que os mesmos vendem DVD's de

músicas, CD's de filmes e jogos, além de réplicas de sandálias, relógios, camisas de times de futebol, pequenos aparelhos de som, etc. Essas mercadorias que representam algumas das maiores demandas de consumo das pessoas que frequentam a principal área comercial de Campina Grande tem sido (...) autorizada pela combinação de um maior acesso aos objetos técnicos modernos (...) (MONTENEGRO, 2011, p. 29).

Outro tipo de mercadoria estrategicamente comercializada são roupa (15%), o que também tem sido possibilitado através da intensificação da produção capitalista em torno da pirataria, que permite a imitação do vestuário oriundo de marcas pertencentes âmbito do circuito superior, permitindo que a população de baixa renda tenha acesso às chamadas “roupas da moda”. Nesse sentido, compreendemos que a efetuação da imitação é, sem dúvida, um dos pilares e instrumentos norteadores da realização do circuito inferior na contemporaneidade (SILVEIRA, 2015), pois tanto a criação, como a racionalidade é, certamente, imitada (SANTOS, 1996).

Já com relação à origem/procedência das mercadorias que são postas à venda (Quadro 11), essas são oriundas das mais diversas escalas, o que expressa a relevância socioeconômica de Campina Grande na hierarquia da rede urbana brasileira, tendo em vista que, cada vez mais a cidade tem sido palco de relações capitalistas efetuadas entre agentes/atores de níveis distintos e longínquos.

Quadro 11: Procedência das mercadorias postas à venda

Variáveis	Ambulantes	Camelôs
Local	8%	16%
Regional	14%	24%
Nacional	78%	52%
Internacional	0%	8%

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Diante do que se encontra exposto no quadro anterior, ficou evidenciado que a maioria das mercadorias comercializadas por ambulantes (78%), assim como os produtos ofertados por camelôs (52%), é de origem nacional. A abrangência estratégica do mercado capitalista em direção ao interior do território nacional tem permitido que,

cada vez mais, objetos técnicos resultantes da atual modernidade tecnológica possam chegar de maneira mais intensa aos espaços citadinos interioranos, impondo novas relações socioeconômicas e demandas de consumo.

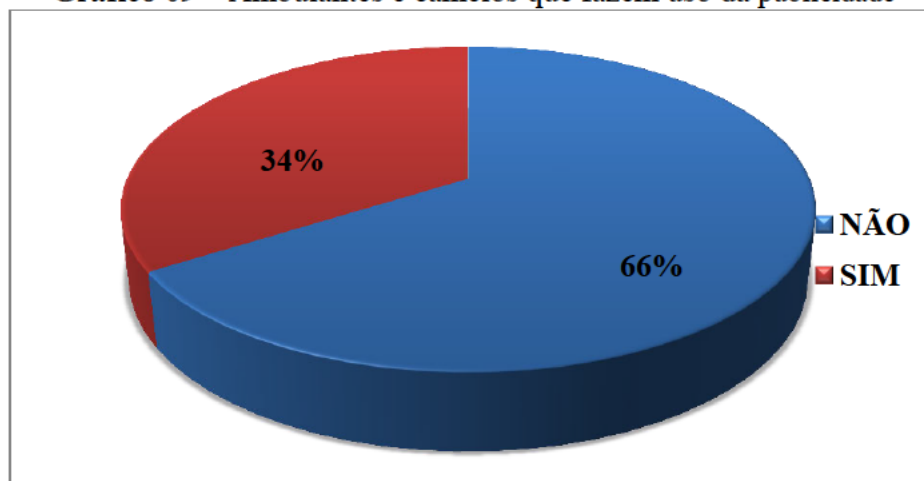
Nesse sentido, Silveira (2009), nos lembra que na contemporaneidade o acesso do circuito inferior à determinados produtos que resultam ou refletem o circuito superior ocorre, muitas vezes, por intermédio de serviços financeiros, como empréstimos, cartões de crédito, dentre outros mecanismos que acabam por reforçar a dependência dos atores não-hegemônicos em relação aos bancos, grandes redes comerciais, além de outras formas assumidas pelo circuito detentor do grande capital, o que tem permitido que os ambulantes e camelôs por nós pesquisados também possam se apropriarem de produtos de origem internacional, como da China por exemplo, embora não tenha sido mencionado pelos atores pesquisados.

Com relação à 2ª variável mais citada, onde (14%) dos ambulantes e (24%) dos camelôs afirmaram que os objetos comercializados pelos mesmos são de origem regional, acreditamos que esse cenário tem sido historicamente desenhado e reforçado, uma vez que desde o século XIX, Campina Grande já vem efetuando um expressivo papel de centralidade comercial no Nordeste do país. A sua abrangência em escala regional tem permitido que tais atores não-hegemônicos comercializem doces, artesanatos – brinquedos, artigos de decoração, bolças, etc –, além de outros produtos, onde a participação dos ambulantes e camelôs em tal circuito espacial de produção acontece de maneira desburocratizada, “[...] através da simples comercialização final junto aos consumidores de baixa renda [...]” (MONTENEGRO, 2011, p. 83).

Na busca por darmos continuidade à análise das atividades comerciais realizadas pelos trabalhadores pesquisados, ressaltamos que, cada vez mais, também tem se tornado inquestionável que o consumo da publicidade tem feito parte da realidade vivenciada por muitos dos atores econômicos pertencentes ao circuito inferior da economia, sendo assim, o uso ou não da publicidade (Gráfico 09), representa uma das questões que merece nossa atenção.

A prática da publicidade efetuada por ambulantes e camelôs localizados nos espaços públicos e comerciais que foram pesquisados, tem se mostrado bastante heterogenia, cujo os principais artigos adotados são *banners*, a tradicional propaganda boca-a-boca, a realização de anúncios na *internet* e em rádios locais, além de outras estratégias que posteriormente serão ressaltadas.

Gráfico 09 – Ambulantes e camelôs que fazem uso da publicidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Apesar das estratégias previamente mencionadas indicarem que o uso da publicidade se encontra presente nas atividades comerciais realizadas por vendedores ambulantes e camelôs no Centro de Campina, o gráfico anteriormente destacado ressalta que mais da metade dos trabalhadores que participaram da pesquisa (66%), não realizam qualquer tipo de divulgação das mercadorias e serviços que são comercializados.

Acreditamos que o significativo percentual se encontra sustentado em diferentes questões, tais como, a impossibilidade de efetuação de tal prática tendo em vista o limitado acesso à determinadas variáveis do período, como o crédito, por exemplo, a estratégica aproximação dos agentes políticos que tende à privilegiar o circuito inferior formal, a crença da não necessidade dessa prática tendo em vista que tais atores não-hegemônicos trabalham em um espaço caracterizado por grande fluxo de pessoas, além do desconhecimento do manuseio de alguns objetos técnicos pertencentes à tecnologia da informação, que poderiam contribuir para a realização da propaganda a partir de custos reduzidos.

Por outro lado, os ambulantes e camelôs que afirmaram realizar algum tipo de publicidade (34%), nos revelaram em conversas informais que acreditam que a prática da propaganda pode vir influenciar na possibilidade de ampliação do capital. Nesse sentido, destacamos que esses trabalhadores encontram-se atuando comercialmente no Shopping Edson Diniz, nas ARCAS, e nas barracas e galerias localizadas no Calçadão e nas Praças Clementino Procópio e da Bandeira.

Ainda nesse contexto, ressaltamos que alguns ambulantes e camelôs chegam à contratar os serviços de gráficas pertencentes à determinados níveis do circuito superior

marginal, o que tem sido condicionado pela capacidade de interferência de agentes políticos locais, bem como, também estabelecem relações com o circuito inferior residencial, pois, nesse último, os valores dos serviços prestados chegam a ser bem mais acessíveis.

De acordo com Silveira (1990, p. 25), a multiplicidade dessas situações no circuito inferior central deriva “do impacto de um feixe de eventos”, que acontece de modo a alterar as dinâmicas preexistentes ao passo em que se impõem novos (re)arranjos entre as variáveis. Também enquanto reflexo imitativo das práticas pertencentes ao circuito superior da economia, na atual fase da globalização, o uso da publicidade ou propaganda no Centro de Campina dar-se através da elaboração de pequenos cartazes, pinturas nas paredes dos estabelecimentos, cartões de visita e placas improvisadas (Fotografia 20).

Fotografia 20: Placas improvisadas



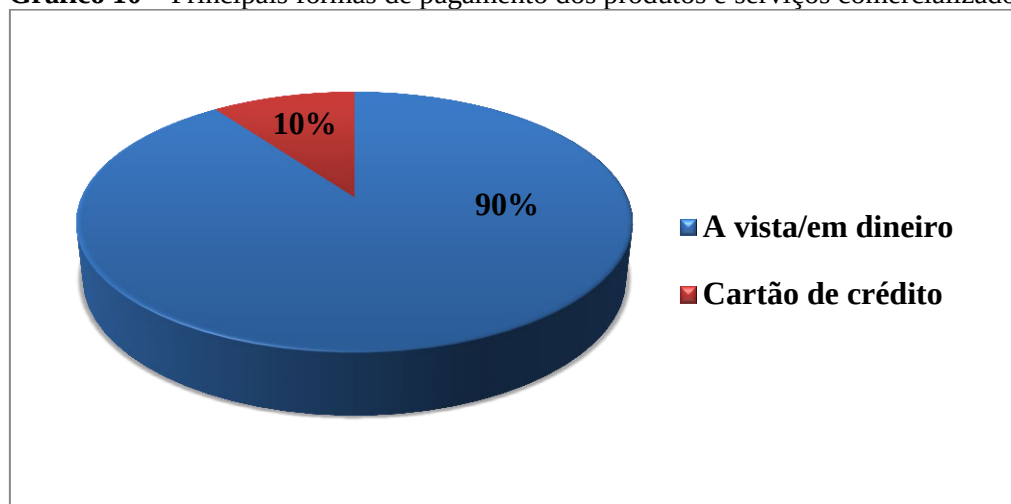
Fonte: Pesquisa de campo, 2018. Acervo: Hosana Vieira

A criatividade na diversificação dessas estratégias voltadas para o marketing tem colocado em evidência o aprofundamento da pobreza dentro do próprio circuito inferior central, cada vez mais dotado de possibilidades de ações comunicativas muito distintas, onde o resultado final tem revelado que a pobreza urbana está longe de ser homogênea e que “[...] se em um período anterior o circuito inferior não despendia gastos com a

publicidade, hoje esse tipo de custo assume uma importância crescente em sua contabilidade.” (MONTENEGRO, 2011, p. 59).

Essa dinâmica que aos poucos tem modificado algumas práticas do mercadejar presentes no circuito detentor do baixo capital, tem sido estabelecida almejando principalmente a ampliação das possibilidades de obtenção do capital, no entanto, por outro lado também tem permitido a sociabilização do tipo de mercadoria ou serviço que é comercializado, a possibilidade de expansão das informações acerca da localização dos comerciantes, os horários de funcionamento das atividades e serviços, as formas de efetuação do pagamento, etc. E no que concerne esta última variável, as possibilidades de realização do pagamento sociabilizadas por ambulantes e camelôs (Gráfico 10) são as mais diversas possíveis, no entanto, durante a pesquisa de campo, apenas duas foram citadas.

Gráfico 10 – Principais formas de pagamento dos produtos e serviços comercializados



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No circuito inferior da economia, o recente processo de financeirização das formas de pagamento a partir da apropriação das maquinetas de cartão de crédito ou débito tem acontecido de maneira continua no decorrer das últimas décadas. Porém, no contexto socioeconômico pesquisado, o uso do cartão de crédito não representa a maioria dos pagamentos efetivados (10%), o que pode ser explicado devido ao processo de conformação de diversas “armadilhas” que nem sempre são percebidas por atores não-hegemônicos, como por exemplo, a possibilidade de antecipação do valor a ser recebido, prática que além de reforçar a submissão dos comerciantes em relação às atividades financeiras pertencentes ao circuito superior, também pode vir contribuir para

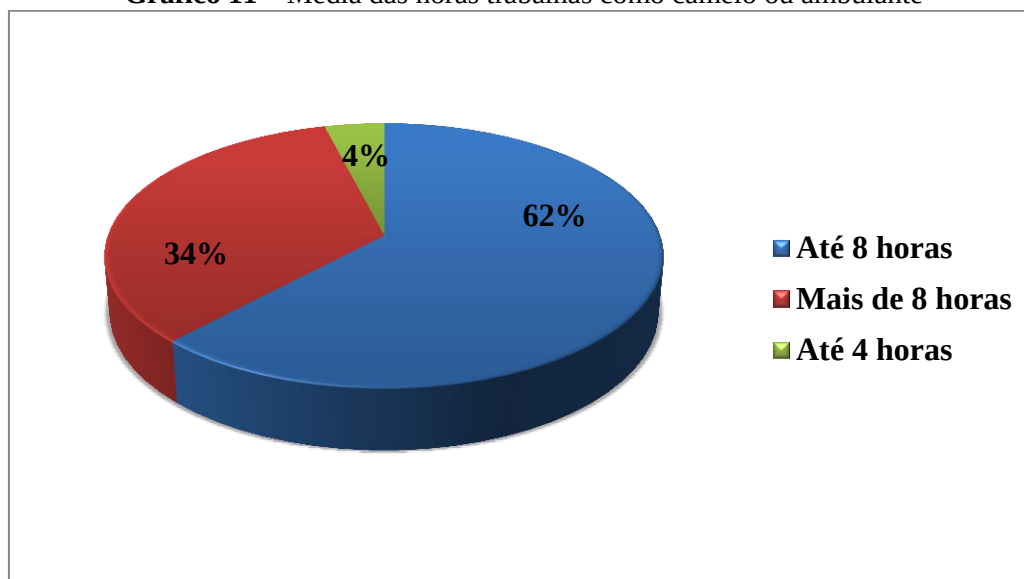
“[...] o endividamento, a inadimplência e, frequentemente, a insolvência. [...]” (SILVEIRA, 2009, p. 72).

Outra explicação possível de ser estabelecida e que muito foi ressaltada por vendedores camelôs, trata-se da dificuldade de realização dos pagamentos dos alugueis dos terminais, que além de representar mais gastos para os ambulantes e camelôs, nem sempre esses comerciantes conseguem obter uma renda que lhes permita ter capital disponível para este tipo de despesa, fato este que acontece devido às oscilações mensais nas vendas.

Sendo assim, embora Silveira (2009), ressalte em seus estudos que a creditização do território nacional seja uma realidade cada vez mais presente nas diferentes escalas geográficas, na principal área comercial de Campina Grande, os valores relativamente acessíveis dos produtos comercializados por ambulantes e camelôs têm contribuído para que a maioria dos pagamentos ainda ocorra através da utilização do dinheiro líquido (90%), o que vem atender uma das principais necessidades desse subsistema, pois “[...] o circuito inferior tem uma verdadeira “fome” de dinheiro líquido.” (SANTOS, 2008 [1979], p. 232).

Dentro desse contexto, Neto (2016, p. 25), defende que o esforço por compreender a representação do circuito inferior da economia “[...] nos coloca diante do entendimento e do enfrentamento da pobreza urbana no período atual. [...]”, o que tem sido uma tarefa muito desafiadora devido à complexa heterogeneidade que constitui esse circuito, pois a trajetória desses trabalhadores tem sido constantemente (re)estabelecida através de condições que denunciam a intensificação da exploração do trabalho, e esse sentido, não poderíamos deixar de considerar a média das horas diárias do trabalho realizado por tais comerciantes (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Média das horas trabalhas como camelô ou ambulante



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Com jornadas de trabalho bem diversificadas, a realidade vivenciada por esses trabalhadores nos permitiu constatar que a maioria dos comerciantes (62%), chega trabalhar até 8 horas por dia, o que representa uma significativa parcela dos camelôs que comercializam nas galerias e em algumas barracas, pois que os mesmos exercem suas atividades no contexto do trabalho formal e, por tanto, o mercadejar acontece tendo como base no horário comercial.

Já com relação à 2ª variável mais mencionadas, onde os entrevistados afirmaram exercer tais funções por mais de 8 horas diárias (34%), acreditamos que tamanha situação de trabalho intensivo possa ser justificada mediante duas questões, a primeira encontra-se atrelada à necessidade de obtenção do capital, tendo em vista que no circuito inferior acredita-se que quanto mais horas trabalhadas, maior é a possibilidade de ampliação da renda, e é justamente nesse contexto que o trabalhador por conta própria tende a se alto submeter às longas jornadas de trabalho (SINGER, 1999).

Destarte, acreditamos que a segunda questão encontra-se fortemente atrelada ao tipo de mercadoria/serviço comercializado, pois diante de determinados produtos que são postos à venda, há necessidade de realização do exercício do trabalho bem antes do ato de vender, como é o caso dos vendedores que trabalham com fornecimento de lanches, que representou 39% dos ambulantes e camelôs pesquisados, como foi previamente apresentado no Gráfico 8.

A simultaneidade de ocupações é outra questão que também contribui para a conformação do trabalho exaustivo de parte dos ambulantes e camelôs presentes no

Centro de Campina Grande, tendo em vista que encontramos alguns vendedores atuando como camelôs na Arca Titão até o final da tarde e, à noite, os mesmos chegam à se apropriarem da Praça da Bandeira como ambulantes, com o objetivo de reverter a insuficiência dos ganhos mensais.

Esse cenário pode ser compreendido uma vez que a renda líquida obtida mensalmente por esses vendedores perpassar por constantes variações, o que aprofundar ainda mais a instabilidade presente no subsistema organizado por pessoas de baixa renda. Desse modo, acreditamos que aqui também nos cabe destacar a renda média dos ambulantes e camelôs (Quadro 12).

Quadro 12 – Renda média obtida como ambulante ou camelô

Renda Média	Ambulante	Camelô
Menos de 2 salários mínimos	94%	52%
Mais de 2 salários mínimos	6%	48%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Com base quadro, podemos compreender que a maioria dos ambulantes (94%) e camelôs (52%) recebe “Menos de 2 salários mínimos” mensais, ou seja, R\$ 1,996 reais⁶⁰. Esse contexto que revela a existência de múltiplos níveis de capital reduzido no interior do circuito inferior, expõem a complexidade e aprofundamento na pobreza no subsistema em questão, caracterizando, principalmente, a realidade vivenciada por camelôs que atuam nas Arcas Titão e Catedral, cujo os mesmos chegaram afirmar que obtém lucros mensais entorno de R\$ 800,00 e 500,00 reais.

Acreditamos que no Centro de Campina Grande, assim como ocorre em outras cidades brasileiras, a problemática em torno da variação da renda no contexto do circuito inferior também se encontra consideravelmente atrelada à relevância dos produtos comercializados para aquela situação geográfica, pois há meses em que a demanda de consumo por determinados artigos se apresentará menor do que em outros, como é o caso dos comerciantes que trabalham com comidas típicas – pamonha, canjica, milho, etc -, que segundo os camelôs, a procura por esse tipo de mercadoria chega ser muito baixa entre os meses de setembro e abril.

⁶⁰ O valor destacado se refere ao último piso salarial (salário mínimo), em vigência até janeiro de 2020, o qual se encontrava estabelecido no valor de R\$ 990, 00 reais.

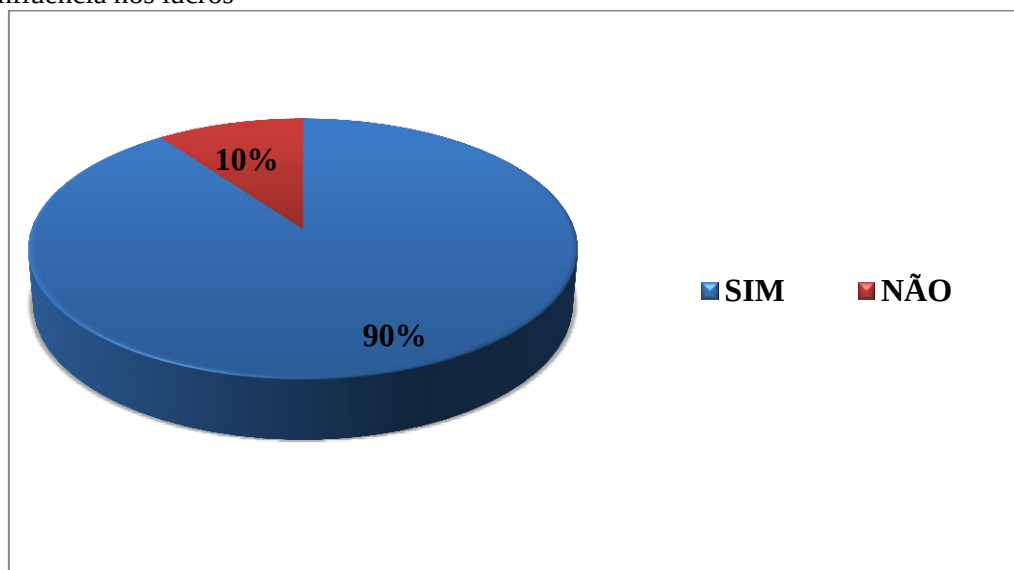
É dentro desse cenário que muitos desses atores são “obrigados” a mudar ou diversificar os artigos comercializados, uma vez que a necessidade da obtenção do capital os impõem participar de um jogo cruel orientado pela (re)configuração das demandas de consumo, o que acaba por acentuar ainda mais a fragilidade socioeconômica de tais vendedores, pois os ambulantes e camelôs são usados como instrumentos ou “[...] “suporte objetivo” para a transferência e formação de valores, ideologias, imagens e representações em um horizonte [...]” (RETONDAR, 2007, p. 94), marcado pelo predomínio da população de baixa renda.

. Outra questão a ser destacada, é o fato do baixo capital obtido nem sempre representar uma renda líquida, tendo em vista que os ambulantes e camelôs ainda se veem obrigados à dividirem o lucro mensal entre às demandas de consumo familiar e a reposição das mercadorias, corroborando para que o empobrecimento e instabilidade financeira facilmente se tornem problemas crônicos (OLIVEIRA, 2009).

Ao considerarmos os trabalhadores que destacaram ser detentores de uma renda mensal entre 2 e 5 salários mínimos (48%), podemos afirmar que esse ganho se encontra atrelado à realidade vivenciada por camelôs que comercializam no Shopping Edson Diniz, e nas Praças da Bandeira (período da noite) e Clementino Procópio (durante o dia), cuja a relevância dos produtos/serviços postos à venda faz parte de maneira mais significativa das necessidades de consumo dos cidadãos, como alimentação, manutenção de alguns objetos técnicos – concerto ou manutenção de panelas, computadores, aparelhos celulares –, dentre outros.

Sendo assim, apesar da evidente apropriação de baixos níveis de capital por parte dos ambulantes e camelôs que trabalhando no Centro de Campina Grande, buscamos saber se os mesmos acreditam que a localização seja um fator de influência nos lucros (Gráfico 12), bem como, se os mesmos deixariam de comercializar no principal espaço comercial da cidade para realizarem suas atividades e serviços em outros bairros (Quadro 13).

Gráfico 12 – Ambulantes e camelôs que acreditam que a localização seja um fator de influência nos lucros



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Quadro 13 – Ambulantes e camelôs que deixariam de desenvolver suas atividades/serviços no Centro para comercializar em outros bairros de Campina Grande

Variáveis	Ambulantes	Camelôs
SIM	20%	12%
NÃO	80%	88%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

No que diz respeito às duas últimas questões que foram mencionadas, se tornou claro que muitos desses trabalhadores enxergam a principal área comercial de Campina Grande como sendo uma situação geográfica relevante para o desenvolvimento das suas práticas comerciais, sendo assim, uma expressiva parcela dos vendedores afirmou que a localização é uma variável que chega à influenciar nos lucros (90%), nesse sentido, muitos dos ambulantes (80%) e camelôs (88%) destacaram que não deixariam de comercializar no Centro para ir trabalhar em outro bairro da cidade exercendo as atuais funções.

Ainda com relação aos comerciantes que não deixariam a área do Centro para ir trabalhar em outros recortes espaciais da cidade, observamos que tamanha constatação se fez maior entre os camelôs, sendo assim, acreditamos haver certa dependência desses atores econômicos em relação à determinadas variáveis, tais como, a estrutura das galerias, que se apresenta como sendo satisfatória para muitos dos comerciantes, a

“facilidade” de realização de algumas práticas capitalistas, como a propaganda, por exemplo, que é norteadas pela estratégia “aproximação” dos agentes políticos municipais, além do circuito inferior formal possuir uma clientela detentora dos mais diferentes níveis sociais.

Já no que concerne os comerciantes que destacaram não acreditar que o espaço geográfico seja um fator possível de influenciar nos lucros (10%), estes, em grande parte, são representados por vendedores ambulantes (20%), os quais, particularmente, detêm grande capacidade de deslocamento sob o espaço urbano e, desse modo, acreditamos que a significativa capacidade de adaptação dos atores pertencentes ao circuito inferior possa contribuir para que os mesmos consigam se adaptar de maneira mais rápida à outras localidades.

Diante das questões que foram expostas e analisadas, podemos nos aproximar das particularidades que constituem os ambulantes e camelôs pesquisados na principal área comercial Campina Grande, e estes enquanto formas distintas de representação do circuito inferior central têm no espraçamento das suas práticas comerciais a capacidade de sociabilizar outras possibilidades de ocupação e consumo, principalmente entre os indivíduos que constituem os estratos inferiores de renda, no entanto, “[...] o circuito inferior não deve permanecer o que é, é porque seu papel, muito antes de ser o de provedor de ocupações e de fornecedor de meios de sobrevivência, é o de perpetuador da pobreza.” (SANTOS, 1978, p. 368).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer do desenvolvimento desse estudo, buscamos compreender como ocorreu o processo de permanência e expansão dos ambulantes e camelôs na principal área comercial de Campina Grande – o Centro -, fato este que encontra-se figurado pelo recorte temporal entre os anos 2000 e 2018, período o qual teve início o mercadejar nas galerias Shopping Edson Diniz e nas Arcas Titão e Catedral, bem como, a intensificação da aglomeração de tais atividades comerciais no Calçadão e nas Praças da Bandeira e Clementino Procópio.

No atual processo de globalização da economia, o espriamento dessas atividades menos capitalizadas no Centro de Campina Grande representa a intensificação de múltiplos níveis de representação do subemprego, sendo estas especialmente condicionadas por intermédio do limitado acesso ao emprego no âmbito do circuito superior que tem se tornado cada vez mais raro devido a modernização tecnológica. Assim sendo, os atores não-hegemônicos buscam de maneira emergencial (re)adentrar no mercado de trabalho, mesmo que seja diante de um contexto sócio-espacial marcado pela fragilização das relações de trabalho.

Diante do nosso esforço por compreender tal processo, destacamos os seguintes apontamentos:

- No decorrer do desenvolvimento do Capítulo I, destacamos que na contemporaneidade a teoria dos dois circuitos da economia urbana tem sido marcada por algumas transformações significativas, através das quais tem sido intensificada a discrepância entre os subsistemas que o compõem, porém, de maneira contraditória, o circuito detentor do grande capital tem racionalmente buscado estabelecer relações econômicas com determinados níveis de representação do circuito inferior, o que acontece de maneira a reconfigurar algumas das dinâmicas econômicas menos capitalizadas, o que tem sido abordado em muitos estudos como sendo a “atualização” de tal circuito. No entanto, alguns dos “avanços” nesse contexto econômico acontecem em meio ao fortalecimento da pobreza estrutural, através da intensificação da submissão e dependência em relação à alguns serviços prestados por modernas atividades econômicas, de maneira a permitir o consumo de novos objetos tecnológicos, e assim, condicionar o fortalecimento de determinados símbolos da globalização atual entre os

indivíduos que fazem parte dos estratos inferiores de renda. Ainda nessa primeira fase, abordamos questões referentes ao trabalho informal e o circuito inferior e nas áreas centrais das cidades brasileiras, onde realizamos algumas considerações almejando estabelecer a diferenciação entre ambos os contextos de realização do emprego/trabalho, uma vez que, muitas vezes, o circuito inferior chega a ser equivocadamente compreendido enquanto representação da informalidade, tal fato que acreditamos ocorrer devido à pouca/nada burocracia presente nas relações trabalho que constitui, porém, o circuito inferior está longe de se figurar completamente ausente dos direitos trabalhistas. Já no último tópico, buscamos compreender o processo de apropriação e organização das Áreas Centrais das cidades a partir das dinâmicas sócio-espaciais estabelecidas no âmbito da atividade comercial, uma vez que há forte caráter socioeconômico por trás da busca seletiva do espaço em questão.

- Na construção do Capítulo II, a capacidade de influência do comércio no processo de formação e desenvolvimento do espaço geográfico volta a ser abordado, no entanto, dessa vez nos determos à conformação da Ária do Centro de Campina Grande, tendo em vista que desde a origem da referida localidade as relações estabelecidas em torno de tal atividade econômica permitiram a alteração da morfologia do lugarejo através da aglomeração de pessoas e mercadorias em determinadas ruas. Destarte, logo foram estabelecidas as primeiras feiras da cidade – feira de gado e a feira de farinha de mandioca –, entre as quais, em especial esta última, permitiu que o lugarejo passasse a ser detentor de expressiva relevância econômica. Posteriormente, o comércio algodoeiro é mencionado de maneira a destacarmos as contribuições da referida atividade econômica para que Campina Grande se tornasse conhecida como “Capital Regional”, atraindo agentes hegemônicos internacionais e novos objetos técnicos, como o trem, por exemplo, fato este que contribuiu para o processo de urbanização da cidade. Outra dinâmica econômica que foi destacada se trata da atividade industrial, uma vez que esta corroborou para a (re)organização da morfologia do espaço urbano da cidade de Campina Grande, através da descentralização das indústrias, bem como, também contribuindo para reforçar o caráter de centralização da cidade no âmbito regional. Logo em

seguida, destacamos a configuração atual do circuito inferior presente na Área do Centro de Campina Grande, onde constatamos que o desenvolvimento desse subsistema tem ocorrido através da expressiva permanência do circuito superior no referido recorte espacial, além de constataremos a grande diversidade dos níveis de pobreza assumidos por atores menos capitalizados, o que revela o aprofundamento da precarização do subemprego no Centro da cidade. Para encerramos o capítulo em questão, abordamos o processo de permanências e expansão dos ambulantes e camelôs no Centro campinense, fato este que acontece principalmente devido à capacidade de centralização do fluxo de pessoas nesse espaço, possibilitando a ampliação da possibilidade de obtenção do capital, mesmo que seja de maneira precária.

- No Capítulo III, buscamos nos aproximar dos nossos objetos de estudo, abordando aspectos concernentes ao perfil dos vendedores ambulantes e camelôs, onde constatamos que tais trabalhadores, em sua maioria, são do sexo masculino, possuem mais de 40 anos, e que principalmente foram “condicionados” à trabalhar com tais atividades comerciais devido ao desemprego. A partir dessas e de outras considerações, destacamos que no Centro de Campina Grande, o circuito inferior no contexto ambulantes e camelôs pesquisados tem sido “alimentado” por intermédio da crescente modernização do circuito superior presente na cidade, bem como, devido à relevância socioeconômica que a principal área comercial da cidade ainda constitui na contemporaneidade, dessa forma, os atores não-hegemônicos em questão se apropriam da localidade enquanto possibilidade de obtenção de capital. Por conseguinte, nos detemos à compreensão das condições de trabalhos em que esses vendedores desenvolvem suas atividades e serviços e, nesse sentido, podemos afirmar que nem todas as atividades comerciais que foram pesquisadas são caracterizadas pela efetuação da garantia dos direitos trabalhistas, como carteira de trabalho assinada, por exemplo. Outra questão importante de ser destacada é a renda obtida por tais trabalhadores, onde mais da metade revelou obter mensalmente menos de 2 (dois) salários mínimos, capital este que além de ser utilizado para tentar atender às demandas de consumo dos comerciantes, ainda se faz necessário ter um percentual (re)direcionado para a compra das mercadorias comercializadas,

o que reduz ainda mais o lucro desses comerciantes. Ainda nesse contexto, também pudemos encontrar a intensificação do dinamismo voltado para determinadas variáveis do período, como o uso da propaganda, que apesar de não fazer parte da maioria do mercadejar desses comerciantes, tem se configurado de maneira mais intensa e diversificada, fazendo parte dos custos atuais desse subsistema, e revelando a desigualdade presente na capacidade de organização do circuito inferior central.

Diante de tudo o que foi exposto, acreditamos que “[...] O espaço é um dado fundamental nessa descoberta. [...]” (SANTOS, 2009, p. 330), haja vista que o processo de permanência e expansão vivenciado por ambulantes e camelôs no Centro de Campina Grande além de ser resultado direto da intensificação da pobreza urbana na cidade, também tem sido estabelecido devido à importância que este recorte espacial ainda expressa para muitos atores/agentes econômicos, devido a sua capacidade de abrigar múltiplas possibilidades de emprego/trabalho e consumo.

Sendo assim, entendemos que seja pertinente ressaltar que as atividades comerciais realizadas por vendedores ambulantes e camelôs não precisam ser combatidas, mas sim, pesquisadas e analisadas, “[...] para que o espaço geográfico seja também o espaço do cidadão [...]” (SILVA, 2012, p. 80), tendo em vista que é a partir de sua compreensão que os agentes políticos podem vir promover políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de melhores condições de emprego/trabalho na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Elisa Pinto. **A metropolização-periferização brasileira no período técnico-científico-informacional**. São Paulo, USP, 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=AudjtwAACAAJ> Acessado em: 20 de abr. de 2017.

ALVES, Glória da Anunciação. A MOBILIDADE/IMOBILIDADE NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO. In CARLOS; Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; e SPOSITO; Maria Encarnação Beltão. **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012, p. 109 – 122.

ANDRADE, Marli Tereza Michelsen de. **O SHOPPING CENTER NA SOCIEDADE GLOBALIZADA E SUA COMPLEXIDADE**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br> Acessado em: 27 de Ago. de 2018.

ARANHA, Gervácio Batista. **Campina Grande no Espaço Econômico Regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907 – 1957)**. 1991. 296 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

ARROYO, Monica. A economia invisível dos pequenos. In: **Le monde diplomatique**, São Paulo, p. 30 – 31, outubro 2008.

BATISTA, Péricles Alves; COSTA, Ademir Araújo da. **OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E AS NOVAS ÁREAS DE CENTRALIDADES EM CAMPINA GRANDE**. (Artigo), Revista Formação, n.21, volume 2, 2014, 71 – 94. Disponível em: revista.fct.unesp.br Acessado em: 15/08/2018

BACKEUSER, Everardo. **Comércio Ambulante e Ocupações de Rua no Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Geografia, n. 1, ano VI, Jan / Mar. de 1944, p. 3 – 34.

BELTRÃO SPOSITO, A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas comerciais. In: CARLOS, A. F. A. (Org). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001, P. 83 – 99.

_____. Maria Encarnação. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. Reestruturação Urbana. **In:** Região Cidade e Poder. Presidente Prudente: GAsPERR, 1996.

BERTOLUCCI, Fábio Luz. **A área central de Uberlândia: espaço preferencial das atividades informais – os camelôs e os ambulantes**. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 2., Uberlândia, 2003. Disponível em: www.ig.ufu.br Acessado em 24/06/2018.

BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. São Paulo, Hucitec, 266 pp. Disponível: <https://www.passeidireto.com/arquivo/5989822/livro---cap-5-globalizacao/6> Acessado em: 12/09/18

BENÉVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Tradução: Sílvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 1993.

CÂMARA, Epaminondas. **Os Alicerces de Campina Grande: Esboço Histórico-Social do Povoado e da Vila (1697 à 1864)**. Campina Grande, Prefeitura Municipal / Secretaria de Educação / Núcleo Cultural Português, ed. Caravela, 1999, 124.

CASTELLS, Manuel. **La intervención administrativa en los centros urbanos de las grandes ciudades**. *Papeers: Revista de Sociologia*, Barcelona, n.11, p.227 – 250, 1979.

CAVALCANTI, Clóvis. **Viabilidade do setor informal: a demanda de pequenos serviços no Grande Recife**. – 2. Ed. – Recife: Editora Massangana; SUDENE, 1983.

_____. **Usos e apropriações do espaço público: uma leitura a partir do “Calçadão” (Campina Grande – PB)**. (Anais) 36º Encontro Anual da ANPOCS. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php> Acessado em: 11 de Jul. de 2018.

CARNEIRO, Rosalvo Nobre. **Os dois Circuitos da Economia Urbana Dos Países Subdesenvolvidos Hoje**. – Mossoró: UERN, 2015.

CATELAN, Márcio José. As interações espaciais interescalares: o potencial de consumo das cidades médias na rede urbana. Apresentado no XIII Seminário Internacional RII, Salvador/BA. Universidade Estadual Paulista, Campos de Presidente Prudente, 2014.

_____, Márcio José. **Heterarquia urbana: interações espaciais interescalares e cidades médias**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. **A cidade cogumelo: Campina Grande das feiras às festas**. Mercator – Rev. De Geografia da UFC, ano 01, n.2, 2002. Disponível em: www.mercator.ufc.br/index.php/mercator Acessado em: 30/09/2017.

CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. **Usos e apropriações do espaço público: uma leitura a partir do “Calçadão” (Campina Grande)**. Artigo 36º Encontro Anual da ANPOCS. Disponível em: <https://www.anpocs.com> Acessado em: 03 de agosto de 2018.

_____. Maria Jackeline Feitosa. **DISCURSOS E IMAGENS DA CIDADE: o processo de requalificação urbana de Campina Grande – PB (1970-2000)**. 2011. 361 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_807065f4176e8bbf6c52adc1ca74fe52 Acessado em: 20/04/18.

CAVALCANTI, Clóvis. **Viabilidade do setor informal: a demanda de pequenos serviços no grande Recife**. 2ª ed. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE/Editora Massangana, 1983. 160p.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

COSTA, Antonio Albuquerque da. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo**. Originalmente apresentado como Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano** (Série Princípios). 4ªed. São Paulo: Ática, 2000ª. 94p.

_____. Espaço, um conceito-chave da geografia in: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar na produção do cotidiano. In: CARLOS; Ana Fani A. (Org.) **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 161 – 172.

DINIZ, Kaio Santos. **A “LEGALIZAÇÃO DA INFOMALIDADE”: Uma análise do processo na concepção dos trabalhadores do Shopping Popular Edson Diniz – CG**. 2009. Monografia (Graduação), Curso Licenciatura Plena em Geografia. CEDUC/UEPB, Campina Grande – PB, 2009.

DINIZ, Lincoln da Silva e CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **FACES ATUAIS DO ESPAÇO COMERCIAL EM CAMPINA GRANDE/PB: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A COEXISTÊNCIA DE FORMAS MODERNAS E TRADICIONAIS DO COMÉRCIO NA “NOVA” DINÂMICA SÓCIO-ESPACIAL**. Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, nº 2, mai/ago. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br> Acessado em: 22/08/19.

DINIZ, Lincoln da Silva. **O PEQUENO COMÉRCIO EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE - PB**. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Geografia na Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

_____. **AS BODEGAS DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: Dinâmicas sócio-espaciais do pequeno comércio**. – Campina Grande, EDUFPG, 2011.

FREIRE, Ana Lucy Oliveira. **O mercado tradicional na cidade que se produz: o centro de Belo Horizonte**. GeoUsp, São Paulo, n.5, 1998. p. 63 – 77.

GONÇALVES, Regina Célia. Questão urbana na história da Paraíba. In: GONÇALVES, R. C. et. al. (org.) **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 1999. P. 17 – 38.

GONÇALVES, Luiz Antônio Araújo. **TRAÇANDO MOBILIDADES E TECENDO TERRITORIALIDADES: O COMÉRCIO DE ARTESANATO NA BEIRA-MAR DE FORTALEZA/CE**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2009.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 1993.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. Para onde o poder vai, a feira vai atrás: estratégias de poder da elite campinense, da Monarquia à República. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. João Pessoa: A União Suprimentos de Imprensa e Editora, 2000. p. 29 – 57.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução de: Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **The urbanization of capital**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 185.

HASSENPFUNG, Dieter. **Sobre a centralidade urbana**. In: Arqtextos, v.08, jun 2007. Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.085/235 Acessado em: 28/05/2018

HAESBABAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

LABASSE, Jean. **Signification et avenir des centres**. *Revue Urbanisme*, Paris, n. 129 - 121, p. 9 – 17, 1970

LENCIONI, Sandra. **OBSERVAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE CIDADE E URBANO**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, pp. 109 – 123, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098/77740> Acessado em: 23 de junho de 2018

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. Tradução: Maria H. R. Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999.

LIMA, Jéssica Camêlo de. **DO MERCADO VELHO À NOVA FEIRA: A REESRUTURAÇÃO DA FEIRA DO BAIRRO DA PRÁTA, CAMPINA GRANDE – PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

MAIA, Doralice Sátyro e OLIVEIRA, Elizângela Justino de. **AS FERROVIAS E A CENTRALIDADE NO NORDESTE BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA CENTRALIDADE INTRAURBANA E REGIONAL DE CAMPINA GRANDE-PB (BRASIL)**. VII Congresso de História Ferroviária (Artigo), Valencia, 2017. Disponível em: <http://www.asihf.org/comunicaciones/Satyro.pdf> Acessado em: 27 de julho de 2018.

MAIA, Doralice Sátyro. **As ruas da cidade tradicional**: a morfologia do centro da cidade média – Campina Grande, Paraíba, Brasil. BAHIA Análise & Dados, Salvador, v.19, n.3, 2009.

_____, CARDOSO, C.A.A; ALONSO, S.F; BEZERRA, R.S. Campina Grande: Dinâmica econômica e reestruturação urbana. Permanências e transformações. In: ELIAS, D; SPOSITO, M.E.B; SOARES, B.R (Orga.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Campina Grande e Londrina. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 29 – 187.

McGEE, Terence. **The Urbanization Process in the Third World: Explorations in Search of a Theory**. Londres: G. Bell and Sons Ltd, 1971.

MARTINS, J. de Souza. **Exclusão e a nova desigualdade social**. São Paulo: Paulus, 1997.

MELLO, José Octávio de Arruda. Economia, algodão, ferrovias e urbanização. In: _____. **História da Paraíba: lutas e resistência**. 9ª ed. João Pessoa: A União, 2002. p. 158 – 162.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acessado em: 09/11/2009a.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: www.teses.usp.br/...TESE_MARINA_REGITZ_MONTENEGRO.pdf . Acesso realizado em: 18/09/16.

_____. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, Junho, 2006. Disponível em: www.teses.usp.br/...TESE_MARINA_REGITZ_MONTENEGRO.pdf . Acesso realizado em: 09/09/12.

MONTESSORO, Cláudia Cristina Lopes. **Centralidade Urbana e comércio informal: os novos espaços de consumo no Centro de Anápolis – GO**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Faculdades de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp012874.pdf> Acessado em: 13/08/2018.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

NETO, Antônio Lopes da Silva. **O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA EM SÃO MIGUEL DOS CAMPOS/AL NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas - Maceió, 2016. Disponível em: www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2970 Acessado em: 15/08/2018.

NÓBREBA, Zulmira Silva. **Os usos da festa do Maior São João do Mundo**. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19411> Acessado em: 01 de agosto de 2018.

OLIVEIRA, Edilson Luis de. **Divisão do Trabalho e Circuito da Economia Urbana em Londrina – PR**. 2009. 338 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22032010-123528/pt-br.php Acesso em: 15/01/2019.

OLIVEIRA, Joilma de Deus. **TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA: O trabalho dos vendedores ambulantes da passarela do Natal shopping e do Via Direta**. 2009. 175f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br> Acesso em: 11/09/2018.

OLIVEIRA, Taynan Araújo de. **CENTRALIDADES E NOVAS ÁREAS CENTRAIS EM CAMPINA GARNDE: o centro do bairro das Malvinas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), João Pessoa, 2017.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. **A nova geografia do comércio e do consumo em cidades médias: produção do espaço urbano e reestruturação da cidade**. São Paulo, 2017. Disponível em: anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.../ST.../ST%203.12-03.pdf Acessado em: 03 de dezembro de 2017.

_____, **CENTRO, CENTRALIDADE E CIDADE MÉDIA: O PAPEL DO COMÉRCIO E SERVIÇOS NA REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE/CE**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho FCT/UNESP, Presidente Prudente/SP, 2014.

PINTAÚDE, Silvana Maria. Condições de surgimento e estratégias de localização. In.: **Shopping Centers, espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. Orgs.: Pintaúde, S.M.; Frugoli, H. São Paulo: UNESP, 1992.

_____, **O Templo da Mercadoria. Estudo sobre os Shopping Centers do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

POCHMANN, Marcio. **Economia Global e a nova Divisão Internacional do Trabalho**. s/d. 16 p. Disponível em: decon.edu.uy/network/panamá/POCHMANN.PDF. Acessado em: 09/03/2018.

QUEIROGA, R. P. F. (et. al). Distribuição espacial da tuberculose e a relação com condições de vida na área urbana do município de Campina Grande – 2004 a 2007. Ver. bras. epidemiol. v.15 n.1, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-790X2012000100020&script=sci_arttext. Acessado em: 03 de Abril de 2019.

RIBEIRO, Gabriel Boraschi. **Produção do espaço urbano e consumo. Os circuitos da economia urbana em cidades médias: Presidente Prudente (SP)**. (Anais) XVII ENANPUR, São Paulo, 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%203/ST%203.13/ST%203.13-09.pdf Acessado em: 28/09/2018

SANTOS, Julyana Gomes dos. **INTERAÇÕES ENTRE OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA NO COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA**

FEIRA DE CASA AMARELA – RECIFE/PE. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10576> Acesso em: 28/10/2018.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XX. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas.** – 2. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

_____, **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2008. – 2. Ed., 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos.** – 2. Ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____, **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996a.

_____. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993, 175p.

_____, **Manual da Geografia Urbana.** São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 181 - 200.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. **CARACTERÍSTICAS ATUAIS DO CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA DO EIXO RODOVIÁRIO NATAL-CAICÓ, RIO GRANDE DO NORTE.** Revista TAMOIOS, Ano 13, n. 2, p. 153 -176, jul – dez, 2017. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/30099> Acessado em: 09/08/2018.

SALGUEIRO, Teresa Barata; CACHINHO, Herculano. As relações cidade-comércio. Dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: CARRERAS, Carles; PACHECO, Susana Mara Miranda. (orgs.). **Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional.** Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009. p. 9 – 39.

SÁ, Maria Braga de. A paisagem recriada: um olhar sobre a cidade de Campina Grande. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.) **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande.** João Pessoa: A União, 2000. p. 179 – 189.

_____, **Algumas considerações sobre o papel de Campina Grande rede urbana paraibana.** Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1986, p. 187 – 199.

SILVA, Flávia Cristine da. **O circuito inferior da economia urbana em Campinas/SP: análise sobre a mobilidade espacial e o acesso ao crédito**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH/ USP, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br> Acessado em: 20 de out. de 2019.

SILVA, Romero Rossano Tertulino da. O circuito inferior da economia urbana em Mossoró: A dinâmica do comércio ambulante. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRN, Natal, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br> Acessado em: 24 de out. 2019.

SILVEIRA, Maria Laura. **CIRCUITOS DE LA ECONOMÍA URBANA Y NUEVAS MANIFESTACIONES DEL COMERCIO METROPOLITANO**. Revista Cidades, v.11, n. 18, p. 78 – 91, 2014. Disponível em: revista.fct.unesp.br Acesso em: 15/04/2019

_____. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana. In: PEREIRA, Elson Manoel e Dias, Leila Christina (Orgs.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 62-82.

_____. **Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo**. (Artigo) Caderno CRH, v.22, n.55, p.65 – 76, 2009. Disponível em: <http://produção.usp.br/handle/BDPI/6878> Acessado em: 20/08/18.

_____. **Entrevista com a Professora Maria Laura Silveira**. Revista Discente Expressões Geográfica. Florianópolis – SC, Nº 04, mai. 2008, p. 01 – 15.

_____. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In CARLOS, A. F. A. e OLIVEIRA, A. U. de (Orgs). **Geografias de São Paulo. Representação e crise da Metrópole**. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p. 59 – 71.

_____. Uma Situação Geográfica: Do Método à Metodologia. **Revista Território**, n. 6, p. 21 – 28, 1999. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_3_silveira.pdf Acessado em: 09/08/18.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. Cidades, Presidente Prudente, v.4, n.6, p. 101-114, jan./dez.,

2007. Disponível em:
revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/download/573/604 Acessado em:
12/09/2018.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidade média. In: SPOSITO, Eliseu Savério. **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

_____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013a. p. 61 – 93.

_____. **O Chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intraurbana. In: **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente, 2001. P. 235 – 253.

_____. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1997. 80p.

_____. **O chão arranha o céu: a lógica da (re)produção monopolista da cidade**. São Paulo. Tese (doutorado em Geografia): USP, 1991.

SOJA, Edward. W. **Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions** . 1º ed. Oxford: Brasil Blackwell, 2000.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WHITACHER, Arthur Magon. **Reestruturação Urbana e Centralidade em São José do Rio Preto**. Presidente Prudente, 2003. 238p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

Sites visitados:

Jornal da Paraíba. Campina Grande; 15. Março. 2016, 30. Fevereiro. 2018 Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br> Acessado em: 28 out. de 2018.

Blog Retalhos Históricos de Campina Grande Disponível em:
<http://cgretalhos.blogspot.com>. Acesso em: 05 out. de 2020.

ANEXOS

ANEXO A: LAN HOUSE - ESTABELECIMENTO COMERCIAL QUE PRESTAVA SERVIÇOS DE ACESSO À *INTERNET* E À OBJETOS TÉCNICOS COMO COMPUTADOR, POR EXEMPLO.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2012. Acervo: Hosana Vieira

**ANEXO B: ESTABELECIMENTO COMERCIAL QUE PRESTAVA SERVIÇOS
ENQUANTO LAN HOUSE E QUE HOJE ATUA COMO GRÁFICA**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Acervo: Hosana Vieira

ANEXO C: FEIRA DE VESTUÁRIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE (PE)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019. Acervo: Hosana Vieira

ANEXO D



1.073 **275 mil** **190**
Publicaç... Seguidor... Seguindo

Moda Center Santa Cruz
Centro empresarial
O maior e melhor centro atacadista de confecções do Brasil.
Ver tradução
www.modacentersantacruz.com.br/
Avenida Moda Center, s/n, Bela Vista, Santa Cruz Do Capibaribe, Pernambuco, Brazil 55195-501
Seguido por **kendallysabrina**, **renata341k** e outras 19 pessoas

Seguin... ▾

Mensagem

Contato ▾





ANEXO E: ANEXO F: FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE LOCALIZADA NA RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande – Blogrhcg - (Outubro de 2019)

ANEXO F: FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE LOCALIZADA NA RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande – Blogrhcg - (Outubro de 2019)

APÊNDICE

Apêndice A: roteiro de entrevistas com ambulantes

Nº do Questionário: _____

Local da entrevista: _____

Data da entrevista: _____

1. Caracterização dos **entrevistados**

A) Nome (original/fictício): _____

B) Sexo: () Masculino () Feminino

C) Idade: () Menos de 18 anos () Entre 18 e 28 anos
() Entre 29 e 39 anos () Entre 40 e 50 anos () Acima de 50

D) Origem (cidade e Estado em que nasceu): _____

E) Bairro no qual reside: _____

F) Nível de escolaridade:

- () Fundamental Completo () Fundamental Incompleto
() Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto
() Ensino Superior Completo () Ensino Superior Incompleto
() Nunca Estudou

2. Informações sobre a escolha do **Centro** de Campina Grande enquanto área para desenvolver as atividades e serviços

A) Como avalia o local para o desenvolvimento da sua atividade de comércio ou de serviço?

- () Ótimo () Bom () Regular () Ruim

B) Há quanto tempo você trabalha como ambulante no Centro de Campina Grande?

C) Por que você escolheu o Centro para desenvolver sua atividade/serviço?

- () Pela quantidade de pessoas que diariamente passa pelo centro.
() Por ser próximo à minha casa.
() Disponibilidade de diferentes meios de transporte, o que ajuda no meu deslocamento.
() Acessibilidade à fornecedores.

() Outro. Qual? _____

D) Quais são os pontos positivos e negativos de trabalhar nas ruas do centro?

Positivos: _____

Negativos: _____

E) Você tem receio que a prefeitura o proíba de desenvolver a sua atividade/serviço nas ruas do centro ?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

F) Dos lugares citados a baixo, qual você passa mais tempo exercendo sua atividade?

() No Calçadão () Na praça da bandeira

() Na praça Clementino Procópio () Outro. Qual? _____

G) Em 1999, a prefeitura iniciou o processo de retirada de alguns ambulantes/camelôs das principais ruas comerciais do centro de Campina Grande. Naquela época, você já trabalhava como ambulante?

() Sim. () Não

Se “sim”, você foi transferido para outro local? _____

Qual? _____

H) Você deixaria de desenvolver a sua atividade/serviço no Centro de Campina Grande para ir trabalhar como ambulante em outro bairro?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

I) Caso fosse relocado para outro bairro da cidade, você acredita que a localização seria um fator que influenciaria nos lucros?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

3. Informações sobre a **infraestrutura e o trabalho** desenvolvido enquanto ambulante

A) Qual o motivo que o(a) levou a desenvolver esta atividade?

- ☐ Influência da Família ☐ Indicação dos amigos
☐ Ambição pessoal ☐ Complementar a renda familiar
☐ Desemprego ☐ Outros. Quais? _____

B) Você trabalha todos os dias como ambulante?

☐ Sim.

Em média, quantas horas?

- ☐ Até 4 horas ☐ Entre 4 e 8 horas ☐ Mais de 8 horas
☐ Não. Por quê? _____

C) Qual (is) o(s) dia(s) da semana que há maior venda de produtos ou prestação de serviços? _____

Por quê? _____

D) Tipo de estrutura utilizada para oferta dos produtos.

- ☐ Lona no chão ☐ Carrinho de mão ☐ Barraca desmontável
☐ Trailer ☐ Outros. Quais? _____

E) Você fez algum curso de capacitação profissional

- ☐ Sim. Qual? _____ Onde? _____
☐ Não. Por quê? _____

F) Você tem funcionários?

☐ Sim. Quantos? _____

☐ Não

Se “sim”, há registro de carteira de trabalho?

- ☐ Sim.
☐ Não. Por quê? _____

G) Você faz uso de publicidade?

- ☐ Sim. De que tipo? _____
☐ Não. Por quê? _____

H) Quais os equipamentos/objetos de trabalho que você utiliza no exercício da sua atividade? _____

I) Quais os produtos e serviços são oferecidos no estabelecimento/local de trabalho?

☐ Lanches ☐ Bebidas ☐ Roupas

☐ Conserto de equipamentos ☐ Manutenção de roupas

☐ Equipamentos ou produtos de informática

☐ Equipamentos ou produtos para Pen Drives, artigos relacionados a celular

☐ Outros. Quais? _____

J) Qual a origem/procedência das mercadorias comercializadas?

☐ Local ☐ Regional ☐ Nacional ☐ Internacional

K) Qual a principal forma de pagamento utilizada por seus clientes?

☐ Fiado ☐ Cartão de crédito ☐ Cartão de débito

☐ Crediário ☐ A vista/em dinheiro

☐ Outro. Qual? _____

L) Qual a renda média obtida com o trabalho de ambulante?

☐ Menos de 2 salários mínimos ☐ De 2 a 5 salários mínimos

☐ Mais de 5 salários mínimos

M) Você gostaria de desenvolver a sua atividade/serviço em uma galeria comercial ou nas Áreas do comércio ambulante (ARCAS)?

☐ Sim. Por quê? _____

☐ Não. Por quê? _____

Apêndice B: roteiro de entrevistas com camelôs

Nº do Questionário: _____

Local da entrevista: _____

Data da entrevista: _____

1. Caracterização dos **entrevistados**

A) Nome (original/fictício): _____

B) Sexo: () Masculino () Feminino

C) Idade: () Menos de 18 anos () Entre 18 e 28 anos

() Entre 29 e 39 anos () Entre 40 e 50 anos () Acima de 50

D) Origem (cidade e Estado em que nasceu): _____

E) Bairro no qual reside: _____

F) Nível de escolaridade:

() Fundamental Completo () Fundamental Incompleto

() Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto

() Ensino Superior Completo () Ensino Superior Incompleto

() Nunca Estudou

2. Informações sobre a escolha do **Centro** de Campina Grande enquanto área para desenvolver as atividades e serviços

A) Como avalia o local para o desenvolvimento de sua atividade de comércio ou de serviço?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

B) Há quanto tempo você trabalha como camelô no Centro de Campina Grande?

C) Por que você escolheu o Centro para desenvolver a sua atividade/serviço?

() Pela quantidade de pessoas que diariamente passa pelo centro.

() Por ser próximo à minha casa.

() Disponibilidade de diferentes meios de transporte, o que ajuda no meu deslocamento.

() Acessibilidade à fornecedores.

() Outro. Qual? _____

D) Quais são os pontos positivos e negativos de trabalhar em uma galeria comercial (Shopping Edson Diniz ou em uma das Arcas)?

Positivos: _____

Negativos: _____

E) Em 1999, a prefeitura iniciou o processo de retirada de alguns ambulantes/camelôs das principais ruas comerciais do centro de Campina Grande. Naquela época, você já trabalhava como camelô?

() Sim () Não

Se “sim”, por que você se arrepende de ter migrado das ruas para este local comercial?

F) Você deixaria de desenvolver a sua atividade/serviço neste espaço comercial para voltar a comercializar nas ruas do centro?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

G) Você deixaria de desenvolver a sua atividade/serviço no Centro de Campina Grande para ir trabalhar como camelô em outro bairro da cidade?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

H) Caso fosse relocado para outro bairro, você acredita que a localização seria um fator que influenciaria nos lucros?

() Sim () Não

3. Questionário referente ao **trabalho** enquanto **camelô**

A) Qual o motivo que o(a) levou a desenvolver esta atividade?

() Influência da Família () Indicação dos amigos

() Ambição pessoal () Complementar a renda familiar

() Desemprego () Outros. Quais? _____

B) Você trabalha todos os dias como camelô?

() Sim () Não

Se não, porque? _____

C) Em média, quantas horas você trabalha por dia como camelô?

() Até 4 horas () Até 8 horas () Mais de 8 horas

D) Quais os dias de maior venda?

() De segunda à sexta-feira () De segunda-feira ao sábado

() Do sábado ao domingo

E) Você fez algum curso de capacitação profissional

() Sim. Qual? _____ Onde? _____

() Não. Por quê? _____

F) Você tem funcionários?

() Sim. Quantos? _____

() Não

Se “sim”, há registro de carteira de trabalho?

() Sim.

() Não. Por quê? _____

G) Você faz uso de publicidade?

() Sim. De que tipo? _____

() Não. Por quê? _____

H) Quais os equipamentos/objetos de trabalho que você utiliza no exercício da sua atividade? _____

I) Quais os produtos e serviços são oferecidos no estabelecimento/local de trabalho?

() Lanches () Bebidas () Roupas

() Conserto de equipamentos () Manutenção de roupas

() Equipamentos ou produtos de informática

() Equipamentos ou produtos para Pen Drives, artigos relacionados a celular

☐ Outros. Quais? _____

J) Qual a origem/procedência das mercadorias comercializadas?

☐ Local ☐ Regional ☐ Nacional ☐ Internacional

K) Qual a principal forma de pagamento utilizada por seus clientes?

☐ Fiado ☐ Cartão de crédito ☐ Cartão de débito

☐ Crediário ☐ A vista/em dinheiro

☐ Outro. Qual? _____

L) Qual a renda média obtida com o trabalho de ambulante?

☐ Menos de 2 salários mínimos ☐ De 2 a 5 salários mínimos

☐ Mais de 5 salários mínimos

